



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS

DIÊGO ARAUJO SILVA

“IMPUROS” E ESTRANHOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TOCANTINS: IMPASSES E PERSPECTIVAS ACERCA DA
SOCIABILIDADE DE CALOUROS COTISTAS DO *CAMPUS* ARAGUAÍNA

PALMAS-TO

2016

DIÊGO ARAUJO SILVA

“IMPUROS” E ESTRANHOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TOCANTINS: IMPASSES E PERSPECTIVAS ACERCA DA
SOCIABILIDADE DE CALOUROS COTISTAS DO *CAMPUS* ARAGUAÍNA

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.
Linha de pesquisa: Educação, Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Territorial.
Orientador: Prof. Dr. Adriano Machado Oliveira.

PALMAS-TO

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586" Silva, Diêgo Araujo.
"Impuros" e estranhos na Universidade Federal do Tocantins: impasses e perspectivas acerca da sociabilidade de calouros cotistas do Campus Araguaína. / Diêgo Araujo Silva. – Palmas, TO, 2016.
128 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 2016.

Orientador: Adriano Machado Oliveira

1. Estudantes Cotistas. 2. Sociedade de Consumo. 3. Juventude. 4. Políticas Públicas. I. Título

CDD 350

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DIÉGO ARAUJO SILVA

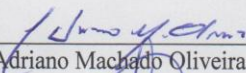
**“IMPUROS” E ESTRANHOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TOCANTINS: IMPASSES E PERSPECTIVAS ACERCA DA SOCIABILIDADE
DE CALOUROS COTISTAS DO CAMPUS ARAGUAÍNA**


Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
Profissional em Gestão de Políticas Públicas
da Universidade Federal do Tocantins para
obtenção do título de mestre.

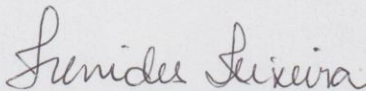
Orientador(a): Prof. Dr. Adriano Machado
Oliveira.

Aprovada em 13/06/16.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Adriano Machado Oliveira (orientador)


Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva (membro interno)


Profa. Dra. Irenides Teixeira (membro externo)

A meus pais e sogros;
À minha esposa Lira;
A meu filho Rhuan Geraldo;
À Beth.

AGRADECIMENTOS

Após alguns milhares de quilômetros rodados na BR-153, nas idas e vindas para o mestrado, é chegado o grande momento. Aquele momento em que você olha para trás e vê que tudo o que passou para chegar até aqui, todas as noites que passou em claro resenhando, ou todas as madrugadas que passou dirigindo rumo às aulas foi recompensado. Tudo parece ser tão pouco mediante a vitória alcançada e agradecer seria o mínimo a se fazer, pois a conquista se fez, e se faz, de forma coletiva.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha família, pois ela é a base de tudo. À minha mãe Vitória, sempre preocupada com minhas viagens e que, com certeza, me colocava em suas orações para que eu fosse e retornasse com segurança. Ao meu pai Eludimar, sempre prestativo e atencioso, e que sempre me incentivou a trilhar os caminhos do saber. À minha vó Onorina, que sempre me perguntava como andava o mestrado, dizendo estar cheia de orgulho pela minha jornada, o que me dava aquele gás a mais para persistir até o final. Aos meus sogros Celso e Domingas pelo carinho e, principalmente, pelo entendimento de minhas ausências nesse período. À Beth, por todo carinho dispensado a meu filho Rhuan Geraldo nas horas em que não podemos estar presentes, devido à correria da vida cotidiana;

Agradeço à minha esposa Lira, pelos sorrisos em meus momentos de tensão, pelos afagos nas horas em que eu parecia não sair do lugar, pelos beijos e abraços carinhosos me desejando boa viagem e bom retorno pra casa e, principalmente, por todo o companheirismo e paciência nesses últimos dois anos;

Agradeço ao Professor Adriano Machado Oliveira pela confiança depositada em mim e pelas reflexões e orientações que fizeram o diferencial neste trabalho. Foram ensinamentos que, com certeza, levarei em minhas próximas jornadas;

Ao professor Alex Pizzio, coordenador do Gespol, pelas contribuições em minha banca de qualificação e defesa e à professora Irenides Teixeira, do CEULP//ULBRA, pela participação na banca de defesa e pelas belíssimas contribuições que vieram para enriquecer o trabalho;

Aos professores e professoras do Gespol meu muito obrigado. Foram momentos de troca mútua de conhecimento e de crescimento pessoal;

Um agradecimento especial a todos os colegas de mestrado: Alex, Ana, Carla (minha companheira de viagem que dormia a estrada toda, hahahaha), Emerson, Fabíula, Inocência, Joiénita, Joselma, Juliana, Kendi, Luciano, Miriam, Nadja, Philippe, Raphael, Raquel, Ricardo,

Rogério, Rosângela e Teomar. Agradeço por todos os momentos em que estivemos juntos, por todo o apoio e ajuda nos momentos complicados dessa empreitada. A amizade e o companheirismo de vocês foi essencial para o término dessa jornada. As orientações via whatsapp, os almoços de sábado a tarde, as saídas depois da aula ficarão marcadas na memória. Muito obrigado por tornarem essa jornada mais leve;

Aos meus companheiros de viagens, mestres em Gestão de Políticas Públicas, Alliny, Álvaro, Fernanda e Josean, pelos momentos em que passamos na estrada, discutindo, rindo, cantando e contando piadas;

Aos colegas da Universidade Federal do Tocantins, campus Araguaína, em especial aos colegas da Biblioteca Cimba que acompanharam todo o processo;

À Universidade Federal do Tocantins por ter me proporcionado a oportunidade de cursar uma graduação e agora uma pós-graduação;

Aos contribuintes pelo dinheiro investido em minha qualificação;

Aos sujeitos participantes da pesquisa, em especial aos estudantes que dispuseram um pouco de seu tempo para participar do grupo focal, meu muito obrigado. Sem vocês a pesquisa se tornaria inviável.

Liberdade de escolha, liberdade miserável
Meu único direito é o de con\$umir
Simulacro de "verdades libertárias"
Determinadas pela hegemonia do capital
Liberdade para o mercado, repressão para o povo
A "mão invisível" segura a arma
o revolver aponta pra sua cabeça
Troca voluntária ou ameaça chantagiosa?!
Que os ricos sejam cada vez mais ricos
Quem sabe assim caiam mais migalhas
de suas mesas para os pobres?
Uma nova aurora de paz e justiça
os "donos do mundo" não terão um vintém
onde ninguém tem (tem), todos têm

Ad Arbitrium

Hasta Cuando

Álbum: Primavera dos Povos

Ano: 2013.

Letra: Marco Abreu

Música: Walisson Fernandes (Paulistinha)

RESUMO

A chamada Lei de Cotas no Ensino Superior – Lei nº 12.772/12 – proporcionou a estudantes oriundos de classe sociais menos favorecidos a oportunidade de cursarem um curso de graduação nas Universidades Federais, promovendo a inserção de jovens em um ambiente totalmente novo e, muitas vezes, díspare de sua realidade sócio-cultural. Realidade essa permeada pelas vicissitudes da sociedade contemporânea, que tem como principal motor o imediatismo das relações, provocando a construção de um indivíduo efêmero e totalmente inserido na lógica da sociedade de consumo. Dessa forma, analisamos em nosso trabalho as construções de sentidos dos estudantes cotistas a partir da entrada no ambiente universitário, bem como suas relações com a vida contemporânea, verificando até que ponto a sociedade de consumo exerce influência em seus planos e projetos no ambiente universitário. Para tanto utilizamos as categorias de impuros e estranhos postulados por Zygmunt Bauman, pois entendemos que os estudantes cotistas, por estarem fora de uma lógica de ordem social e representarem uma parcela que foi subjugada e colocada à margem da sociedade, são os impuros que provocaram a mudança da ordem social e são os estranhos que chegaram à universidade galgando espaços e se mostrando visíveis aos demais setores da academia. trabalhamos, também, com os conceitos de juventude e sociedade de consumo. Utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, adotando o Grupo Focal e Questionário como instrumentos de coleta de dados. Para análise dos dados obtidos a partir das falas dos estudantes participantes da pesquisa, utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo proposto por Laurence Bardin. A partir dos dados obtidos verificamos que a entrada na universidade promove ao estudante cotista mudanças na forma com que mantém e constrói suas relações sociais dentro e fora da academia, principalmente porque esse estudante entra em contato com uma gama de oportunidades que outrora não tinha acesso. O sentido em ser universitário constitui-se na medida em que considera o espaço social da universidade como um ambiente que lhes proporciona conhecimento, crescimento crítico e pessoal. Ademais, revela um estudante que busca, a todo o momento, formas de legitimação e constituição de sua identidade dentro da universidade. Na medida em que se deparam com toda a indumentária contrária à proposta do sistema de cotas, esses jovens forjam mecanismos de construção identitária fomentada no seio do próprio ambiente a qual estão vinculados. Ainda verificamos que para os cotistas, as vicissitudes da vida contemporânea exercem bastante influência na vida do jovem, uma vez que a todo o momento sofrem com as investidas da sociedade de mercado que impõem aos sujeitos a necessidade de usufruírem de bens que lhe darão a falsa sensação de prazer, ou um prazer fluído, esfacelado.

Palavras-Chaves: Estudantes Cotistas; Sociedade de Consumo; Juventude; Estranhos.

ABSTRACT

The so-called Quota Law on Higher Education - Law No. 12,772 / 12 - provided the students from social class underprivileged the opportunity to coursing an undergraduate degree in federal universities, promoting the inclusion of young people in a totally new environment and often , shoot their socio-cultural reality. Reality that permeated the vicissitudes of contemporary society, whose main engine immediacy of the relationship, causing the construction of an ephemeral individual and fully inserted into the logic of the consumer society. Thus, we analyzed in our work the construction of senses of quota students from entering the university environment and its relationship to contemporary life, the extent to which the consumer society exerts influence on their plans and projects in the university environment. For this we use the categories of "unclean" and "strange" postulated by Zygmunt Bauman because we understand that the quota students for being out of a logic of social order and represent a portion that was subdued and placed on the margins of society, are impure that caused the change of the social order and are the strangers who came to the university climbing spaces and showing visible to other sectors of the academy. We work also with the concepts of youth and consumer society. We used as qualitative research methodology, adopting the focus group and questionnaire as data collection instruments. To analyze the data obtained from the speech of students participating in the research, we used the content analysis technique proposed by Laurence Bardin. From the data obtained verified that the university entrance promotes the student unitholder changes in the way that maintains and builds social relationships inside and outside the academy, mainly because this student comes into contact with a range of opportunities that previously had no access. The sense of being university is to the extent that it considers the social space of the university as an environment that provides them with knowledge, critical and personal growth. Moreover, according to a student who seeks, at all times, forms of legitimization and constitution of its identity within the university. Insofar as they encounter all clothing contrary to the proposal of the quota system, these young people forged identity construction mechanisms fostered within the environment itself to which they relate. Yet we find that for the shareholders, the vicissitudes of contemporary life have all had their influence on the lives of the young, since all the time suffering the onslaughts of market society which require the subject to the need to take advantage of assets that give the false him feeling of pleasure, or pleasure fluid, shattered.

Key Words: Students Shareholders; Consumer society; Youth; Strangers.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	26
COLETA DE DADOS	27
Questionário	28
Grupo Focal	29
CAPÍTULO I - A POLÍTICA DE COTAS NO BRASIL: aspectos históricos e perspectivas atuais	31
1.1. Estado Brasileiro e a luta por igualdade social e racial	34
1.2. Ações afirmativas e o caso brasileiro: dos planos de ação à instituição das cotas raciais e sociais no ensino superior	38
1.2. A lei de cotas na Universidade Federal do Tocantins	45
CAPÍTULO II – SOCIEDADE EM REDE E A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO DESTERRITORIALIZADO	50
2.1. A construção de uma sociedade em rede	51
2.2. Cultura midiática, ciberespaço e o surgimento dos não-lugares	54
2.3. A destituição de fronteiras físicas e a formação do sujeito	60
CAPÍTULO III -A CONDIÇÃO JUVENIL E OS DISCURSOS HEGEMÔNICOS DA CULTURA CONTEMPORÂNEA: implicações para a sociabilidade na universidade	63
3.1. O que é ser jovem na sociedade contemporânea	65
3.2. A pós-modernidade e a construção do indivíduo consumista	69
3.3. O poder da propaganda e a construção de uma nova moral do prazer na sociedade de consumo	73
3.4. Implicações da sociedade contemporânea na vida do jovem	76
CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO SOBRE OS RESULTADOS	80
4.1. Perfil do Estudante Cotista na UFT Araguaína	81
4.2. Categorização de conteúdo a partir do Grupo Focal	85
Categoria 1 – Universidade como instrumento de mudança no sujeito	87

Categoria 2 – Preconceito da sociedade com o sistema de cotas	92
Categoria 3 – O poder da mídia na sociedade contemporânea	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXO 1 - Lei nº 12.711/12	112
ANEXO 2 - Decreto nº. 7.824/12	114
ANEXO 3 – Ata de defesa da Dissertação	118
APÊNDICE I – Produto da Dissertação : Infográfico Dados Socioeconômicos	119
APÊNDICE II – Produto da Dissertação : Infográfico Dados Educacionais Cotistas e Familiares	120
APÊNDICE III – Produto da Dissertação : Infográfico Utilização de Eletrônicos e Mídias Sociais	121
APÊNDICE IV – TCLE (Termo Consentimento Livre e Esclarecido)	122
APÊNDICE V – Questionário	124
APÊNDICE VI – Questões Norteadoras Grupo Focal	128

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável.

Zygmunt Bauman

A afirmação acima de Zygmunt Bauman (1998) – sociólogo polonês que discute em seu livro “O Mal-estar da pós-modernidade” as inquietudes e construções de uma sociedade que se vê, a cada dia, mais direcionada aos valores impostos pela sociedade de mercado – diz respeito às criações oriundas das relações sociais e como cada sociedade, em seu contexto histórico, promove a criação desses estranhos.

Nessa direção, assim como cada sociedade detém seus estranhos, cada uma delas também se encarrega de aniquilá-los, de forma a constituir uma sociedade pura, longe das avarias proporcionadas pela chegada destes sujeitos que tanto incomodavam e incomodam os defensores da pureza, de um estado ideal.

Para o autor

“(…) O Estranho despedaça a rocha sobre a qual repousa a segurança da vida diária. Ele vem de longe; não partilha as suposições locais – e desse modo, ‘torna-se essencialmente o homem que deve colocar em questão quase tudo o que parece inquestionável para os membros do grupo abordado’. (BAUMAN, 1998, p. 19)

É nessa segurança da vida diária que muitas sociedades se apegavam, constituíam suas dinâmicas e relações e, sobremaneira, instituíam um padrão a ser seguido no *modus vivendi*, de forma a enquadrar os membros dessa sociedade em um plano ideal de comunidade, no intuito de promover a ordem, aliada a sensação de pureza que tal coerção viria a provocar no seio social.

Essa ordem busca as mais variadas formas de aniquilação desse estranho; seja pelo processo de assimilação, onde os desiguais seriam tratados como iguais, deixando de lado toda a especificidade cultural, linguística e social do indivíduo colocando-o em igualdade inexistente com os demais, falseando a ideia de democracia social. Um segundo método seria a expulsão, a indiferença com relação a esses estranhos produzidos pela própria sociedade. Parafrazeando Bauman (1998) ao entendermos a pureza como uma visão da ordem, faz-se

necessário que todos os indivíduos na sociedade estejam imersos nessa proposta de purificação, colocando cada qual em seus lugares justos e convenientes.

Como nos informa o autor, essa ordem postulada pela sociedade começa a ser ameaçada na medida em que novos espaços vão sendo forjados, tomados pelos estranhos, aqueles que, até então, estavam fora dessa lógica estrutural da sociedade. Anteriormente, esses estranhos eram os chamados “subversivos da sociedade”, os que iam de encontro à ordem social estabelecida, partindo para o confronto, à destituição do projeto de pureza estabelecida. Numa sociedade pós-moderna, os estranhos são as classes menos favorecidas, aquelas subjugadas pelo poder governamental e que na maioria das vezes, não conseguem sair dessa situação por seus próprios esforços. Para o autor “(...) a busca da pureza pós-moderna expressa-se diariamente com a ação punitiva contra os moradores das ruas pobres e das áreas urbanas proibidas, os vagabundos e indolentes” (BAUMAN, 1998, p. 26). São eles o fruto do incitamento, do impulsionamento externo a fim de galgar os espaços que antes eram inacessíveis.

Em um mundo cada vez mais dominado pela fluidez, pelo momento, e por situações que despertam no indivíduo a sensação de que todo o processo a qual está inserido constitui-se efêmero, líquido, que não pode ser segurado por mais que alguns instantes nas mãos, o estranho designado no Bauman seria aquele que parece não se adequar a todo esse dinamismo imposto pela sociedade pós-moderna.

Segundo Bauman (1998), essa afeição do indivíduo à constante renovação e a infinitas possibilidades constitui um severo “teste de pureza”, que testa a capacidade desse indivíduo em “vaguear” pelas inúmeras identidades, num crivo de sensações que só a dinâmica de uma sociedade de consumo pode prover. No entanto, “Nem todos podem passar nessa prova. Aqueles que não podem são a ‘sujeira’ da pureza pós-moderna” (p. 23)

Os impuros e estranhos atuais são os indivíduos que, na visão de Bauman (1998), ainda não conseguiram se desvencilhar daquilo que o modo consumista impõe como obsoleto, um peso desnecessário ao gozo das sensações proporcionadas pelo mercado consumidor. Um mercado que não promove as certezas, nem almeja prover o consumidor de sensações de longo prazo.

Somando-se a isso, Bauman (2009) discorre sobre a vida num mundo onde as certezas deixaram de existir, marcada pelo dinamismo recorrente das ações dos indivíduos. Para o autor, a vida líquida é a vida baseada no consumo, na experiência do presente sem se preocupar com o futuro, ou com as consequências que atos realizados aqui possam ter num ponto mais distante da vivência. Nessa mesma direção Bauman (2009) aponta que a gênese

principal do mundo líquido-moderno é a velocidade das mudanças sociais. Aliado a isso, vemos a negação da lealdade, pois não se pode ser leal a determinado produto de consumo se o mercado e as instituições que o regem mostram, a todo o momento, produtos para adquirir que você não vai usar, sob pena de ser descartado como lixo, colocado de canto como forma de represália à negação de entrada no dinamismo da sociedade líquido-moderna.

Nas palavras do sociólogo polonês:

(...) O mundo construído de objetos duráveis foi substituído pelo de produtos disponíveis projetados para imediata obsolescência. Num mundo como esse, as identidades podem ser adotadas e descartadas como uma troca de roupa. (BAUMAN, 1998, pp. 112-113)

Identidades essas que são moldadas à guisa das proposições forjadas por uma sociedade que visa tão somente o consumo, ou a propostas aliadas a ele, que se permitem, enfim, desejar apenas o que lhe traz uma sensação de prazer imediata. A respeito desse prazer imediato, sensorial, Costa (2004a) discute a questão do culto ao corpo como forma de construção de uma bioidentidade na sociedade contemporânea. O autor discorre sobre as diversas práticas que tornam o indivíduo preso aos valores sociais de culto ao *fitness*, aliado a todo um processo de reconstrução do modo de vida baseado em preocupações com a saúde. A esse movimento o autor denomina como cultura somática, onde o indivíduo está imerso na cultura da boa forma, sempre atento aos movimentos contraditórios à sua empreitada, de modo a verificar se da forma que está será legitimado pelo olhar do outro. A fim de perpetuar essa cultura do corpo e idealizar o *status* perfeito para o jovem, a mídia utiliza os mais diversos artifícios para que o “ideal” proposto pelo mercado seja utilizado pela massa que consome, fazendo-se valer da participação de figuras públicas para a consolidação dos valores do espetáculo (CHAUÍ, 2007).

Aliada a essa discussão de culto ao corpo, Costa (2004a) argumenta sobre o que seria ou não desejável no atual estágio societário em que nos encontramos. Segundo o autor “(...) Para muitos indivíduos, desejável é o que pode ser sensorialmente experimentado como agradável, prazeroso ou extático; *indesejável é o que pede tempo para se realizar* ou que, ao se realizar, não excita ou traz o gozo sensorial esperado. (...)” (p. 194) (Grifo Nosso)

O autor continua o debate nos mostrando como a percepção do corpo vem sendo realizada e de que forma novas identidades vão sendo construídas a partir da cultura do corpo “saudável”. Tal discussão se faz necessária na medida em que entendemos que os indivíduos

inseridos no contexto da pós-modernidade sentem-se mais atraídos pelo que é momentâneo, e que lhes trará visibilidade perante o restante da sociedade.

Vitelli (2009), por sua vez, afirma a respeito do momentâneo, daquilo que surpreende e de que na mesma velocidade em que é apreciado é desfalecido do convívio daqueles que tanto lhe louvaram.

Para o autor,

Há uma urgência em atender o momentâneo, mesmo que o momentâneo do comportamento, da moda, dos hábitos não tenha permanência de longa duração. Essas coisas reinam, se excluem e se substituem velozmente – redizem e reduzem valores, para mais valorar o objeto, criando armadilhas para o sujeito, seduzindo-o. Tudo é deglutido e consumido rapidamente. (VITELLI, 2009, p. 60)

Nesse mesmo sentido Campos (2010) trata sobre a questão da contemporaneidade, seus preceitos e possibilidades de relações sociais. A contemporaneidade, entendida pela autora como a pós-modernidade, possibilita o usufruto das mais diversas práticas e utensílios tecnológicos possibilitando uma melhor vivência em sociedade. No entanto, ao mesmo tempo em que proporciona uma vida mais cômoda, essa pós-modernidade afasta, segrega e torna as pessoas escravas de um consumo, que dita as regras do jogo social. A sociedade de consumo, como é conhecida, leva as pessoas a construírem relações frágeis, momentâneas, colocando o indivíduo em uma situação em que não se pode mais estabelecer metas a longo prazo devido às relações efêmeras a que estão submetidas, onde a palavra de ordem é aquilo que seja entendido como passageiro, capaz de satisfazer suas necessidades capitalistas.

Para a autora, ao discutir sobre a questão da pós-modernidade e as possibilidades que esta oferece aos indivíduos, nos mostra uma breve conceituação, vejamos:

... resumi-la em um conceito seria como dizer que a pós-modernidade é o momento em que vivemos hoje, o contemporâneo, o contexto histórico que aí está. E o que ‘aí está?’ Está o homem fragmentado, desterritorializado, e o fluido de idéias que cruza o mundo exige que vivamos intensamente o aqui e agora; aqui e agora que possibilitam, que tornam o Homem problemático. (...) (CAMPOS, 2010, pp. 192-193)

Castells (2000), em discussão sobre o sujeito desterritorializado, infere que é a partir da constituição de uma sociedade em rede, com a destituição das fronteiras físicas e o processo de globalização iminente, que o sujeito passa a existir em vários territórios ao mesmo tempo. Conforme o autor, “...o surgimento da sociedade em rede traz a tona os processos de construção da identidade durante aquele período [modernidade tardia], induzindo assim novas formas de transformação social” (CASTELLS, 2000, p. 27). Essas

novas dinâmicas sociais forjadas a partir do advento da sociedade em rede caracterizam a forma com que as comunidades locais e regionais se inserem no interior do processo de globalização a que estamos inseridos.

Para Santaella (2008) tal movimento ganha força a partir das novas mídias tecnológicas e, principalmente, a partir do surgimento do ciberespaço, uma vez que

... a tecnologia computacional está fazendo a mediação das relações sociais, de nossa auto-identidade e do nosso sentido mais amplo de vida social. O telefone celular, o fax portátil, o computador notepad e várias outras formas eletrônicas de extensão humana se tornaram essenciais à vida social e se constituem nas condições para a criação da cibercultura (SANTAELLA, 2008, p. 105).

Cientes de toda essa dinâmica consumista/imediatista, onde os indivíduos se propõem à objetivos de curto prazo de forma consciente ou não consciente, impulsionados por uma proposta que lhes mostra que o caminho vindouro é o atrelado à lógica do consumo, e com base nos conceitos de “impuro” e “estranho” discutidos, onde vimos que cada sociedade – e aqui podemos dizer cada grupo social – produz os seus estranhos e impuros com base em pressupostos que visam a um ideal de ordem, limpeza e pureza, é que propomos a discussão a respeito dos estranhos que permeiam o ambiente universitário; uma discussão a respeito do processo de sociabilidade de jovens que obtiveram acesso ao ensino superior em meio a inúmeras controvérsias a respeito de seus méritos. São os impuros e estranhos de nossa própria sociedade, oriundos de classes sociais potencialmente desfavorecidas e que viram no sistema de cotas uma possibilidade de ascensão social a partir de um curso superior.

Para Corcini (2007), as desigualdades existentes no país forçam o Estado a promover políticas públicas de compensação social, e o acesso ao ensino superior é uma delas.

A autora nos argumenta que

... não é a falta de condições de as pessoas cursarem o ensino superior que faz com que a desigualdade no país aumente. E sim, quanto mais desigualdade houver entre os cidadãos, maior será a dificuldade do acesso dos mesmos à universidade, em sentido geral.

Por isso que a intervenção do Estado pela via das políticas públicas de acesso à educação superior pode ser um instrumento capaz de superar a inacessibilidade aos direitos fundamentais e garantir a igualdade de tratamento entre os cidadãos. (CORCINI, 2007, p. 52)

Igualdade essa discutida no trabalho de Gomes (2008), onde discute a questão da igualdade na universidade a partir do sistema de cotas. Segundo o autor, as cotas vieram para diminuir as disparidades raciais – também étnicas e sociais – existentes no seio das universidades brasileiras. Foi a partir de uma luta histórica do Movimento Negro que as

reparações históricas começaram a ser construídas no Ensino Superior e, aliado a isso, a correção das disparidades sociais, beneficiando milhões de brasileiros que não tinham as condições necessárias para concorrerem a uma vaga nas universidades.

A partir do exposto acima, elencamos as seguintes problemáticas que nortearam o rumo de nosso trabalho: Em que medida esses estudantes de baixa renda, imersos em uma nova realidade sócio-cultural, experimentam as novas propositivas que lhes é apresentada e até que ponto essas propositivas impactam em seu cotidiano, dentro e fora da Universidade? Com base no postulado de Bauman acerca dos impuros e estranhos, até que ponto esses estudantes se sentem excluídos, ou não, no contexto universitário, a partir de sua condição de cotista? De que forma o meio social que preza pelo consumismo e pelo imediatismo das relações influencia na dinâmica social desses jovens dentro da Universidade?

Essas problematizações nos proporcionaram uma visão inicial a respeito do tema a que nos propomos analisar e serviram de base para a elaboração dos seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Investigar as construções de sentido de universitários calouros, ingressantes no ensino superior através de cotas sociais, da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Araguaína.

Objetivos Específicos:

1. Investigar, qualitativamente, em que medida o estudante universitário, ingressante através de cotas sociais, experimenta o espaço da universidade como um local de construção de estilos de vida e projetos de vida;
2. Investigar, qualitativamente, as construções de sentido de estudantes universitários calouros, do Câmpus UFT Araguaína, acerca dos laços sociais construídos até então no espaço da Universidade;
3. Verificar, qualitativamente, as diretrizes políticas oficiais da UFT acerca de alunos cotistas e suas congruências ou incongruências com os discursos discentes acerca de suas vivências na universidade;
4. Investigar, qualitativamente, as possíveis relações entre os discursos dos jovens pesquisados acerca de suas inserções na universidade e as vicissitudes apresentadas pela vida urbana contemporânea;
5. Elaborar, ao final da análise e discussão dos resultados, um produto derivado dos resultados obtidos a partir de nossa pesquisa.

Como produto de nossa dissertação, elaboramos três infográficos a partir dos dados obtidos por meio de questionários aplicados aos estudantes sujeitos da pesquisa. Os infográficos revelam dados relacionados à renda do estudante cotista, sua relação com o meio acadêmico e com as tecnologias digitais. Aliado a isso, tecemos algumas sugestões de utilizações dos infográficos no intuito de promover uma melhor discussão sobre o estudante cotista, sua relação com o meio acadêmico e sua relação com as mídias digitais.

A respeito do processo de socialização, entendemo-la, com base em Frúgoli Jr. (2007), como a construção de laços em prol de uma dada situação, de uma dada conjuntura, entre indivíduos que, apesar das diferenças, encontram pontos em comum em um dado contexto sociocultural. Para o autor, existem algumas leituras pertinentes à conceituação do termo “sociabilidade” e a primeira delas – e a que realmente se encaixa com o propósito de nosso trabalho – entende “... sociabilidade enquanto possibilidades de construção temporária do próprio social entre estranhos ou *atores sociais de condições diversas*, em que a interação em si constituiria o principal intuito (...)” (FRÚGOLI JR. 2007, p. 23-24) (Grifo Nosso).

Esses atores sociais – jovens estudantes cotistas – experimentam esse novo espaço, novos propósitos, novas construções sociais, em meio a uma cultura que almeja o imediatismo, onde as visões a longo prazo parecem esfacelar-se à medida em que se torna um indivíduo imerso nas propostas consumistas tanto divulgadas e espalhadas pelos mais diversos meios de comunicação, em uma forma de espetáculo (DEBORD, 2011), visando, tão somente, a perpetuação do modo de dominação disseminado pela sociedade de mercado.

Para Debord (2011, p. 24),

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. (p. 24)

Para Costa (2004b) – numa discussão acerca da condição do jovem em uma sociedade de mercado – há diferenças e desigualdades no ato de consumir e quem consome está inserido de modo satisfatório na sociedade. Segundo o autor, no presente comprar virou sinônimo de consumir, e o consumidor é forçado a esse ato a partir dos deleites das propagandas que o instigam a experimentar as mais novas sensações do mercado. Dessa forma, entende a atual sociedade de mercado como um artefato cultural, onde todos querem estar inseridos, embora poucos tenham as condições necessárias para essa inserção.

De acordo Costa (2004b, p. 77)

(...) Consumismo, portanto, é o modo que o imaginário econômico encontrou de se legitimar culturalmente, apresentando as mercadorias como objetos de necessidades supostamente universais e pré-culturais, e ocultando, por esse meio, as desigualdades econômico-sociais entre os potenciais compradores.

Tratando da relação entre jovens e sociedade de consumo, temos o trabalho de Szapiro & Resende (2010). Para as autoras o jovem no contexto pós-moderno está associado à ideia de liberdade, à ideia de que o que importa é tão somente o momento, desassociando a visão de planejamento da figura juvenil, entendendo o jovem pós-moderno não como o que planeja, mas o que vive. Em decorrência disso, esse mesmo jovem que se vê tão liberto para experimentar as inúmeras sensações que o mercado lhe proporciona é o jovem que se torna um prisioneiro do mercado consumidor, onde a lógica é pautada no consumo do prazer do momento, um prazer descartável.

Conforme as autoras,

Na verdade, eles se encontram, paradoxalmente, numa situação simbólica de abandono e se tornam, assim, presas fáceis de um aparelho poderoso regido pela lógica da sociedade de mercado, que não cessa de lhes oferecer “mais prazer” através de mais objetos a consumir, sugerindo-lhes que consumir é exercer o direito de escolher. A cada momento um objeto, a cada momento um novo prazer, ao qual se sucede uma nova busca por mais prazer. (SZAPIRO & RESENDE, 2010, p. 45)

Para Kehl (2004), apesar da imprecisão do termo “juventude”, tem-se o lugar comum que o jovem é aquele que consome, passando assim a obter um novo *status* na sociedade que outrora lhe relegava um plano secundário no início do século XX. Essa designação de um lugar de destaque na sociedade promoveu, entre outros desígnios, o florescimento de uma cultura hedonista entre os jovens, onde “(...) O adolescente pós-moderno desfruta de todas as liberdades da vida adulta, mas é poupado de quase todas as responsabilidades.” (KEHL, 2004, p. 93).

A necessidade de pesquisar o processo de sociabilidade de estudantes universitários, que obtiveram acesso por meio das cotas sociais, fez-se justificável em três vieses distintos que se inter-relacionam: social, acadêmico e institucional.

No primeiro deles, vimos a necessidade de realização da pesquisa uma vez que tratamos de jovens de baixa renda, que antes da implantação do sistema de cotas não viam a universidade como uma possibilidade real, um local que pudessem fazer parte e, a partir dali, construir metas e novas possibilidades de vida. Este estudo permitiu--nos adentrar no universo desses jovens cotistas e verificar de que forma se realizou a construção de sentido no

ambiente universitário, analisando até que ponto a imersão em uma sociedade de consumo influencia na construção social dentro da Universidade.

No âmbito acadêmico sentimos a necessidade de realizar o debate sobre as cotas pós-implantação da lei 12.711/12, uma vez que os trabalhos encontrados remetem ao período anterior à promulgação da lei. Após a realização da revisão do estado da arte de nosso tema verificamos que os trabalhos encontrados tratam, em sua maioria, sobre o debate em torno da implantação das cotas nas universidades, os prós e contras de sua instituição e a possibilidade de correção da disparidade racial existente no ensino superior. Além disso, os trabalhos abordam, exclusivamente, o debate em torno das cotas raciais, relegando as cotas sociais ao segundo plano, uma vez que as políticas públicas voltadas para o acesso ao ensino superior remetiam, em sua grande maioria, para a população negra. Em nosso levantamento bibliográfico constatamos que os trabalhos remetem, principalmente, a temas como: acesso do estudante negro na universidade (CORCINI, 2007; MOEHLECKE, 2000; SILVA, 2003; ROZAS, 2009); racismo e desigualdade racial (DOMINGUES, 2008; FRANCO, 2006; GOMES, 2008; JACCOUD, 2008a, 2008b;; PEREIRA, 2012) e sobre as políticas afirmativas desenvolvidas pelo Estado de forma geral (MOEHLECKE, 2002; NASCIMENTO, 2014; DAFLON, FERES JÚNIOR & CAMPOS, 2013).

Ainda neste viés percebemos a ausência de estudos relacionados à sociabilidade de estudantes universitários, sejam eles cotistas ou não cotistas. Tais estudos são necessários na medida em que se pretende entender de que forma esses estudantes constituem seus laços sociais e, ainda, de que modo a universidade enxerga e discute a condição do aluno enquanto sujeito/ator histórico imerso em uma cultura muitas vezes totalmente divergente da cultura da qual é oriundo. Ademais, realizando pesquisa na base bibliográfica de nossa Universidade, verificamos a presença de apenas 3 trabalhos relacionados à cotas¹, o que nos estimulou à proposição do presente empreendimento dissertativo.

¹Para verificar a produção local sobre cotas buscamos no Sistema Online de Bibliotecas da UFT (SISBIB) a partir da pesquisa com os seguintes indicadores: Cotas, Indígenas, Ações Afirmativas, Reserva de Vagas. Esses indicadores foram inseridos, alternadamente, nos campos de Título, Assunto e Livre, disponíveis no Portal. Além disso, fizemos a pesquisa selecionando, alternadamente, Dissertação, Monografia e Tese. Com base nos indicadores encontramos somente duas dissertações: CARVALHO, Doracy Dias Aguiar de. **A política de cotas da Universidade Federal do Tocantins** :concepção e implicações para a permanência dos estudantes indígenas / Goiânia, 2010. 189 f.; CASTORINO, Adriano Batista. **A Reserva de Vagas Para Estudantes Indígenas na UFT.**/ Palmas-TO; 2011. 192 f. O terceiro trabalho não está inserido na base do SISBIB, mas encontramos a partir de acesso à Plataforma Capes, qual seja: PEREIRA, Cícero Valdiêr. **Política de acesso e permanência para estudantes indígenas na universidade**: avaliação da política de cotas da Universidade Federal Do Tocantins (UFT). Disponível em http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6660 Acesso em 19.12.14 – 15:15

Sob o viés institucional, a partir dos resultados obtidos, elaboramos um produto em forma de infográficos com o perfil dos estudantes cotistas alvos de nossa pesquisa. Tal produto é direcionado às Pró-reitorias que tratam diretamente com o aluno, quais sejam: Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Proest). Os resultados da pesquisa podem servir de base para ações futuras que tomem como mote a discussão do sujeito cotista dentro do ambiente universitário.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em nosso trabalho analisamos os discursos de jovens cotistas sociais que estavam cursando o segundo período dos cursos de graduação presencial da Universidade Federal do Tocantins, no campus de Araguaína. Optamos por essa delimitação devido ao fato de no 2º período os estudantes já terem a impressão inicial do ambiente universitário, seus meios e práticas inerentes a esse novo reduto sócio-cultural. Levamos em conta também o fato de, ainda, carregarem todas as impressões pré-universidade, baseadas no contexto social e cultural a que estavam imersos.

Como forma de conduzir o nosso trabalho realizamos, primeiramente, a revisão do estado da arte acerca do tema, verificando quais os trabalhos que tratavam de nossa temática e de que forma essa temática era analisada pelos autores.

Ferreira (2002, p. 258) nos exemplifica como são os trabalhos denominados de estado da arte, vejamos:

... são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Dessa forma, realizamos a revisão do estado da arte de nosso tema em dois momentos distintos: pesquisa de artigos e pesquisa de Teses e Dissertações.

Na primeira, realizada na plataforma *Scielo*, acessamos o catálogo de revistas por ordem alfabética. Dentro das revistas inseridas na grande área de Ciências Humanas acessamos cada uma das revistas lá contidas. Lemos a “Missão” da revista e se condizente com nosso trabalho pesquisamos cada número lançado em busca de artigos que tratavam sobre o Sistema de Cotas, Políticas Afirmativas no Ensino Superior, Juventude, Relações Sociais e Sociedade de Consumo.

Na segunda parte realizamos um levantamento de Teses e Dissertações em duas plataformas: Repositório Digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT) e no Portal de Periódicos da CAPES. Em ambos os repositórios entramos com as seguintes palavras-chave: Cotas Sociais; Ações Afirmativas; Sociabilidade; Construção de Sentidos; Jovens Universitários; Juventude; Sociabilidade; Sociedade de Consumo; Jovens Universitários; Cultura; Identidade.

Lançamos mão, também, da pesquisa documental, de forma a levantarmos dados sobre o processo de implantação e manutenção das cotas na Universidade Federal do Tocantins. A

pesquisa documental foi realizada a partir de solicitação de dados junto à Pro-Reitoria de Graduação (Prograd), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Proest) e Secretaria Acadêmica do campus de Araguaína. Buscamos dados, também, no site da UFT, nos campos destinados à documentação. Nessa pesquisa encontramos informações sobre a quantidade de cotistas existentes, programas e projetos da UFT destinados especificamente a eles, resoluções e portarias que visam especificamente ao tema das cotas.

Adotamos o modelo de pesquisa qualitativa, onde seus aspectos essenciais, segundo Flick (2009, p. 23), consistem

(...) na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção do conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos.

Utilizamos como técnica de coleta dois modelos distintos: questionário com perguntas fechadas e o Grupo Focal. Com relação ao questionário Fonseca (2009, p. 38) nos informa que “A finalidade do questionário é obter, de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação, em relação à população ou à amostra determinada”.

Com relação ao grupo focal, Gatti (2005, p.10) coloca que,

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevante para o estudo do problema visado. A pesquisa com grupos focais, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão de idéias partilhadas por pessoas no dia-a-dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros.

A utilização do grupo focal em nossa pesquisa se mostrou salutar na medida em que pretendíamos verificar a percepção do grupo sobre os temas que propusemos discutir, instigando o debate e a construção de ideias a partir da experiência pessoal de cada sujeito participante, caminhando por pontos concordantes e discordantes e fluindo para um entendimento mútuo sobre os objetivos de nossa pesquisa.

Vale ressaltar, porém, as especificidades de uma pesquisa qualitativa, pois estamos tratando com indivíduos, das mais diversas condições sociais e culturais. Sobre isso, Goldenberg (2009) elenca todas as dificuldades que o pesquisador qualitativo enfrenta no

processo de pesquisa, uma vez que a subjetividade inerente a cada indivíduo pode influenciar no resultado final da pesquisa.

Para a autora, “(...) Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.(...)” (GOLDENBERG, 2009, p. 14).

Para analisar os dados conseguidos utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1977). Essa técnica nos possibilita a produção de indicadores, permitindo-nos a inferência de conhecimentos a partir dos documentos analisados. Em nosso caso as inferências foram realizadas a partir da aplicação do grupo focal.

Bardin (1977) entende a análise de conteúdo como um desvendamento crítico dos discursos imersos nos mais variados documentos, seja na abordagem quantitativa seja na qualitativa.

Para a autora,

(...) Na abordagem quantitativa, o que serve de informação é a *frequência* com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a *presença* ou a *ausência* de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração. (Grifos no original) (BARDIN, 1977, p. 21)

Como trabalhamos com uma abordagem qualitativa verificamos a presença de determinados temas e conteúdos nas falas dos estudantes, proporcionando uma análise na forma como dá a construção de sentido do jovem universitário. Bardin (1977) nos informa ainda três etapas necessárias para a utilização da técnica de Análise de Conteúdo: Pré-análise; Exploração do material; Tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

Na primeira parte, denominada Pré-análise, o pesquisador toma conhecimento do documento e têm-se as primeiras impressões e perguntas acerca nosso problema inicial. Posteriormente, segundo Bardin (1977), temos a análise flutuante do documento, onde surgem as primeiras hipóteses e questões norteadoras do trabalho. Após esse processo o pesquisador parte para a escolha dos documentos, que podem ser selecionados seguindo as regras que achar mais conveniente ao universo da pesquisa. Dentre essas regras temos: da exaustividade – onde esgota a totalidade do que está sendo analisado; representatividade – onde as amostras devem representar o universo que está sendo pesquisado; homogeneidade – os dados se referem ao mesmo tema; pertinência – aonde necessita de uma adaptação dos documentos analisados aos conteúdos e objetivos previstos na pesquisa; exclusividade – um elemento deve

ser classificado em apenas uma categoria (BARDIN, 1977, p. 36). Ainda dentro da etapa de Pré-análise temos a preparação do material e a elaboração dos indicadores que servirão de base para a segunda etapa da análise de conteúdo, que consiste na exploração do material.

Nesta etapa, segundo Bardin (1977), o pesquisador irá efetivar as decisões tomadas na etapa anterior, de forma a sistematizar todos os dados que tem à disposição. É nela que ocorre a agregação de conteúdos em unidades e o processo de codificação dos dados, a partir da escolha das unidades de registro.

Para a autora,

... o analista, no seu trabalho de poda, é considerado como aquele que delimita as *unidades de codificação*, ou as *de registro*. Estas, de acordo o material ou código, podem ser: a palavra, a frase, o minuto, o centímetro quadrado. O aspecto exacto e bem delimitado do corte, tranquiliza a consciência do analista. Quando existe ambiguidade na referenciação do sentido dos elementos codificados, necessário é que se definam *unidades de contexto*, superiores à unidade de codificação, as quais, embora não tendo sido tomadas em consideração no recenseamento das frequências, permitem, contudo, compreender a significação dos itens obtidos, repondo-os no seu contexto. (Grifos no original) (BARDIN, 1977, p. 36).

Esse método, na visão da autora, assemelha-se à repartição de gavetas, onde cada item tem que estar acomodado em seu respectivo lugar, a partir da construção dos indicadores iniciada na Pré-análise. Por todas essas especificidades, e a necessidade de “seguir” as regras estabelecidas para a categorização dos conteúdos, esta etapa, conforme Bardin (1977), se mostra a mais exaustiva dentre as três propostas na análise de conteúdo. Concluída essa parte de forma sistematizada e com as categorias bem construídas e encaixadas nas unidades de registro, adentramos na terceira e última parte, que é o tratamento dos dados e a inferência.

Para a autora, “A intenção da análise de conteúdo é *a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)* (Grifos no original) (BARDIN, 1977, p. 38)”.

Nessa etapa é que se realizam as leituras profundas das comunicações em análise, indo muito além da leitura superficial, aparente. É um aprofundamento no intuito de verificar os sentidos dos dados analisados de forma detalhada e exaustiva, a partir de diversos polos de comunicação, quais sejam: emissor, receptor, mensagem e canal. A partir de realizada as inferências e estabelecidas as premissas com base nos dados obtidos o pesquisador se encontra na fase da interpretação desses dados correlacionando-os com o referencial teórico de seu trabalho, refutando ou corroborando as hipóteses ora levantadas para a consecução da pesquisa.

Para uma melhor visualização do método de análise de conteúdo vejamos a tabela abaixo que ilustra as etapas necessárias à sua utilização.

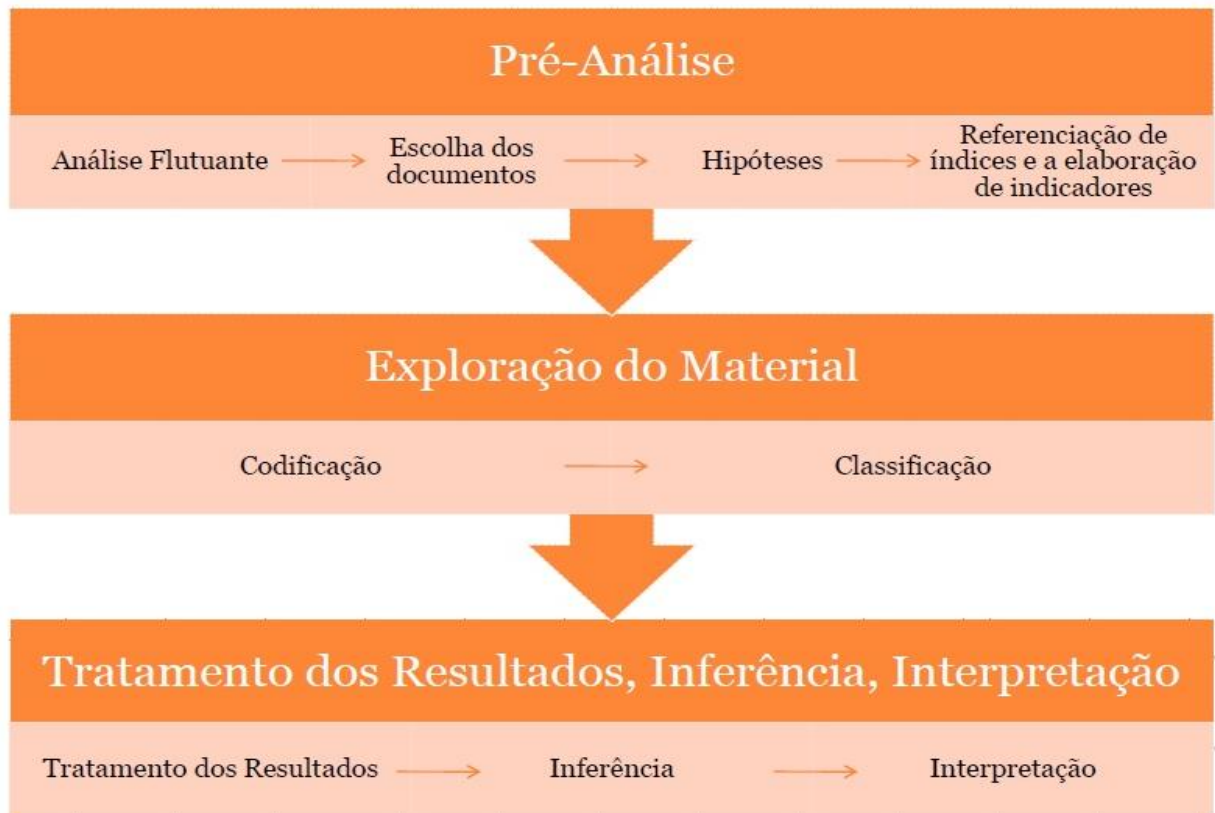


Figura 1: **Modelo mental da Análise de Conteúdo**. Retirado dos slides “Análise do Conteúdo e a Análise Documental” da profª. Lillian Alvares da Faculdade de Ciência da Informação (UNB). Disponível em <http://lillian.alvarestech.com/Analise/Modulo2/Aula21AnaliseDoConteudo.pdf>

DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Criada em outubro de 2000 pela lei número 10.032/00, a Universidade Federal do Tocantins conta hoje com 47 cursos de graduação presenciais, 13 cursos de graduação modalidade PARFOR (Plano Nacional de Professores da Educação Básica); 3 cursos de graduação EAD (Ensino à Distância) e 27 cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrados e Doutorados) distribuídos em 7 campi² – Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

O Campus de Araguaína oferece 14 cursos de graduação na modalidade presencial e 2 na modalidade a distância, 6 cursos de Mestrado e 2 Doutorados, além de oferecer 5 cursos regulares na modalidade Parfor. Segundo o edital nº 039/2014 de 30 de maio 2014³ foram oferecidas 1495 vagas de graduação. Dessas vagas 420 foram destinadas ao campus de Araguaína, local de estudo de nossa pesquisa.

Para efeito de nosso trabalho, tratamos apenas com os estudantes cotistas dos cursos de graduação presencial do Campus de Araguaína, quais sejam: Curso Superior Tecnológico (CST) em Gestão de Cooperativas, CST em Gestão de Turismo, CST em Logística, Biologia (Licenciatura), Física (Licenciatura), Geografia (Licenciatura), História (Licenciatura), História (Bacharelado), Letras (Inglês), Letras (Português), Matemática (Licenciatura), Medicina Veterinária, Química (Licenciatura) e Zootecnia.

Os estudantes alvos de nossa pesquisa estavam cursando o segundo período de seus respectivos cursos e entraram na universidade no segundo semestre de 2014 por meio dos editais 039/2014 (UFT) e 041/2014 (SISU)⁴, perfazendo um total de 68 estudantes cotistas⁵.

² Dados retirados do “Catálogo das condições de oferta dos cursos de graduação da UFT (2015). Disponível em <http://ww1.uft.edu.br/index.php/ensino/graduacao/catalogo-de-cursos>

³ Este foi o último vestibular realizado pela UFT referente ao segundo semestre letivo de 2014. A partir do primeiro semestre de 2015 as vagas da UFT são preenchidas somente por meio do SISU (Sistema de Seleção Unificada do

⁴ Até o vestibular 2014.2 a UFT realizava a seleção com edital próprio da instituição e a seleção por meio de edital do SISU.

⁵ Número de alunos obtidos junto à Pro-Reitoria de Graduação da UFT (Prograd), mediante solicitação via email. O número de cotistas que entraram nos cursos de graduação do Campus de Araguaína, no segundo semestre de 2014, foi de 104 estudantes, se considerarmos os Quilombolas e Indígenas, mas estes não são o foco de nossa pesquisa.

COLETA DE DADOS

Tínhamos como ideia inicial de coleta de dados em nosso trabalho entrevistas semi-estruturadas, que seriam aplicadas com os estudantes cotistas dos cursos presenciais do campus de Araguaína. Para tal, realizamos contato via e-mail com os estudantes cotistas a partir de dados obtidos junto à Secretaria Acadêmica do campus. Nesse processo obtivemos resposta de apenas um estudante, se dispondo a participar da pesquisa.

Passamos, então, a contatá-los via telefone, conseguindo junto aos próprios estudantes telefones de cotistas que não estavam na lista. Nessa etapa conseguimos uma boa adesão por parte dos alunos interessados em contribuir com nossa pesquisa.

Marcamos então uma entrevista piloto com um cotista, que foi realizada nas dependências do campus no período vespertino. A entrevista durou por volta de 40 minutos e serviu de parâmetro para os próximos passos da pesquisa. Com a transcrição da entrevista e a obtenção dos primeiros resultados percebemos que o método de coleta não pareceria viável à nossa pesquisa pois, em consonância com nossos objetivos, não nos traria as informações necessárias à construção de um debate em torno do estudante cotista na universidade.

Decidimos, então, dividir nossa coleta sob dois vieses distintos: questionário e grupo focal⁶. A escolha do primeiro se deu pelo fato de que tínhamos muitas perguntas no roteiro inicial de entrevistas que poderiam ser remodeladas em forma de questionário, pois eram destinadas a respostas mais objetivas e nos possibilitou traçar o perfil do estudante cotista do campus de Araguaína. Tal recurso se mostrou necessário na medida em que pretendíamos entender qual o perfil dos sujeitos alvos de nossa pesquisa, como renda, relação com o curso a qual está inserido, bem como verificar quais as suas relações com o meio digital e tecnológico, tão característico da sociedade de consumo.

A escolha do segundo partiu da necessidade de entendermos o estudante cotista a partir do confronto de ideias, possibilitando a construção de falas a partir da noção dos outros estudantes presente e, por isso, o grupo focal fez bastante salutar à consecução de nossos objetivos.

Abaixo o detalhamento da aplicação de cada instrumento com o retrato, inclusive, das dificuldades encontradas no decorrer da coleta de dados.

⁶ O questionário e o roteiro do Grupo Focal encontram-se em Anexo.

Questionário

Nosso questionário⁷ continha 30 perguntas fechadas que contemplavam temas como condição socioeconômica do estudante, relação com o curso a qual estavam vinculados, relação com a universidade e formas e uso de utilização da internet. A aplicação do questionário foi direcionada a todos os estudantes que, no momento da pesquisa, estavam cursando o segundo período dos cursos de graduação presencial da UFT. A escolha do período, como sinalizado em nossa metodologia, deveu-se ao fato de que esses estudantes já teriam certas concepções sobre a universidade sem, no entanto, terem deixado de lado todas as impressões pré-universidade.

A partir de contato prévio com os estudantes enviamos os questionários, hospedado no Google Docs, via e-mail. Também abrimos a opção de envio do questionário via WhatsApp, como forma de facilitar ao máximo para que o estudante desse retorno à nossa pesquisa. A taxa mais alta de retorno foi justamente dos questionários enviados via rede social, pois os estudantes respondiam quase de imediato, assim que recebiam o link.

Dos questionários enviados via email obtivemos um retorno muito baixo. Podemos atribuir a esse resultado o não interesse dos estudantes em participarem da pesquisa, uma vez que todos haviam recebido o email com o convite. Em contato novamente com os estudantes estes informaram que assim que pudessem responderiam o questionário, resposta essa obtida por nós em contatos constantes com os estudantes, convidando-os a participarem da pesquisa. Em algumas turmas de graduação não conseguimos contato com os estudantes via email ou telefone, então contamos com a ajuda dos coordenadores para que pudessem aplicar o questionário impresso em sala de aula.

Nossa principal dificuldade na aplicação dessa técnica foi justamente o retorno dos questionários respondidos por parte dos estudantes e o interesse em participar da pesquisa. Mesmo nos questionários aplicados em sala tivemos uma taxa considerável de retorno em branco, sem quaisquer respostas, uma vez que fora orientado aos estudantes sobre a não obrigatoriedade de responder o instrumento.

Nossa intenção era aplicar o instrumento com todos os 68 estudantes vinculados ao segundo período de graduação, conforme dados informados pela Pro Reitoria de Graduação. No entanto, ao estabelecer contato com os estudantes constatamos um número inferior ao

⁷ Vide Apêndice V.

informado, girando na casa dos 60 alunos. Desses, apenas 31 responderam aos questionários, nos dando uma taxa de retorno de 51,66%.

Grupo Focal

Nosso grupo focal foi aplicado com 6 estudantes cotistas dos cursos de graduação presencial do Campus de Araguaína e foi realizado nas dependências do Anfiteatro, Bloco G, no período noturno.

Para a aplicação da técnica elaboramos um roteiro⁸ contendo 12 questões norteadoras que proporcionaram discussões a respeito da imagem da universidade, amizades, sistema de cotas, questão juvenil e sociedade de consumo. Durante a aplicação, porém, suprimimos 1 questão por entendermos que já havia sido respondido no escopo de outras questões. A aplicação da técnica durou 2 horas e 15 minutos.

A aplicação do grupo focal com os estudantes se mostrou bastante satisfatória, devido a interação obtida e das respostas formuladas acerca das questões que íamos apontando ao longo da discussão. Os estudantes se mostraram bastante a vontade para discutir os temas, instigando os demais a participarem, levantando pontos não observados na formulação de nosso roteiro e contribuindo, sobremaneira, para nossa pesquisa.

No entanto, encontramos certas dificuldades na aplicação da técnica, mais concernente ao processo do que a realização em si. Quando em contato com os estudantes muitos relutaram em participar, ou por medo ou por não conhecerem mais a fundo a técnica de grupo focal. Alguns outros queriam saber por detalhes o que seria abordado, discutido, o que deveriam falar, no intuito de se prepararem para o grupo. Dessa forma explicávamos ao estudante como funcionava a técnica sem explicar os detalhes da discussão, na intenção de que os participantes não viessem com conceitos pré-estabelecidos para o grupo e, assim, influenciar os rumos da discussão (GATTI, 2005). Nesse primeiro momento 11 estudantes se dispuseram a participar de nossa pesquisa.

Outro fator que dificultou a aplicação da técnica foi a incompatibilidade de dias e horários dos estudantes, em parte proporcionado pela disparidade de calendários no campus⁹. Enquanto muitos estudantes da Unidade Cimba¹⁰ estavam de férias, os estudantes da Unidade

⁸ Vide Apêndice VI.

⁹ Tal discrepância de calendários foi decorrência da greve dos servidores técnico-administrativos e docentes nas Universidades Federais, entre Maio e Outubro de 2015.

¹⁰ O campus de Araguaína conta com duas unidades de ensino. Uma localizada no perímetro Urbano, denominada Unidade Cimba, comporta os cursos de Licenciatura e Gestão. A outra, localizada no perímetro

EMVZ (Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia) estavam finalizando semestre e em período de exames finais das disciplinas. Muitos estudantes desta unidade alegaram não poder participar justamente em decorrência do período em que estavam, impossibilitando o reordenamento de suas prioridades.

Após minuciosa discussão de datas e horários entre os estudantes 9 deles se dispuseram a participar do grupo focal que foi realizado em uma quarta feira no período noturno. No entanto, horas antes da aplicação do grupo focal uma das estudantes entrou em contato nos avisando que devido estar estudando para um seminário não poderia participar da pesquisa. No local e horário marcado apenas 6 estudantes compareceram. Como o horário estava marcado para 19h solicitamos aos presentes que esperassem mais 15 minutos, no intuito que os demais chegassem para a aplicação da técnica. Findo o tempo estipulado entramos em contato com esses estudantes. Uma nos informou que estava no trabalho e sem hora para sair; outra alegou motivos familiares.

Decidimos, então, ter uma conversa prévia com os participantes presentes para sabermos a desenvoltura de cada uma, a fim de verificar a viabilidade da técnica para a consecução de nossos objetivos. Após essa conversa decidimos aplicar o grupo focal que, no final, forneceu-nos resultados acima do esperado.

Iniciamos o grupo focal com a apresentação de cada participante e, posteriori, com a apresentação do pesquisador. Feito isso demos início à leitura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)¹¹, que continha os termos da pesquisa, orientando-os que a participação era totalmente voluntária, sem qualquer ônus para o pesquisador ou para os sujeitos da pesquisa. Informamos ainda que a qualquer momento da pesquisa o estudante poderia se retirar da pesquisa, em qualquer fase desta.

Partimos, então, para a aplicação do grupo focal. A desenvoltura do grupo foi aumentando de acordo a intimidade que iam tomando um com o outro, e as discussões foram se aprofundando à medida que percebiam uma maior proximidade com o tema abordado. Percebemos que os estudantes, quando em conjunto, tendem a crescer dialogicamente, devido a possibilidade de confrontamento de ideias e posições, bem como de concordância em muitas questões. E foi a partir dessas concordâncias que construímos nossas categorias de Análise de Conteúdo.

rural, denominada EMVZ, comporta os cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia e, a partir de finais de 2016, irá comportar o curso de Medicina Humana.

¹¹ Vide Apêndice IV.

CAPÍTULO I

A POLÍTICA DE COTAS NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E PERSPECTIVAS ATUAIS

Em agosto de 2012 a Presidenta Dilma Roussef sancionou a lei nº 12711/12, denominada Lei de Cotas, que prevê uma parcela das vagas a estudantes oriundos de escolas públicas, bem como aos estudantes negros, pardos e indígenas. A referida lei visa corrigir algumas disparidades existentes no seio da sociedade, promovendo um melhor acesso da população pobre e negra ao ensino superior que se constituíam minorias nas cátedras universitárias.

Com a proposição da lei vimos avanços bastante significativos no tocante à correção das disparidades sociais, econômicas e raciais existente na conjuntura brasileira. Tais avanços foram no sentido de possibilitar ao estudante negro e ao estudante pobre o acesso a um curso superior. Tal proposta fez-se bastante interessante na medida em que esses jovens oriundos de classes mais baixas da sociedade têm como único recurso a utilização da educação pública como forma de conseguir alguma ascensão no meio social. Mas para isso tem que passar pelo ensino médio gratuito, que se encontra, muitas vezes, totalmente ineficiente em sua práxis educativa, não colocando o indivíduo pobre em pé de igualdade para disputar uma vaga com outros estudantes melhores providos de renda.

Vale considerar, também, o caráter elitista na qual as universidades estão imersas, buscando somente os “melhores” estudantes, por meio de exames que não contemplam uma mínima parcela da sociedade que detém os mecanismos necessários para a ascensão ao ensino superior.

Para Bezerra & Gurgel (2012, p. 98)

Esta situação se agrava para os mais pobres, porque o acesso gratuito pelas Universidades Públicas não é fácil, dado o pequeno número de vagas. Acresce a isto a dificuldade de continuação dos estudos, após o acesso a universidade. Os custos de manutenção e a necessidade de trabalhar torna muitas vezes inviável a continuação dos estudos para jovens das camadas mais pobres.

Nestas condições, a universidade acaba por se constituir em mais um fator de desigualdade ou de consolidação e aprofundamento da desigualdade existente.

Neste sentido, o sistema de cotas veio para prover a esses estudantes uma possibilidade de acesso ao ensino superior, antes relegada ao casuísmo. Para Bezerra & Gurgel

(2012, p. 103), “... as cotas nas universidades aparecem como uma tentativa de reverter a injustiça que acompanha a sociedade brasileira, qual seja, a exclusão de uma grande parcela da sociedade, em busca de condições para elevar seu patamar social, cultural e econômico”. Desta forma, analisar o sistema de cotas é analisar como uma política pública de acesso ao ensino superior promove a inclusão do indivíduo em seu próprio *locussocial*, possibilitando-o à consecução de seus objetivos.

Nos dizeres de Bezerra & Gurgel (2012, p. 113)

... sua implementação nas universidades, além de incluir social e culturalmente, constitui-se em uma forma de pressionar os responsáveis pela educação, para que haja um maior investimento nessa área. Ao contrario de estimular a acomodação, a presença da politica de cotas estará sempre lembrando que algo de mais profundo é necessário fazer para tornar efetiva e menos onerosa à sociedade a inclusão desses segmentos sociais despossuídos.

Para a discussão sobre essa política pública faz-se necessário promover sua contextualização histórica, verificar o local primeiro de sua discussão na sociedade brasileira. Vale ressaltar que a bibliografia referente ao sistema de cotas apresentada neste trabalho refere-se, em sua maioria, às cotas raciais. Isso se deve ao fato de que foi a partir das lutas históricas do Movimento Negro no Brasil que se iniciaram as discussões acerca das possibilidades de acesso ao ensino superior. Nesse bojo, os trabalhos acadêmicos remetem à discussão sobre o sistema e sua possibilidade de correção das disparidades raciais no ambiente universitário¹².

O debate sobre cotas sociais, nesse período anterior à promulgação da lei em 2012, funcionava como um contraponto à discussão das cotas raciais. Para os defensores do primeiro sistema ele se mostraria totalmente eficiente no combate às desigualdades existentes no país, uma vez que se entendia que o problema era de cunho econômico e não racial. Para João Feres Júnior (2015), em entrevista acerca do grau de aprovação das cotas nas universidades pós lei, a questão das desigualdades de acesso se encaixam tanto no plano

¹²Sobre a luta e histórico do Movimento Negro ver, entre outros: ANDREWS, Georg Reid. Desigualdade Racial no Brasil e nos Estados Unidos: Uma Comparação Estatística. **Estudos Afro-Asiáticos**, 1992. n° 22, pp. 47-83; FRY, Peter. **A persistência da raça: Ensaio antropológico sobre o Brasil e a África Austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, n° 118, p. 247-268, mar. 2003; HASENBALG, Carlos. **Discriminações e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979./ **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992 e **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro, Iuperj. 1988; MOEHLECKE, Sabrina (2000, 2002).

social quanto no plano racial, pois para ele são situações distintas e que merecem ações com direcionamentos próprios¹³.

Outro fato que merece destaque são as datas em que os trabalhos sobre o sistema de cotas foram publicados. Em sua maioria foram realizados antes da promulgação da lei, em 2012, o que possibilita somente a discussão sobre como as cotas para negros se efetivaram nas universidades que já adotavam o sistema – muito antes de sua regulamentação – eram vistas pelos diferentes setores da academia e da sociedade.

Nesse ínterim, a proposta de contextualizar e trazer a luta do movimento negro ao nosso trabalho se mostra relevante na medida em que nos possibilita entender o percurso histórico da discussão de políticas públicas de acesso ao ensino superior para as classes menos favorecidas e subjugadas na sociedade brasileira, conseguindo, assim, melhores possibilidades de acesso à universidade, beneficiando, também, os indivíduos de baixa renda em condições de exclusões semelhantes.

Segundo Valverde e Stocco (2011), no período de 1993 a 2007 houve um aumento de quase 366% da população negra nos cursos universitários, o que pode ser considerado, à primeira vista, como um avanço bastante significativo no processo de inserção do negro no ensino superior.

No entanto, isso deve ser visto com cautela, pois segundo as autoras,

... a maior taxa de crescimento do acesso ao ensino superior da população negra não significa necessariamente que entre 1993 e 2007 tenha ocorrido uma grande transformação da sociedade brasileira em geral, e da escola em particular, no sentido do enfrentamento do preconceito e da discriminação raciais que reduzem as chances dos jovens negros atingirem e concluírem o ensino superior. Mais adequada parece a suposição da centralidade de duas mudanças institucionais ocorridas no período: a ampliação de vagas no ensino superior e a instituição de programas de ação afirmativa em várias universidades brasileiras. (VALVERDE; STOCCO, 2011. p. 156)

Essa instituição de programas de ações afirmativas, já instituídas em várias universidades federais e estaduais, muito antes da promulgação da Lei de Cotas promoveu certa “correção” nas desigualdades de acesso, promovendo melhores condições àqueles que até há pouco tempo não tinham nenhuma possibilidade de competir nos processos seletivos.

Aliado ao debate promovido pela questão racial existe a questão social e, atrelada a esta, a renda do indivíduo negro no Brasil. De acordo com Rosa (2011. p. 124) “a pobreza no

¹³ Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/07/cotas-sociais-tem-aprovacao-maior-do-que-raciais-aponta-pesquisa.html>

Brasil tem cor e (...) os avanços econômicos e sociais experimentados pelo país nos últimos anos não têm apresentado uma resolução para as desigualdades entre brancos e negros”.

Conforme dados divulgados em IPEA... *et al* (2011, p.35),

Os negros apresentam, em média, 55% da renda percebida pelos brancos em 2009; no entanto, em 1995, a razão de renda era ainda menor (45%). (...) Se, em 1995, os homens negros tinham rendimentos superiores aos das mulheres brancas, ao longo do tempo, passam a receber ligeiramente menos, tendência que se pronuncia a partir de 1999. Em 2009, à mulher branca correspondia 55% da renda média dos homens brancos; para os homens negros, o percentual foi de 53%. No entanto, as mulheres negras, em que pesem o aumento da renda e a redução da desigualdade, permanecem bem isoladas na base da hierarquia social (sua renda média equivalia a 18% dos rendimentos percebidos pelos homens brancos, em 1995, e chega a 30,5% em 2009).

Desta forma, efetuaremos um percurso histórico acerca da luta por igualdades de oportunidades de acesso ao ensino superior, promovida principalmente pelo Movimento Negro, analisando de que forma o Estado acolheu essas investidas e como a lei de cotas, instituída em Agosto de 2012, veio de forma a promover melhores oportunidades para os estudantes de baixa renda em nossas Universidades.

1.1.Estado Brasileiro e a luta por igualdade social e racial

O Estado Democrático de Direito, tal como conhecemos hoje, tem a função de proporcionar o melhor *locus* possível para que o seus indivíduos possam viver harmonicamente. Para isso, faz-se necessário que suas medidas sejam no intuito de proporcionar uma melhor ambientação social, tendo em vista a multiculturalidade inerente a vários desses Estados, como é o caso do Brasil. Em um país onde a miscigenação cultural e social se mostra bastante intensa, a proposta de Estado deve estar pautada nessas especificidades da sociedade brasileira.

Para Azambuja (1973, p. 21), ao distinguir Estado de Sociedade, nos fala que

O Estado não se confunde, pois, nem com as sociedades em particular, nem com a sociedade em geral. O seus objetivos são os de *ordem* e *defesa* social, e diferem dos objetivos de todas as demais organizações. Para atingir essa finalidade, que pode ser resumida no conceito de *bem público* (...), o Estado emprega diversos meios, que variam conforme as épocas, os povos, os costumes, e a cultura. Mas o objetivo é sempre o mesmo e não se confunde com o de nenhuma outra instituição. (Grifos no original)

Para o autor, a proposta de “ordem e defesa social” deve ser inerente à proposta de Estado, seja em qualquer contexto. O Estado que deixa de promover esse mínimo necessário à seus cidadãos deixa de prover uma sustentabilidade social, dando margem às chamadas disparidades sociais, raciais, econômicas, culturais, etc. Além disso é o *bem público* que deve ser o princípio finalístico do Estado, ou seja, são as condições de vivência em sociedade que devem ser almeçadas pelo Estado democrático.

Essas disparidades devem ser resolvidas pelo Estado a fim de promover uma maior igualdade de oportunidades para o indivíduo. De acordo Santos (2005, p. 25): “A noção de Estado democrático consiste, em resumo, na busca da expansão da cidadania (...). O Estado democrático está acostumado a ações afirmativas para restringir a concentração de renda e a discriminação e a diferenciação que a seguem”.

No caso brasileiro, essa busca pela cidadania deve suprir todas as demandas historicamente constituídas no seio da sociedade, entre elas a de fomentar políticas no combate às desigualdades raciais. Toda essa indumentária ideológica de formação do Estado deve ter um braço forte no intuito de alcançar o modelo a que se propõe a seus indivíduos, e esse braço é a sociedade. Para Bresser-Pereira (1999), é a sociedade civil que tem o poder de mudança social, de modo a proporcionar ao Estado os mecanismos necessários para a formação de uma cidadania plena, realmente igualitária.

De acordo o autor,

No plano da sociedade civil existe, portanto, uma luta democrática e republicana para que esta assuma o papel de defensora dos direitos de cidadania, ao invés de se reduzir a uma elite que busca capturar o Estado para seus interesses privados. Para isto torna-se essencial aprofundar a democracia, não apenas aperfeiçoando os mecanismos institucionais que garantem a liberdade e a representação dentro do Estado, mas também envolvendo a democratização da própria sociedade civil. Na medida em que a sociedade civil se fortalece e se democratiza, logra transformar-se em agente estratégico da defesa dos direitos de cidadania e do interesse público. (...) (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 105).

Nesse bojo de ações da sociedade civil, como forma de conseguir que essa cidadania seja dispensada a todos, o Movimento Negro – principalmente a partir da década de 1970 – desempenhou um papel essencial no combate ao racismo, buscando, junto ao Estado brasileiro, políticas de inclusão do negro nas variadas esferas da sociedade, principalmente nos campos educacional e social, onde as disparidades se mostravam gritantes. Tais ações se mostravam no intuito de fomentar o debate da disparidade existente entre a chamada democracia racial e a igualdade racial, esta buscando ser efetivada pelo Movimento Negro (SANTOS, 2005; MOEHLECKE, 2000).

Todo esse esforço faz-se necessário na medida em essas desigualdades raciais mostram-se presentes na dinâmica social brasileira. Devido à falácia da democracia racial existente no Brasil, os negros foram subjugados, colocados à condição de subalternos de uma sociedade dominada econômico e socialmente por brancos, apesar de sua vantajosa superioridade numérica (SILVA, 2003)

Para Jaccoud (2008a, p. 55-56)

...apesar de ser freqüentemente considerada como discriminação de classe, a discriminação racial é um fenômeno presente na dinâmica social brasileira. Operando na ordem da distribuição do prestígio e privilégios sociais, os mecanismos raciais de discriminação atuam mesmo nos espaços sociais e econômicos mais modernos da sociedade. Esses mecanismos não apenas influenciam na distribuição de lugares e oportunidades. Reforçados pela própria composição racial da pobreza, eles atuam naturalizando a surpreendente desigualdade social deste país.

Essa desigualdade informada pela autora é que se mostra presente nos inúmeros discursos do Movimento Negro, de forma a suscitar os debates no intuito de auxiliar na construção de políticas que venham a suprir a necessidade histórica da parcela da sociedade a qual representam.

Para Nascimento (2014), essas disparidades sociais se mostram inconcebíveis na medida em que entendemos que todos somos cidadãos perante a lei, e o “privilégio” dos bens fomentados pelo Estado deveriam ser para todos, e não somente para uma ou outra parcela mínima.

Ora, somos todos iguais perante a lei, mas, nas práticas sociais concretas, o acesso aos direitos é feito de forma privilegiada, como se existissem grupos que são “mais importantes” ou “mais iguais” que outros. Isso é, inclusive, o que define o racismo: a crença na existência de raças humanas e na superioridade de umas raças sobre outras. Em nossa experiência histórica, a crença sobre a superioridade da raça branca definiu formações sociais, institucionais, jurídicas e até ensejou políticas públicas de branqueamento. (NASCIMENTO, 2014, p. 3)

De certo que a partir da Constituição de 1988 o Estado brasileiro passou a encarar com outros olhos a questão da desigualdade racial no país, em boa parte decorrente do processo de reabertura política a qual o país estava passando, onde setores da sociedade civil organizada começaram a propor mudanças na forma como o Estado conduzia as questões sociais. E foi a partir de 1996, com o reconhecimento público do Presidente Fernando Henrique de que o Brasil era um país racista, e que as desigualdades existentes no seio da sociedade eram derivadas em grande parte à questão da cor, que o Estado passou a intervir mais energicamente no combate às desigualdades raciais (MOEHLECKE, 2000). No entanto, mesmo a partir da CF de 1988, o negro ainda era associado à condição de miséria social.

Para Jaccoud (2008a, p. 57)

Com relação à população negra, observa-se, nesse período [pós constituição de 1988], a reafirmação de um diagnóstico no qual o negro é associado à situação de miséria que predomina nas camadas de menor renda da população. O enfretamento das condições de pobreza e a oferta de melhores condições de educação, de trabalho e de cidadania definem uma pauta importante das demandas do Movimento Negro. Com elas, colocava-se a ênfase na necessidade de reconhecimento da discriminação racial como um fenômeno recorrente no país e de sua condenação, e a defesa da preservação e valorização do patrimônio cultural dos negros.

E com essa reafirmação da condição de subjuço do negro na sociedade brasileira, as políticas de combate a essas desigualdades deveriam se mais enérgicas, como forma de corrigir essas disparidades históricas. Sobre esse esforço corretivo e, ao mesmo tempo, inclusivo, Moehlecke (2002), traça um panorama acerca das ações desenvolvidas ao longo década de 1990. De acordo a autora, as pressões populares, vindo principalmente do Movimento Negro, surtiram algumas possibilidades de promover uma igualdade racial no Brasil.

Segundo a autora,

No âmbito do movimento negro, a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, representou um momento de maior aproximação e pressão em relação ao Poder Público. O esforço no sentido de pensar propostas de políticas públicas para a população negra pode ser observado no Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, apresentado pelo movimento ao governo federal, e que inclui dentre suas sugestões: incorporar o quesito cor em diversos sistemas de informação; estabelecer incentivos fiscais às empresas que adotarem programas de promoção da igualdade racial; instalar, no âmbito do Ministério do Trabalho, a Câmara Permanente de Promoção da Igualdade, que deverá se ocupar de diagnósticos e proposição de políticas de promoção da igualdade no trabalho; regulamentar o artigo da Constituição Federal que prevê a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; implementar a Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino; conceder bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda, para o acesso e conclusão do primeiro e segundo grau; desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta; assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos raciais nas campanhas de comunicação do governo e de entidades que com ele mantenham relações econômicas e políticas. (MOEHLECKE, 2002, p. 205-206)

Com essas medidas, o Estado brasileiro passaria a promover um debate coeso acerca do combate às desigualdades raciais. No entanto, no entendimento de Alves (2002), a política de combate ao racismo e a promoção da igualdade racial é bastante capciosa no tocante à sua implementação. A dificuldade decorre do fato da própria sociedade, ancorada em leis civis que, às vezes, se mostram dúbias em sua explanação, não adotar as ideias colocadas pelo Estado.

Segundo o autor,

Vigorosamente denunciado no Brasil pelo movimento negro e por membros da Academia, tão disseminado no “Ocidente” que autores norte-americanos hoje falam da “brasilianização da América”, o racismo insidioso, consciente ou inconsciente, que mantém grandes contingentes populacionais em situação de inferioridade social é, quiçá, mais difícil de combater do que as manifestações ostensivas de inferiorização racial, na medida em que se dissimulam debaixo de direitos civis distorcidos. (ALVES, 2002, p. 201)

É a partir dessas dificuldades inerentes à nossa sociedade que o debate acerca do combate às desigualdades raciais e ao racismo foi fomentado das mais variadas formas. As políticas públicas e os planos de ação foram forjados a partir da discussão conjunta, pois somente dessa forma o Estado brasileiro conseguiria, a médio e longo prazo, subsidiar a seus cidadãos uma cidadania plena.

1.2. Ações afirmativas e o caso brasileiro: dos planos de ação à instituição das cotas raciais e sociais no ensino superior

As chamadas Políticas Afirmativas tiveram início nos Estados Unidos, por volta da década de 1960, e tinham como propósito combater a segregação racial tão persistente naquele país. Tais políticas começaram por combater a discriminação dos negros nos postos de trabalho passando, *a posteriori*, a focar os maus tratos com as mulheres e as minorias étnicas. A força do Movimento Negro nos Estados Unidos foi de suma importância para que a implantação dessas políticas, ou ações afirmativas, fosse efetivada de fato. De certo que com toda a peculiaridade étnico-racial existente no país, as ações afirmativas vieram a ter certa resistência por parte de boa parte da sociedade branca americana (MOEHLECKE, 2000).

Franco (2006) ao tratar das políticas afirmativas brasileiras de combate ao racismo e discriminação racial nos dá a seguinte definição:

Pode-se dizer, de plano, que consistem em intervenções de cunho político-institucional com metas práticas, associadas ao jogo de poder no seio da sociedade. Ou, por outras palavras, intervenções que têm por objetivo causar um impacto transformador sobre as representações, as condutas e o acesso de grupos vitimados pela discriminação e exclusão social (com base em categorias socialmente significadas, como gênero, raça, naturalidade) às posições disponíveis na estrutura de uma sociedade, rompendo com uma dinâmica histórica e silenciosa de reserva de privilégios a segmentos dominantes. (p. 22)

Podemos entender, pelo exposto acima, que ações afirmativas são mecanismos adotados pelo Estado de forma a suprir a demanda por correções históricas às vítimas de discriminação na sociedade, pautadas pela questão racial e/ou social. Dito de outra maneira, podemos entender ação afirmativa como “uma iniciativa essencial na promoção da igualdade” (SILVA, 2003, p. 20).

Essas iniciativas é que proporcionaram ao cidadão vítima de discriminação decorrentes de sua cor os alicerces necessários para um bom viver em sociedade, onde terão oportunidades igualitárias com a outra parte da população. Para Moehlecke (2002), a ênfase dos programas afirmativos e a forma como serão implementados dependerá muito das condições sócio-históricas do público alvo dessas ações.

No Brasil, as Políticas Afirmativas sofreram, e ainda sofrem, com as divergências de opiniões a respeito de sua implantação. Há os que acreditem que seriam medidas paliativas e que nada resolveria a desigualdade existente no país, pois entendem que essa desigualdade é estratificada somente no campo social, deixando a questão racial fora das discussões. Nesse bojo, inserem-se os defensores das políticas universais, pois acreditam que é no extrato social, e não racial, que se encontram as verdadeiras discriminações e nicho propício para intervenção estatal. Aos defensores das políticas afirmativas, o discurso é de reparação, inclusão das camadas negras da sociedade no seio das discussões sobre suas próprias vivências cotidianas (MOEHLECKE, 2002).

Para Nascimento (2014, p, 4)

Mesmo que se aceite o conceito de ação afirmativa para a definição de políticas públicas, mantém-se a dificuldade (ou recusa deliberada) de compreender o papel determinante do racismo, do preconceito e da discriminação na produção das desigualdades. Ora, na história da formação das classes sociais no Brasil o racismo tem uma forte influência. Não é possível negar a enorme dificuldade de mobilidade social que tem a população negra. Mesmo assim, em todos os âmbitos (sobretudo nos âmbitos acadêmico e político) ainda são maioria os que defendem que no Brasil não existe uma “questão racial” e sim uma “questão social”. Falsa dicotomia, pois parece óbvio que a questão é social. O que não se leva em conta é que a “questão social” tem no racismo um importante determinante.

Essa mobilidade social só é possível com o combate às desigualdades raciais existente no Estado brasileiro. Conforme nos informa o autor, a condição social do brasileiro está intimamente ligada à condição racial. E é essa condição, e suas limitações nos diferentes níveis sociais, o que deve ser discutido de formar a corrigir essas disparidades. Para Nascimento (2014, p. 7) “O caminho da mudança no Brasil deve começar pelo combate às desigualdades sociais”.

De acordo Franco (2006, p. 46),

... o debate e a aplicabilidade das políticas de ação afirmativas se tornam imprescindíveis, pois justificam a importância da adoção deste tipo de política pública como uma reparação histórica, (...), e obrigando a sociedade a desvelar o racismo das práticas sociais.

Para Barros (2009), esse debate faz-se necessário na medida em que se pretende uma releitura da condição social do brasileiro atrelado à condição racial. Para a autora, o debate tornou-se mais intenso a partir da década de 1990, com a intensificação da luta do Movimento Negro, que conseguiu, por meio de pressão popular, alicerçar bases para políticas afirmativas, principalmente no campo educacional, por meio da política de cotas nas universidades brasileiras.

Vale ressaltar que essa luta intensificada do Movimento Negro teve suas origens ainda na década de 1930. Uma luta baseada em maiores oportunidades de ingresso no ensino superior, que encontraria um desfecho favorável somente no início do século XXI. De acordo Jaccoud (2008b, p. 145-146)

O debate sobre a implementação de políticas de ações afirmativas no âmbito educacional superior não é recente no Brasil. Desde os anos 1930, o Movimento Negro apontava para a necessidade de se garantir o direito da população negra à educação. No campo da Educação Superior, uma experiência inovadora passou a ser desenvolvida a partir do final dos anos 1990, com a criação de cursinhos universitários pré-vestibulares voltados a estudantes negros. (...) Mas foi a partir de 2001 que universidades públicas começam a adotar sistemas de ações afirmativas, por meio da implementação de sistemas de cotas ou bonificações visando promover o ingresso de estudantes negros em seus cursos.

Esse acesso ao nível superior representa uma ascensão social para a população negra brasileira. Nos dizeres de Barros (2009) “A educação superior dentro do sistema mercantil é vista como um meio de qualificação, uma forma de integração social do indivíduo, um processo de socialização”, e como tal, é encarada pelo Movimento Negro como um alicerce necessário à propositiva de combate ao racismo e outras formas de discriminação oriundas da cor da pele.

No Brasil, como já informado, a partir de 2001 a população negra contou com leis favoráveis ao ingresso no ensino superior. Mesmo não relacionadas às propostas de políticas afirmativas nos Estados Unidos desde a década de 1960, as ações implementadas pelo Estado brasileiro tiveram como base a reparação das distorções sociais por meio do acesso ao ensino superior. Muito embora tenhamos o entendimento comum de que a política de cotas sejam as

próprias “ações afirmativas” do Estado, essas representam apenas uma pequena fatia do plano que se pretendia implantar.

Para Silva (2003. p. 21-22)

...a expressão *cotas numéricas* [em alusão às cotas raciais] foi e continua sendo confundida com *ação afirmativa*, o que é um equívoco, em algumas situações, deliberado, em outras, fruto de ignorância. As cotas são um aspecto ou possibilidade de ação afirmativa que, em muitos casos, tem um efeito pedagógico e político importante, posto que força o reconhecimento do problema da desigualdade e a implementação de uma ação concreta que garanta os direitos (ao trabalho, à educação, à promoção profissional) para as pessoas em situação de inferioridade social.

No Brasil, os setores do MN [Movimento Negro] e do MMN [Movimento de Mulheres Negras], que apóiam a implementação das cotas, compreendem-nas como estratégia política de abertura de um processo de negociação a longo prazo no combate às desigualdades raciais.

Mesmo como uma proposta de ação, diferente do entendimento de política afirmativa, o sistema de cotas implantado no Brasil representou um avanço no combate à discriminação racial e equiparação das condições sociais de seus indivíduos. Tais medidas corroboram com o proposto na Declaração de Durban (2001), na medida em que propõem políticas compensatórias à população negra, vitimada nos últimos séculos das mais variadas formas.

Concordamos com Domingues (2008, p. 155) quando nos diz que a política de cotas no ensino superior brasileiro “tem o poder de proporcionar visibilidade ao povo negro”. Essa visibilidade, antes sequer mencionada, proporciona melhores condições sociais à população negra brasileira, que à revelia de todos os discursos contra a implantação vai galgando seu espaço historicamente mitigado pelas forças estatais e pela própria população com seu racismo arraigado.

A primeira experiência com cotas raciais em exames vestibulares foi realizada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro no ano de 2003. A partir da Lei Nº 3708, de 09 de novembro de 2001¹⁴, que instituía a reserva de 40% das vagas para estudantes negros e pardos declarados. Com essa lei, a UERJ se tornaria pioneira na oferta de vagas para estudantes cotistas raciais (BARROS, 2009). No âmbito do princípio da “autonomia universitária”, a Universidade da Bahia (UNEB) foi a primeira a sistematizar internamente a proporção de vagas destinadas a cotas raciais, oferecendo um percentual de 40% das vagas em cursos de graduação e pós-graduação da UFBA (ROZAS, 2009).

¹⁴ Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/827dde52958a6dd203256b030063db70?OpenDocument>

Após a implantação em outras Universidades brasileiras o debate em torno da questão racial e do acesso à universidade por meio das cotas tomou proporções exorbitantes. Diversos setores da sociedade se posicionaram contra a implantação das cotas raciais¹⁵ demonstrando a insatisfação com o sistema, alegando ferimento do princípio da meritocracia nos exames vestibulares. Segundo Domingues (2008, p. 155), ao analisar a proposta da meritocracia nos exames vestibulares, argumenta que “em uma sociedade marcada pelas contradições de classe, gênero e raça, o mérito não passa de um discurso ideológico”. Ou seja, o mérito não é condição principal para se conseguir uma vaga no ensino superior, e sim, as condições a que o indivíduo teve acesso no período preparatório aos exames vestibulares. Um indivíduo que teve como foco somente os estudos, se dedicou integralmente aos fazeres estudantis, complementou o aprendizado em aulas de cursinhos preparatórios tem muito mais chances de acesso do que um indivíduo que trabalha o dia todo e estuda à noite, não consegue dedicar um tempo somente a sua preparação. Nesse ponto a meritocracia é somente uma falácia, oriunda daqueles que vêm no sistema de cotas um desmanche do processo meritocrático dos exames realizados nas universidades.

Concordamos com Silva (2003) quando argumenta que a sociedade brasileira parece ter consciência da condição de desigualdade histórica e do racismo arraigado, mas parece querer combater os mecanismos utilizados para que essas discrepâncias sociais se dissipem.

Para a autora,

Chega-se a reconhecer que o racismo e a discriminação racial inviabilizam a existência plena de pessoas negras, mas combatem-se as soluções. Critica-se a solução das cotas, mas não se apresenta qualquer alternativa a elas. A democracia racial brasileira não tem mais como negar a existência das desigualdades raciais, porém, enfrenta-las ‘são outros quinhentos’. Tem faltado determinação política, seriedade e disposição para mudar o *status quo* que estigmatiza e oprime o povo negro. (SILVA, 2003, p. 27)

Dessa forma, a política de cotas esbarra em entraves proporcionados pela própria sociedade, que participante de um discurso de igualdade racial, e de promoção de um bem estar entre as diversas estratificações raciais, não vê nas cotas um caminho fortuito para a efetivação de programas de inserção do negro em outros setores sociais, longe da

¹⁵ Em 21 de abril de 2008 foi entregue uma carta ao Supremo Tribunal Federal, assinado por 113 membros da sociedade civil, demonstrando a insatisfação com as políticas implantadas com relação à questão racial. O documento intitulado “Manifesto: Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais”, que repudiava claramente a adoção de políticas afirmativas, concebendo as políticas universais como único meio capaz de combater as desigualdades existentes no Brasil, propunha que o STF não votasse Leis que provocassem no Estado a “sensação” de que a igualdade racial não funcionou no país. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR83466-6014,00.html>

marginalização a que foi submetido ao longo do processo de formação nacional do Estado brasileiro. Para Jaccoud (2008b) a política de cotas raciais no ensino superior representa um grande passo no combate ao racismo, à discriminação e à promoção da igualdade racial no âmbito social, promovendo, entre outras coisas, um debate acerca do campo educacional brasileiro, reformulando seus currículos e alterando suas propostas no intuito de promover a equiparação histórica devida à população negra brasileira.

Sancionada em 29 de agosto de 2012 e regulamentada pelo Decreto nº. 7824 de 11 de outubro de 2012, a chamada Lei de Cotas do Ensino Superior passou a vigorar já naquele ano nas Universidades brasileiras, que readequaram seus editais de seleção para, já no primeiro semestre de 2013, cumprir o previsto no dispositivo.

De acordo a referida Lei, 50% das vagas oferecidas por Universidades e Institutos Federais de Educação devem ser destinadas a estudantes que fizeram integralmente o ensino médio em escola pública, incluindo nesse bojo os estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

(...)

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2012)

A referida lei¹⁶ tem como proposta a correção das disparidades sociais embutidas no Estado, proporcionando possibilidades de acesso aos estudantes oriundos de família de baixa renda que não tiveram as melhores oportunidades no ensino médio e , dessa forma, não poderiam estar em um patamar de igualdade com aqueles que tiveram a oportunidade de estudar em escolas particulares, fazer cursos preparatórios para vestibular, etc. Aliado a isso, temos a possibilidades de corrigir as disparidades raciais existentes em nossa sociedade,

¹⁶ Em nosso trabalho não abordaremos a categoria indígena que também é referenciada na Lei 12.711/12.

dando ao estudante negro as condições necessárias para que se consiga a chance de acesso a um curso superior.

Segundo Pereira (2012), em discussão sobre a implantação da Lei de Cotas, o dispositivo acertadamente promove uma equiparação das condições de acesso ao ensino superior para os jovens pobres, jovens negros e indígenas, demonstrando aí a preocupação do Estado em corrigir disparidades históricas promovidas no seio da sociedade.

Segundo ele,

O fato de 85% dos estudantes brasileiros estarem matriculados em escolas públicas, e o número de estudantes de escolas públicas que concluem o ensino médio ser mais de 5 vezes superior àquele de alunos de escolas particulares, conforme dados oficiais, evidencia que o parâmetro instituído pela lei, em seu artigo 1º, de 50%, conforma-se perfeitamente ao crivo da proporcionalidade e razoabilidade.

(...)

Por sua vez, a atribuição de parte das vagas reservadas a autodeclarados pretos, pardos e indígenas, na proporção da população da respectiva etnia na unidade da federação onde situada a instituição, na linha do que já acentuado acima, vem no sentido de reverter o processo de exclusão e marginalização historicamente imposto aos negros e indígenas em nosso país. (PEREIRA, 2012, p. 3)

De acordo o Censo IBGE 2010, mais da metade da população se classificou como Parda ou Negra, perfazendo um total equivalente de 91 milhões de brasileiros¹⁷. Desta feita, concordamos com o autor acima citado, quando nos fala que o sistema de cotas no ensino superior vem agregar esforços para que essa maioria, entendida no âmbito das políticas afirmativas como minoria, possa ingressar no ensino público superior, e que essas desigualdades raciais possam ser minimizadas.

Ainda no escopo da lei temos a premissa de auxílio à camada com renda *per capita* de até 1,5 salários. De acordo o PNAD 2011 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), 46,4% dos domicílios brasileiros tinham uma renda *per capita* de até 1 salário mínimo; 26,6% de 1 a 2 salários mínimo e apenas 22,4% da população acima de 2 salários mínimos¹⁸. Isso mostra a necessidade de políticas que atingissem quase metade da população brasileira de baixa renda.

Um dos grandes diferenciais do sistema de cotas consiste justamente em equiparar as chances de ingresso em uma universidade pública de um dedicado estudante, branco, de classe média alta, que teve as melhores condições de estudo, e de um também esforçado estudante, de origem humilde e que enfrentou as difíceis condições das escolas públicas do país, e, eventualmente, preconceito racial. (PEREIRA, 2012, p. 4).

¹⁷ Os dados colhidos pelo IBGE no Censo de 2010 no quesito cor/raça foram autodeclarados pelos entrevistados.

¹⁸ **Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

É nesse sentido que se formalizou juridicamente o sistema de cotas, consistindo em não tratar todos iguais perante a lei e sim tratar cada qual em sua condição específica, pois a própria sociedade brasileira está imersa em lastros de desigualdade que não permitem que o princípio da igualdade seja posto de forma efetiva.

1.3. A lei de cotas na Universidade Federal do Tocantins.

Na Universidade Federal do Tocantins, a lei de cotas tomou forma a partir do Vestibular 2013.1, objeto do edital nº 106/2012 de 13 de dezembro de 2012. Nele estavam previstas as modalidades de acesso por meio das cotas¹⁹ divididas em 4 modalidades a saber:

5.2.1 Modalidade 01 - **Escola Pública/Pretos/Pardos/Indígenas/Renda menor ou igual a 1,5 Salário Mínimo per capita; (...)**

5.2.2 Modalidade 02 - **Escola Pública/Candidatos/Renda menor ou igual a 1,5 Salário Mínimo per capita: (...)**

5.2.3 Modalidade 03 - **Escola Pública/Pretos/Pardos/Indígenas/Renda maior que 1,5 Salário Mínimo per capita: (...)**

5.2.4 Modalidade 04 - **Escola Pública/Candidatos/Renda maior que 1,5 Salário Mínimo per capita: (Grifos no Original) (...)** (EDITAL VESTIBULAR UFT 2013.1, p. 2)

Essas modalidades corresponderam a 344 vagas nos 43 cursos de graduação disponíveis em 2013 na instituição²⁰. Isso significa um total de 24,11% das vagas oferecidas no primeiro vestibular pós lei de cotas²¹. No último vestibular oferecido pela UFT em 2014.2 a instituição manteve o percentual de 25% para as modalidades perfazendo um total de 191 vagas. Esse decréscimo deve-se ao fato da instituição do Sistema de Cotas Quilombolas²² e do aumento do percentual de acesso por meio do ENEM, passando a ser de 50% das vagas oferecidas pela instituição.

¹⁹ Vale ressaltar que a UFT destina 5% das vagas aos estudantes indígenas do Estado desde o Vestibular 2005.1. Este sistema de cotas é regulado pela Resolução CONSEPE N° 3A/2004, alterada pela Resolução N° 10/2011.

²⁰ Vide “**Anexo I – Distribuição das Vagas**” do Edital Vestibular UFT 2013.1, disponível em http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=147&Itemid=267

²¹ O vestibular UFT 2013.1 ofereceu 1615 vagas no total. No entanto, 12,5% delas, ou seja, 201 vagas eram exclusivas para os estudantes que fizeram o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e pleiteavam o ingresso por meio do SISU (Sistema de Seleção Unificada).

²² Segundo a Resolução CONSUNI N° 14/2013, a UFT destina 5% das vagas reservadas aos estudantes Quilombolas.

Tomando como base a concorrência do vestibular de 2014.2²³, podemos avaliar melhor a instituição do sistema de cotas na Universidade Federal do Tocantins. Nesse vestibular as modalidades 1 e 3 foram as que mais tiveram inscritos, perfazendo um total de 2151 alunos. Na Tabela abaixo²⁴ temos um panorama geral da concorrência por modalidade de acesso no vestibular 2014.2.

Modalidade de Acesso	Inscritos Vestibular 2014.2	Quantidade de vagas²⁵	Concorrência Média
Modalidade 1	249	58	4,29
Modalidade 2	87	14	6,21
Modalidade 3	1902	40	47,55
Modalidade 4	402	31	12,97
Total	2640	143	18,46

Tabela 1 – Relação Quantidade/Vagas Vestibular UFT 2014.2.

As modalidades 3 e 4 são as que correspondem à parcela dos estudantes que detêm uma renda *per capita* acima de 1,5 salários mínimos mensais, o que vai de encontro ao Censo do IBGE 2010, quando este coloca que aproximadamente 41% da população tocantinense recebe até 2 salários mínimos. Pelos dados acima colocados, vemos que 87,27% da população de vestibulandos concorrentes ao sistema de cotas tem uma renda *per capita* um pouco acima da média tocantinense, e que desse quantitativo 82,55% são negros pardos e indígenas. Em se tratando da renda de negros e pardos no Estado, segundo o Censo 2010 do IBGE, cerca de 66% da população autodeclarada preta e parda tinha uma renda *per capita* de até 2 salários mínimos.

Se por um lado podemos pressupor que nos últimos anos a condição do estudante tocantinense melhorou, de acordo os dados ora em voga, infelizmente não podemos afirmar

²³ Tomamos como base esse vestibular por ser o último realizado pela UFT. A partir de 2015.5 a forma de ingresso foi exclusivamente pelo SISU

²⁴ Dados retirados do documento “Vestibular 2014/02 – Concorrência” disponível em: http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=172&Itemid=329

²⁵ Esse total de vagas corresponde ao quantitativo de vagas solicitadas no ato da inscrição e não o quantitativo de vagas oferecidas pela Instituição para cada modalidade.

com certeza, devido às disparidades dos mesmos. A Lei de Cotas estabelece um parâmetro abaixo e acima de 1,5 salários mínimos, enquanto que o Censo do IBGE trabalha com a razão inteira (1/2, 1, 2). Desta feita, apenas podemos estabelecer uma relação meramente comparativa.

De certo que a Lei 12.711/12 trouxe novas oportunidades de acesso ao ensino público, proporcionando um processo de igualdade às camadas menos favorecidas da sociedade. A título de comparação, se pegarmos os dados relacionados ao vestibular de 2005²⁶ da UFT veremos as disparidades iminentes no tocante ao rendimento médio da população de vestibulandos, demonstrando que a população com rendimentos inferiores tinham menores possibilidades de acesso.

CRITÉRIO SALARIAL	INSCRITOS	% DOS INSCRITOS EM RELAÇÃO AO SEMESTRE	APROVADOS	% DOS APROVADOS EM RELAÇÃO AO SALÁRIO	% DOS APROVADOS EM RELAÇÃO AO SEMESTRE
MENOS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO	241	2,94	26	10,79	0,32
DE 1 A 2 SALÁRIOS	2130	25,97	194	9,11	2,37
DE 2 A 5 SALÁRIOS	3275	39,93	323	9,86	3,94
DE 5 A 10 SALÁRIOS	1543	18,81	207	13,42	2,52
DE 10 A 15 SALÁRIOS	497	6,06	70	14,08	0,85
DE 15 A 20 SALÁRIOS	217	2,65	48	22,12	0,59
DE 20 A 40 SALÁRIOS	110	1,34	23	20,91	0,28
DE 40 A 60 SALÁRIOS	35	0,43	5	14,29	0,06

Tabela 2 – Renda Vestibulando 2005.1 (Adaptada do **FUNILAMENTO DE DADOS/1º SEMESTRE**). Fonte: COPESE/PROGRAD. Disponível em http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=417&Itemid=42

Como podemos observar, a quantidade de inscrições e aprovações na faixa de renda acima de 2 salários é superior àquelas designadas até 2 salários mínimos. Segundo os dados, dos 8069 estudantes inscritos 70,6% estão inseridos na faixa de renda acima de 2 salários

²⁶ Tomamos esse Processo Seletivo em especial porque foi o primeiro a ter seus dados sistematizados e disponibilizados na internet. Disponível em http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=156&Itemid=42

mínimos. Se pegarmos os estudantes aprovados temos apenas 24,49% do total de alunos que se enquadram na categoria de até 2 salários mínimos.

Desta forma, a proposta da lei 12.711/12 veio para corrigir as disparidades existentes nos processos seletivos e consequente acesso ao ensino superior. Como parte integrante do programa de Ações Afirmativas de inclusão no Ensino Superior, as cotas têm sua proposta bem definida: tratar os desiguais como desiguais e assim inserí-los de forma sistemática nas universidades brasileiras, cumprindo um efeito necessário à consecução dos objetivos das políticas compensatórias, que primam por condições mais igualitárias de acesso

É esse tipo de igualdade que se deve buscar, principalmente em se tratando de corrigir distorções históricas no campo social e racial. Políticas compensatórias que tenham o seu efeito imediato e que possibilitem oportunidades de acesso não só no ensino superior, mas principalmente no mercado de trabalho, onde os números são ainda mais discrepantes. Para Daflon,, Feres Júnior e Campos (2013) a ideia de proporcionar melhores condições de acesso à parcela de jovens que realizaram seus estudos integralmente em escolas públicas, incluindo negros, pardos e indígenas, faz-se bastante oportuna, uma vez que há um contrassenso entre o ensino médio e o ensino superior públicos.

Segundo os autores,

É importante reafirmar, portanto, que são os alunos egressos de escola pública os maiores beneficiários da onda de políticas de ação afirmativa que atingiu a universidade brasileira a partir de meados de 2002, seguidos pelos pretos e pardos e indígenas. É possível sugerir que a opção preferencial por esse primeiro grupo de beneficiários vincula-se a aspectos estruturais da educação no Brasil: enquanto as melhores instituições de ensino básico são privadas, as instituições de ensino superior de maior qualidade são gratuitas e financiadas pelo Estado. Essa situação nega aos estudantes pobres oportunidades educacionais, uma vez que a educação básica pública não os prepara para a competição intensa com as classes média e alta por um lugar na educação superior pública de qualidade. (DAFLON, FERES JÚNIOR & CAMPOS, 2013, p. 310)

Assim, procuramos traçar um histórico acerca das políticas afirmativas no ensino superior, mostrando os impactos que a lei 12.711/12 provocou nas universidades, principalmente no tocante ao acesso das camadas menos favorecidas da sociedade. Esses segmentos tem agora a possibilidade de concorrer em pé de igualdade com seus pares, promovendo um processo de inclusão de indivíduos outrora mitigados do desejo de cursar um curso superior, e um processo de reparação histórica das disparidades forjadas e permeadas por séculos no seio da sociedade.

Mostramos também, o impacto que o sistema de cotas teve na Universidade Federal do Tocantins, mostrando a relação entre o sistema de cotas e a renda *per capita* dos indivíduos

tocantinenses, A partir dos dados verificamos a quantidade de estudantes, a partir de sua faixa de renda, que ensejam uma vaga no ensino público superior, fazendo um contraponto com os dados fornecidos pelo Censo IBGE 2010. Vimos que a renda do estudante em situação de vestibular se mostra acima da média demonstrada pelos dados do censo de 2010. Aliado a isso, verificamos como a política de cotas promoveu um aumento das inscrições dos indivíduos com até 2 salários mínimos, fazendo uma comparação entre o Processo Seletivo da UFT de 2005.1 e o de 2014.2.

Apesar de recente, a lei 12.711/12 parece já mostrar seus efeitos no âmbito universitário, promovendo oportunidades de acesso e crescimento profissional. Fruto de uma demanda antiga de promoções de igualdade e, principalmente, justiça com as “minorias”, as políticas afirmativas de promoção do acesso ao ensino superior constituem um *locus* primário para a consecução de uma política realmente inclusiva e que pode possibilitar um acréscimo nos indicadores de renda da população pobre e negra do país.

CAPÍTULO II

SOCIEDADE EM REDE E A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO DESTERRITORIALIZADO

Discutir a construção do indivíduo contemporâneo faz-se necessário na medida em que pretendemos entender como esse sujeito constitui-se enquanto ator social em uma sociedade interconectada, onde a rapidez das informações evoca no indivíduo a necessidade de estar, a todo o momento, a par de todas as possibilidades que os recursos tecnológicos e midiáticos lhes oferecem.

Nesse ínterim, a discussão serve de base para a análise de como os jovens cotistas da Universidade Federal do Tocantins se relacionam com o meio tecnológico e digital – que institui no indivíduo a possibilidade de estar imerso em vários lugares ao mesmo tempo – e como isso pode influenciar em sua vida dentro e fora do ambiente universitário. Tal discussão flui por esta seara por entendermos que os jovens de nossa pesquisa são sujeitos que se constituem desterritorializados, ou seja, sujeitos que, a partir da inserção no meio digital, consumidores imersos em uma cultura de mídias sociais, conseguem se desvencilhar das fronteiras físicas a que estão submetidos. Esses jovens, a partir da imersão nessa sociedade interconectada, conseguem se incluir em uma parcela da população que detém os mecanismos necessários ao trânsito livre entre as mais diversas culturas, oportunidades, lugares disponíveis na rede.

A discussão mostra-se salutar na medida em que a ação da sociedade contemporânea pode provocar a construção de um indivíduo efêmero, destituído de propósitos em longo prazo. Analisar tal prerrogativa é analisar como o jovem se constitui nesse meio e como, a partir dessas investidas, se constitui como sujeito ativo de seu próprio tempo, vendo até que ponto ele se mostra imerso nessa cultura contemporânea, midiática.

Para tanto, retratamos o processo de construção dessa sociedade e como o indivíduo foi se alocando e imergindo em suas novas propositivas, que pretendia-se totalmente diferente à sociedade imaginada no contexto da modernidade, onde as fronteiras físicas não permitiam ao indivíduo a utilização plena de seus recursos. Ainda nesse contexto, discutimos as diversas formas representativas dos lugares forjados a partir do advento dessa nova sociedade e como a pós-modernidade proporcionou o surgimento de “lugares” destituídos de um aparato social sólido. Finalizamos com o surgimento dos espaços sociais digitais e as novas dinâmicas de relacionamento pessoal a partir do advento desses ciberespaços.

2.1. A construção de uma sociedade em rede

Vivemos uma época em que estabelecemos nossas relações pessoais, afetivas e profissionais por meio das tecnologias digitais surgidas à medida que o homem sentiu a necessidade de diminuir os espaços de comunicação, dando a possibilidade de minimizar os espaços físicos que separava outro de outrem. À medida que esses espaços digitais foram sendo construídos surgiu uma nova categoria de indivíduo imerso na tecnologia de comunicação, não encarando as fronteiras físicas, forjadas a partir dos ideais da modernidade, como um problema para o seu deslocamento.

Castells (2000) denomina essa forma de sociedade, permeada pelos avanços da tecnologia, como sociedade em rede. Nela, as atividades humanas tornam-se mais fluidas, a relação espaço-tempo toma uma nova proporção e coloca o indivíduo em um sistema cada vez mais uno consigo mesmo. Ao levantar a discussão sobre a sociedade em rede e o impacto proporcionado ao modo de vida dos variados grupos sociais, o autor nos mostra como o avanço das tecnologias remodelou o *modus vivendi* da sociedade que parece, a cada dia, atrelada às inovações tecnológicas que surgem a todo o momento.

Com isso as relações sociais vão tomando formas distintas, e a construção social do indivíduo é modelada a partir das práticas semeadas no interior dessa sociedade conectada. Surge aí, na visão de Castells (2000), as chamadas identidades coletivas, onde os indivíduos, tomado pelo impulso mobilizador provocado pelas nuances da sociedade em rede, tomam os rumos de seu próprio viver em sociedade.

Para o autor,

... vivenciamos no último quarto do século o avanço de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes (...) (CASTELLS, 2000, p. 18).

É a partir desse controle pessoal exercido no seio dessa construção identitária que vemos surgir, a cada instante, modelos, referências, exemplos de como se comportar, agir, retrucar, exigir e combater as intempestivas ações proporcionadas pelo avanço da globalização²⁷.

²⁷ Castells (2000) toma como exemplo distintos movimentos ao redor do globo de construção identitária com propósitos variados. Desde o fundamentalismo religioso – que promove uma construção de identidade pautada no seguimento rigoroso das leis divinas, combatendo, principalmente, os avanços da globalização que atentem contra seus costumes, leis, ou família – até o constructo identitário na Catalugna, Espanha – onde sentimento de pertença à região perpassa até os limites geográficos impostos pela cartografia.

Decerto que não podemos desligar a noção de sociedade em rede do conceito de globalização, uma vez que ambos estão entrelaçados nas teias conceituais da sociedade contemporânea. Ainda de acordo Castells (2000), a principal característica da sociedade em rede a qual estamos imersos é o poder de conectar e desvirtuar o contexto social, provocando a individualização das práticas sociais e trabalhistas, bem como instigar a construção de uma realidade dotada de valores que proporcionam ganhos econômicos àqueles que detêm o monopólio do capital.

Para o autor,

Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura da virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. (...) (CASTELLES, 2000, p. 17)

Essas redes, características da sociedade que Castells (2000) toma em análise, podem ser entendidas como elos de ligação entre os diferentes agentes imersos na sociedade, provocando a simultaneidade de múltiplas ações que se desenrolam com o agir individual ou coletivo (SANTAELLA, 2008). Ou seja, a rede proporciona a interconexão de múltiplas pessoas, deslocando-as de locais outrora remotos, instigando-as a agirem de acordo os preceitos que tenham como norte propiciador de suas ações. Ainda mais específico, seria a globalização das ações individuais e coletivas.

Sobre esse ponto Bauman (1999) discute sobre o que seria “globalização” e como isso afetaria nossa vida em sociedade. Conforme enfatiza, a globalização representaria o “caos no mundo”, na medida em que perdemos o centro de nossas ações. Ao passo que transformaria a vida de um indivíduo num martírio sem precedentes, coloca outro em situação confortável, provocando uma disparidade no seio social. Segundo o autor, “‘globalização’ é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. (...) (BAUMAN, 1999, p. 7)”. Exemplificando esse caos representativo provocado pela globalização ele nos informa que

O significado mais profundo transmitido pela ideia da globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo. A globalização é a nova ‘desordem mundial’ de Jowitt com um outro nome. (BAUMAN, 1999, p. 67)

Para o autor, a chamada globalização proporcionou ao indivíduo uma liberdade que o homem da modernidade não conhecia. Uma liberdade proporcionada pela “quebra” das fronteiras físicas, culturais e temporais, onde o indivíduo imerso nesse processo de globalização consegue se desvincular de todas as amarras que o mantinham preso em seu território – seja ele o Estado, seja ele sua própria casa. O sociólogo argumenta sobre o encurtamento das distancias proporcionadas pela produção em massa dos meios de transportes, provocando, a partir daí, um processo de deslocamento propício à construção de novos espaços.

Adiante a isso, o surgimento da informação em rede proporcionou que esses deslocamentos fossem minimizados, e as fronteiras físicas e distâncias geográficas não se tornassem mais empecilhos ao indivíduo que desejasse se deslocar. O indivíduo detinha à sua frente todas as possibilidades de deslocamento que lhes fossem possíveis, tornando a distância um produto social, uma vez que, “...sua extensão varia dependendo da velocidade com a qual pode ser vencida (e, numa economia monetária, do custo envolvido na produção dessa velocidade.) (...) (BAUMAN, 1999, p. 19)”

Vemos aí a representação do espaço na pós-modernidade em contraposição ao espaço moderno. Neste o espaço era caracterizado por sua rigidez e previsibilidade e as relações sociais detinham o mesmo fluxo originado das formações espaciais, ao passo que na pós-modernidade essas relações perpassaram o ambiente físico. Somos impelidos a manter contato com indivíduos fora de nosso raio de ação concreto, palpável, para adentrarmos em contextos e aglomerações sociais nos mais diversos recantos do globo.

Sobre a globalização, Canclini (2008) enfatiza que não devemos vê-la como um processo homogeneizador de cultura, relações – mesmo que esse pareça ser o propósito – uma vez que proporciona uma desigualdade entre as diversas partições locais e regionais provocada, justamente, por essa tentativa de suprimir as especificidades contidas em cada local, em cada região, em detrimento da construção de uma sociedade global.

Para o autor

Se considerarmos as diversas maneiras pela quais a globalização incorpora diferentes nações, e diferentes setores dentro de cada nação, suas relações com as culturas locais e regionais não pode ser pensada como se aquela apenas procurasse homogeneizá-las. Muitas diferenças nacionais persistem com a transnacionalização, e o modo como o mercado reorganiza a produção e o consumo para obter maiores lucros e concentrá-los converte essas diferenças em desigualdades. (...) (CANCLINI, 2008, p. 34)

Essa incorporação é que coloca o indivíduo em um sistema global, em uma comunidade adversa a todos os impeditivos físicos. Ao mesmo tempo, coloca-o em caráter

desigual, uma vez que está imerso em uma realidade social que prima pela mobilidade além fronteiras, evidenciando as disparidades atreladas à sua posição local ou regional a partir da reorganização desse mercado. Ironicamente, o conceito de globalização, em sua gênese, previa uma igualdade entre os indivíduos como nos informa Bauman (1999), o que em sua prática não acontece. Talvez esse seja o caos a que o autor se refere.

No entanto, mesmo com todas as disparidades decorrentes do processo de globalização, esta – atrelada ao fortalecimento da sociedade em rede – provocou uma mudança na forma como os indivíduos se relacionam. Para Santaella (2008), inúmeros espaços foram construídos a partir do advento dessa sociedade interconectada, mudando a forma de interação coletiva e percepção da realidade. Segundo a autora, estamos interconectados de tal maneira que isso já representa parte de nosso *locus* social, sendo difícil – e às vezes inimaginável – o desvencilhamento de toda a tecnologia que temos à disposição.

Conforme Santaella (2008, p. 105)

... a tecnologia computacional está fazendo a mediação das relações sociais, de nossa auto-identidade e do nosso sentido mais amplo de vida social. O telefone celular, o fax portátil, o computador notepad e várias outras formas eletrônicas de extensão humana se tornaram essenciais à vida social e se constituem nas condições para a criação da cibercultura. Esta vai se estabelecendo firmemente na medida em que crescentemente usamos formas mediadas de comunicação digital.

Essas relações sociais mediadas pela tecnologia vão se tornando cada vez mais frágeis, em face da constante mudança dos processos de interação digitais, das formas de relacionamento virtual, e do modo como os contextos sociais são díspares, pelo menos no plano físico. Toda essa fragilidade, mobilidade, fluidez, são marcas recorrentes da pós-modernidade.

2.2. Cultura midiática, ciberespaço e o surgimento dos não-lugares

Segundo Santaella (2007), o conceito de mídia começou, a partir de finais da década de 1980, ser sinônimo de tudo aquilo que podia trazer informação, fugindo do conceito de “cultura de massa”, pois adquiria um caráter mais individual. Apesar da discrepância terminológica, “mídia” está intimamente ligado à comunicação de massas, não somente no campo informativo, mas também referente a todos os processos mediados por computador (SANTAELLA, 2008).

Segundo a autora, até meados do século XIX, havia na sociedade ocidental uma distinção clara entre cultura popular – aquela produzida e consumida localmente pela classe dominada – e a cultura erudita – forjada nos grandes centros e destinados à elite. Foi a partir da revolução técnico-industrial que a cultura de massas começou a ganhar espaço no seio social, provocando a ruptura das fronteiras entre o popular e o erudito, uma vez que se direcionava aos mais diferentes setores da sociedade. Uma ruptura impactante à época e que teve como consequência a formação de uma cultura que veio agregar, em um só movimento, a cultura popular e a cultura erudita.

Para Santaella (2008, p. 52)

Ao absorver e digerir, dentro de si, essas duas formas de cultura, a cultura de massas tende a dissolver a polaridade entre o popular e o erudito, anulando suas fronteiras. Disso resultam cruzamentos culturais em que o tradicional e o moderno, o artesanal e o industrial mesclam-se em tecidos híbridos e voláteis próprios das culturas urbanas.

Importante frisar aqui a utilização do termo “mesclar” que a autora coloca no trecho em questão. Todos os mecanismos específicos da cultura erudita continuaram a existir, mesmo com o advento da cultura de massas, perpretadas pela mídia impressa, televisiva, fonográfica. O mesmo acontece com a cultura popular, que detinha sua base na tradição oral e que viu a possibilidade de angariar novos ares com os recursos tecnológicos que ora se faziam presentes. Conforme a autora, não há linearidade de uma passagem cultural para outra. O que acontece é tão somente uma sobreposição de ideias e formatos, provocando o hibridismo cultural inerente a cada período histórico em que temos avanços nas tecnologias da comunicação.

Continuando, argumenta que a cultura midiática, ou “cultura das mídias” como costuma chamar, provocou um avanço significativo em outros meios de comunicação, informação e entretenimento. Ao passo que nos primórdios da cultura de massas o expectador não detinha muitos poderes de utilização do produto cultural que lhe era fornecido, hoje ele é o expectador, o leitor, o consumidor, e tem a possibilidade de transitar entre as inúmeras possibilidades que lhes são colocadas num movimento altamente dinâmico.

Conforme a autora,

... consumida por uma massa que não tem poder para interferir nos produtos simbólicos que consome, a cultura das mídias inaugurava uma dinâmica que, tecendo-se e se alastrando nas relações das mídias entre si, começava a possibilitar aos seus consumidores a escolha entre produtos simbólicos alternativos. (SANTAELLA, 2008, p.53).

Essa possibilidade de escolha é característica da cultura midiática tratada pela autora. É a partir dela que as relações sociais vão se forjando, se consolidando e se esvaindo. Com o advento dos computadores pessoais esse processo tendeu-se a se tornar mais intenso, estabelecendo uma nova relação entre o produto oferecido e consumidor final, pois como nos informa Santaella (2008, p. 82), “Cada um pode tornar-se produtor, criador, compositor, montador, apresentador, difusor de seus próprios produtos”.

Para Santaella (2007) a chamada “cultura de massa” passou a perder seu domínio a partir da década de 1980, dando espaço à cultura de mídias. Esta, por sua vez, funcionou como transição entre a cultura de massas e a cibercultura. Para a autora, é no contexto da cibercultura que temos a expressão clara do processo de globalização em que estamos inseridos. É nessa cultura virtual, surgida concomitantemente ao advento da internet, que as novas relações sócio-culturais vão se estabelecendo, proporcionado ao indivíduo uma gama de possibilidades irrestritas ao território físico.

Para a autora,

A cibercultura está umbilicamente ligada à mundialização em curso e às mudanças culturais, sociais e políticas induzidas por essa globalização. Ela se apóia sobre esquemas mentais, modos de apropriação social, práticas estatísticas muito diferentes das que conhecíamos até agora. (SANTAELLA, 2007, p. 126)

Com o advento da cibercultura novos espaços foram sendo construídos, moldados à guisa da revolução tecnológica em curso. O indivíduo não está mais restrito ao espaço físico, ele tem agora uma possibilidade infinita de deslocamento, dentro do ciberespaço. Para Santaella (2007), a discussão sobre o que seria esse novo espaço construído, à partir da tecnologia digital, virou moeda corrente a partir de início da década de 1990. É nessa discussão que surgem às inúmeras terminações e conceitos destinados a explicar o novo fenômeno de construção social.

Toda a revolução tecnológica a que o ciberespaço está imersa provocou uma complexidade nas relações entre o espaço e o indivíduo, uma vez que o sistema ordeiro espacial postulado na modernidade parecia não mais existir, dando lugar a um sistema fluido, dinâmico, e que implica diretamente na vida cotidiana do indivíduo. (SANTAELLA, 2007; AUGÉ, 2013)

É nessa fluidez proporcionada pelos ciberespaços que temos os apontamentos sobre as novas formas de mobilidade do indivíduo, novas formas de comunicação e de relacionamento. Fluidez essa que é marca corrente da pós-modernidade, onde as estruturas não parecem mais fixas e as relações parecem não mais resistir à ação do tempo, colocando o sujeito em um

processo contínuo de formação identitária, criando espaços e lugares a todo o momento sem necessariamente precisarem deles. Aliado ao surgimento desses lugares vê-se, a cada dia, o florescimento dos “não-lugares”.

Para Augé (2013), os “não-lugares” seriam espaços construídos a partir das transformações que constituíram o cerne daquilo que ele convencionou chamar de “supermodernidade”: os excessos. O primeiro excesso, na visão do antropólogo francês, seria o do tempo como princípio de inelegibilidade, no sentido de proporcionar uma análise mais corrida dos fatos, permeando novas possibilidades de estudos, com base na intensa carga factual presente na contemporaneidade. A esse movimento Augé (2013) denomina como “aceleração da história” (pp. 29-30).

O segundo excesso, na visão do autor, seria o de espaço. Ao mesmo tempo em que estamos vivenciando um aumento gradativo da população, dos meios de transporte e das formas de comunicação, estamos vivenciando o aumento dos espaços, ou o excesso deles. Dá-se isso na medida em que as distâncias foram minimizadas e o indivíduo passa a se alocar em inúmeros espaços possíveis. Tal movimento é possibilitado, também, pela alocação virtual por meio da internet. O indivíduo não mais precisa sair da frente de seu computador para estar em outro território. Videoconferências, teleconferências, chats, redes sociais, são apenas alguns exemplos de acúmulo desses espaços na sociedade contemporânea.

Paralelamente ao surgimento de novos espaços surge também o que Augé (2013) chama de não-lugares. Para o autor, com a proliferação massiva dos meios de transporte nas últimas décadas e o deslocamento cada vez mais intenso das massas populacionais, vemos o surgimento de espaços que não proporcionam ao indivíduo viajante uma construção identitária, um sentimento de pertença, um lócus que contribua à sua formação cultural; são os não-lugares.

Esta [superabundância do espaço] se expressa (...) nas mudanças de escala, na multiplicação das referências energéticas e imaginárias, e nas espetaculares acelerações dos meios de transporte. Ela resulta, concretamente, em consideráveis modificações físicas: concentrações urbanas, transferências de população e multiplicação daquilo a que chamaremos ‘não lugares’, por oposição à noção sociológica de lugar, associada por Mauss e por toda uma tradição etnológica àquela de cultura localizada no tempo e no espaço. Os não lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada da pessoas e bens (...) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são alojados os refugiados do planeta. (AUGÉ, 2013, p. 36)

Segundo o autor, a supermodernidade é a criadora dos não lugares, pois forma um indivíduo sem uma proposta identitária e sem algo a se apegar. Isso decorre do fato de que permanece pouco tempo nos espaços de transição, acomodação e/ou locomoção. Fica o tempo

suficiente para satisfazer suas vontades, não importando outras formas de socialização que o não-lugar poderia permitir.

O sujeito do não-lugar está atrelado a ele por meio contratual, que indica os limites e possibilidades de usufruto daquele local, serviço. A partir disso, o indivíduo do não-lugar está, a todo o momento, provando sua inocência, saindo do anonimato – na medida em que precisa se estabelecer como passageiro, viajante – com vias de respeitar o contrato estabelecido.

Segundo Augé (2013), os não-lugares contrapõem-se à ideia de lugar como construção histórico social, forjado no âmbito da modernidade. Decerto que mesmo nos não-lugares poderemos encontrar o chamado “lugar”, onde as relações sociais tendem a se estabelecer. Mas esse não é o preceito principal dos não lugares.

Os não lugares, contudo, são a medida da época: quantificável e que se poderia tomar somando, mediante algumas conversões entre superfície, volume e distância, as vias aéreas, ferroviárias, rodoviárias e os domicílios móveis considerados ‘meios de transporte’ (aviões, trens, ônibus), os aeroportos, as estações e as estações aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer e as grandes superfícies da distribuição, a meada complexa, enfim, redes a cabo ou sem fio, que mobilizam o espaço extraterrestre para uma comunicação tão estranha que muitas vezes só põe o indivíduo em contato com uma outra imagem de si mesmo. (AUGÉ, 2013, p. 75)

A representação do não-lugar assenta em uma participação cruzada dos variados não-lugares, instigando o indivíduo a se inserir na prática consumista a que lhe é proporcionada. Ao mesmo tempo, ocorre o entrecruzamento dos conceitos de espaço, lugares e não-lugares. Há aí a coexistência de ambos na sociedade atual, uma vez que mesmo o indivíduo imerso no não-lugar – aquele destinado ao consumo – ele sente a necessidade de ter um lugar, um espaço para retorno, algo comparado a um refúgio da lógica consumista. O não lugar só trabalha na perspectiva de individualizar na entrada e na saída. O percurso não interessa, ou não se mostra interessante àquele que nele se instala.

Nos não-lugares não há espaço para a história de acordo Augé (2013), apenas o presente e de forma acelerada. As proposições são apenas idealizações da palavra proferida. O individualismo prevalece. Aliás, o individualismo é a terceira figura do excesso da supermodernidade postulada pelo autor. Para ele, a partir do advento dos não-lugares tornamo-nos mais individualistas. Dificilmente compartilhamos nossas histórias à espera de um ônibus, dividimos nossas angústias com o passageiro da poltrona ao lado em um vôo ou refletimos sobre nossa vida em sociedade no saguão do hotel. Se acontece o contrário, simplesmente ignoramos. Estamos todos no mesmo local sem, no entanto, constituir um

espaço social. Segundo Augé (2013, p. 102) “(...) O não lugar é o contrário da utopia: ele existe e não abriga nenhuma sociedade orgânica”.

Para Corrêa (2008, p. 37) “... os não-lugares seriam constantemente reterritorializados por distintos grupos que habitam o planeta, tecido por infinitas malhas visíveis e invisíveis, consistentes e incoerentes, regionais e universais”. Ou seja, a todo o momento estaríamos preenchendo os não-lugares por meio do deslocamento, com uma variedade cultural, lingüística e regional que somente aqueles preparados para tal obstinação conseguiriam se adequar a tamanha efemeridade.

“O espaço do viajante seria, assim, o arquétipo do não lugar”, como informa Augé (2013, p. 81). Os não-lugares podem ser representados pela figura do turista, viajante, aquele que se encontra envolto numa pluralidade de lugares, mas que não estabelece o espaço como seu. O prazer do conhecimento do viajante sacia-se pelo simples fato de saber que está próximo de um local histórico, uma vez que não destinará parte de seu tempo a conhecer, de fato, o local.

Para Bauman (1998), ao questionar acerca do dinamismo das novas instituições e as dificuldades do indivíduo em se estabelecer de forma definitiva na sociedade, argumenta que as regras do jogo social mudam constantemente, obrigando o indivíduo a não se fixar em quaisquer instituições ou situações, forçando-o a viver o presente, desapegando do passado e do futuro, numa espécie de presente contínuo.

Dessa forma, a figura do turista é a que melhor se associa a essa condição pós-moderna, pelo fato de se moldar a qualquer espaço sem, no entanto, se fixar a ele. Ao mesmo tempo em que o turista pode viver a vida em episódios ele pode não vivê-la intensamente, sob o risco de não viver os episódios por completo.

Para o autor,

...a dificuldade já não é descobrir, inventar, construir, convocar (ou mesmo comprar) uma identidade, mas como impedi-la de ser demasiadamente firme e de aderir depressa demais ao corpo. A identidade durável e bem costurada já é uma vantagem; crescentemente, e de maneira cada vez mais clara, ela se torna uma responsabilidade. O eixo da estratégia da vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se – mas evitar que se fixe.

A figura do turista é a epítome dessa evitação. De fato, os turistas que valem o que comem são os mestres supremos da arte de misturar os sólidos e desprender o fixo. Antes e acima de tudo, eles realizam a façanha de não pertencer ao lugar que podem estar visitando: é deles o milagre de estar dentro e fora do lugar ao mesmo tempo. (...) (BAUMAN, 1998, p. 114)

A análise de Bauman (1998) constitui a representação do sujeito desterritorializado, onde o indivíduo consegue deslocar-se nos mais variados espaços, sem constituir raízes em

nenhum deles, pautado em um modo de vida voltado ao usufruto que a sociedade de consumo tem a oferecer, permeando todos os caminhos necessários à satisfação pessoal. Para Augé (2013), além dos fatores mencionados sobre a mobilidade do indivíduo – e aqui encaixa-se a mobilidade física e virtual – a relação do não-lugar com o plano político foca o sujeito, a cada dia, a inserir-se num projeto de desterritorialização.

Para o autor, “O ‘fora de lugar’ ou o ‘não lugar’ que o indivíduo da supermodernidade freqüente não é o ‘não lugar’ do poder, em que se estabelece a dupla e contraditória necessidade de pensar e de situar o universal, de anular e de fundar o local, de afirmar e de recusar a origem (...)” (AUGÉ, 2013, p. 103).

2.3. A destituição de fronteiras físicas e a formação do sujeito

Munhoz (2010) afirma que o processo de desterritorialização do indivíduo tem início com o surgimento das tecnologias da escrita, onde o sujeito passou a deter os mecanismos necessários à escrita e sua compreensão já não mais pertencia ao seu lócus originário; forjava-se ali um sujeito cujas fronteiras físicas pareciam não exercer quaisquer influências. Para a autora “... no que diz respeito à preservação e produção de saberes, o ser humano passa a ser capaz de iniciar um movimento de afastamento de seu contexto social. A figura dos anciãos e anciãs não é mais fundamental para a conservação dos conhecimentos”. (MUNHOZ, 2010, p. 18).

Com o advento dos ciberespaços o processo de desterritorialização ganha força e corpo, é o que afirma Bauman (1999). É a partir desses espaços virtuais que o sujeito consegue se desvincular das amarras físicas que o impediam de se mobilizar pelos mais diferentes recantos do planeta, conhecer outros lugares, outras pessoas. “No ciberespaço, os corpos não interessam – embora o ciberespaço interesse, de forma decisiva e inexorável, para a vida dos corpos. Não há apelação contra os vereditos baixados no paraíso ciberespacial e nada que aconteça na terra pode questionar sua autoridade (BAUMAN, 1999, p. 27)”.

A partir desse apontamento de Bauman (1999) vemos o poder que o ciberespaço – produto oriundo da cibercultura – exerce sobre o plano físico da sociedade. Esta parece não conseguir suprimir, ou ao menos minimizar seu avanço, colocando os indivíduos que nela se inserem, em uma situação individualista perante o grupo social a qual pertencem, provocando, assim, um novo contexto de construção identitária.

Segundo argumenta Castells (2000), toda forma de identidade é construída, fazendo a distinção entre os chamados papéis sociais recorrentes na construção do indivíduo e a

identidade em si. Para o autor o primeiro se define por normas institucionalizadas e socialmente organizadas, ao passo que o segundo se constitui como fonte de significado para os atores.

Essa fonte de significado a qual Castells (2000) se refere é oriunda das mais diversas situações e construções sociais, principalmente em se tratando da sociedade em rede, onde as possibilidades de construção social parecem infinitas, tal qual as possibilidades que essa sociedade interconectada fornece ao sujeito.

Ainda de acordo o autor, existem 3 formas e origens de construção de uma identidade. A primeira delas é a legitimadora, na qual é imposta pelo poder dominante como forma de manter e expandir sua dominação. Tal poder, exemplificado por Castells (2000), foi bastante difundido na ex-União Soviética, quando da necessidade de formar o Estado a partir de uma construção identitária baseada nos preceitos socioculturais da elite, com vistas à formação de uma identidade nacional.

A segunda delas é a de resistência, surgida a partir da mobilização de atores que se encontram em posição desfavorecidas ou estigmatizadas pela lógica de dominação. Nesse processo temos a formação de grupos ou comunidades que detém o desejo comum de combater toda a forma de opressão a que são submetidos. E a terceira via, a de projeto, que se utiliza de material cultural a seu alcance para a construção de uma identidade que lhes permita redefinir as estruturas de uma sociedade.

Todas essas formas de construção de identidade devem ser analisadas à guisa do contexto em que estão inseridos sem, no entanto, desvinculá-las do lócus em que estão inseridas: a sociedade em rede. Para Castells (2000), o surgimento da sociedade em rede provocou inúmeras mudanças no tocante às transformações sociais. Tal fato decorre, na visão do autor, da separação estrutural entre o que é local e o que é global, instigando o indivíduo a se adequar nessa nova dinâmica social.

Essas novas transformações sociais impactam diretamente na construção social e identitária do sujeito da sociedade em rede, o sujeito pós-moderno. Sobre isso, Corrêa (2008) nos informa que toda essa nova dinâmica possibilitou uma infindável gama de possibilidades de relações e formas de o indivíduo se comportar em sociedade, seja em grupo seja sozinho.

Para a autora,

A cultura pós-moderna abriria caminho para a explosão de uma infinidade de estilos de vida, que se multiplicariam, encontrar-se-iam e seriam reelaborados a todo instante, aflorando um multiculturalismo que iria conviver ora de maneira conflituosa, ora harmoniosa. Poder-se-ia dizer que a convivência e o diálogo entre os diversos estilos, ao se colocarem uns em frente aos outros, garantiriam o espetáculo de imagens sem fim no cenário contemporâneo... (CORRÊA, 2008, pp. 48-49)

Sobre esse espetáculo de imagens oriundo desse multiculturalismo que se aflora no seio da pós-modernidade, colocando o indivíduo em uma situação de consumidor na sociedade contemporânea, Debord (2011) afirma que toda a espetacularização da sociedade diz respeito, unicamente, à dinâmica da produção capitalista, onde o fim último das ações desenvolvidas é a mercadoria. De acordo o autor, todo esse sistema fundado, que coloca o indivíduo em uma situação de isolamento ao mesmo tempo em que se pretende inseri-lo na coletividade, é a pressuposição do espetáculo inerente em nossa dinâmica social contemporânea, na medida em que estamos totalmente a mercê dos produtos culturais que invadem nosso dia-a-dia.

Segundo Canclini (2008) as identidades pós-modernas são transterritoriais, na medida em que perpassam o ambiente físico a qual o sujeito está atrelado. Além disso, podem ser definidas a partir do consumo. Em uma sociedade cada vez mais referenciada pelos padrões impostos pelas grandes corporações, o consumo toma forma bastante expressiva na construção do indivíduo, que parece não diferenciar a medida do que se tem, do que se quer e do que precisa.

Para o autor,

As lutas de geração a respeito do necessário e do desejável mostram outro modo de estabelecer as identidades e construir a nossa diferença. Vamos afastando-nos da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente configuram-se no consumo, dependem daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a possuir. (...) (CANCLINI, 2008, p. 30)

“Você é o que você tem”, seria a palavra de ordem na sociedade pós-moderna. E isso constitui um desafio cada vez mais recorrente no atual estágio societário, em grande parte devido à velocidade com que os recursos tecnológicos são disponíveis no mercado. Acompanhar e fluir nas diversas variações do mercado proporciona ao sujeito a possibilidade de desvincular-se de seu espaço, lugar físico, e adentrar no território globalizado, onde apesar de todo a preocupação em preservar as especificidades, provoca a construção de um sujeito ao mesmo tempo diferente e semelhante a tantos outros.

CAPÍTULO III

A CONDIÇÃO JUVENIL E OS DISCURSOS HEGEMÔNICOS DA CULTURA CONTEMPORÂNEA: IMPLICAÇÕES PARA A SOCIABILIDADE NA UNIVERSIDADE.

A cultura contemporânea apresenta-se sob os mais variados prismas, contendo elementos que instigam o sujeito a submeter-se às lógicas impostas pela sociedade de mercado. Tais elementos configuram-se no sentido de proporcionar ao indivíduo prazeres momentâneos, instigados pela consubstancia da vida fluida, desmaterializada, imputando ao habitante da pós-modernidade a necessidade de, a todo o momento, estar se refazendo, remodelando suas atitudes e ressignificando novos objetos. Objetos esses nascidos e falecidos com a mesma intensidade com que se tornam bens de prestígio, funcionando como um ponto de equilíbrio na relação entre o ser e o não ser na sociedade de consumo.

No intuito de entendermos a complexidade da cultura contemporânea e de como os discursos forjados em seu âmbito moldas os fazeres dos indivíduos, faz salutar a discussão sobre o que é cultura, quais as práticas inerentes a esse conceito e de que forma as possibilidades, hoje vivenciadas, encaixam-se nessa construção abstrata do ser humano.

Para Bauman (2012), ao longo dos séculos – e de acordo o dinamismo com que as relações sociais iam se constituindo – o conceito de cultura foi sofrendo modificações e se atualizando de acordo os pressupostos ora em voga. Ao discutir o conceito de cultura o sociólogo traça todo um perfil histórico, semântico e sociológico acerca do termo, conjecturando proposições e visões, postulando caminhos diferenciados ao entendimento do que é cultura no meio social.

Em primeiro lugar o conceito de cultura, segundo o autor, é marcado pela ambivalência entre a ordem e a desordem, marcas essenciais das comunidades sociais. Destarte, o conceito representaria as inúmeras contradições forjadas a partir das relações sociais.

Nesse sentido, Bauman (2012, pp. 16-17) coloca que,

(...) A ideia de ‘cultura’ serviu para reconciliar toda uma série de oposições enervantes pela sua incompatibilidade ostensiva: entre liberdade e necessidade, entre voluntário e imposto, teleológico e casual, escolhido e determinado, aleatório e padronizado, contingente e obediente à lei, criativo e rotineiro, inovador e repetitivo – em suma, entre a autoafirmação e a regulação normativa.

Ao discorrer sobre as inúmeras possibilidades semânticas do termo “cultura”, Bauman (2012) argumenta há uma fragilidade residual no tocante à conceituação do termo, enfatizando a existência de três vieses: cultura como conceito hierárquico, diferencial e genérico.

O primeiro viés – conceito hierárquico – de acordo o autor, corresponde ao entendimento de que cultura é algo herdado ou adquirido e que, por isso, definiria as características do ser humano, a partir de um modelo “ideal” forjado no íterim das práticas sociais. Ou seja, cultura corresponderia à forma com que o indivíduo busca mecanismos de interpretar as práticas tidas como ideal ao ser humano. Tem-se aí um esforço no sentido de o sujeito apregoar-se às práticas que se entende como necessárias à realização coletiva e, principalmente pessoal. Para Bauman (2012) essa vocação consciente do indivíduo em constituir-se como parte integrante da sociedade parte de uma estruturação do próprio ambiente a qual está vinculado, pois “(...) É o lócus estrutural como um todo que dá a cada um de seus membros sua identidade social (BAUMAN, 2012, p. 97)”. Tal conceito de cultura destinava-se à manutenção da ordem em sociedade, longe das intempéries que viessem a desestruturar o modelo do homem bom, probro, ideal.

Cultura como conceito diferencial é empregado, de acordo o sociólogo, para explicar as inúmeras diferenciações entre as sociedades, e como isso influencia diretamente no desenvolvimento dessas sociedades. Conceito forjado no íterim da sociedade moderna, protagoniza, segundo o autor, a construção da ideia de que a cultura de determinados povos é responsável direto pelo seu desenvolvimento. Para Bauman (2012, p.106) “No momento em que o conceito diferencial de cultura emergiu das cinzas de seu predecessor absoluto e hierárquico, ele passou a ser sustentado por diversas premissas tácitas (por vezes explícitas) que deveriam permanecer com seus atributos inseparáveis ao longo da história.”

É a partir dessas premissas que ocorrem as diferenciações necessárias ao entendimento de cada lócus social, atrelando seus desenvolvimentos a questões raciais, econômicas e ambientais. Segundo o autor, tal entendimento não proporcionou um avanço na discussão da sociedade como um todo e, sim, de inúmeras sociedades que detinham seus próprios padrões, em um processo de exclusão e/ou negação de culturas diferenciadas.

Sobre o terceiro viés, Bauman (2012) aponta no sentido de cultura ser representada como uma atividade universal do ser humano, por ser ele o único ser vivo capaz de constituir laços sociais a partir de suas inúmeras práticas, construção de símbolos e formas de comunicação com seus pares. Cultura estaria, assim, intrinsecamente ligada à sociedade, à agrupação de humanos constituídos a partir de uma prática social comum.

Para o autor,

Se a noção hierárquica de cultura coloca em evidência a oposição entre formas de cultura ‘requintadas’ e ‘grosseiras’, assim como a ponte educacional entre elas; se a noção diferencial de cultura é ao mesmo tempo um produto e um sustentáculo da preocupação com as oposições incontáveis e infinitamente multiplicáveis entre os modos de vida dos vários grupos humanos – a noção genérica é construída em torno da dicotomia mundo humano-mundo natural; ou melhor, da antiga e respeitável questão da filosofia social européia – a distinção entre ‘actus hominis’ (o que acontece ao homem) e ‘actus humani’ (o que o humano faz). O conceito genérico tem a ver com os atributos que unem a espécie humana ao distingui-la de tudo o mais. Em outras palavras, o conceito genérico de cultura tem a ver com as fronteiras do homem e do humano. (BAUMAN, 2012, p. 130-131)

Desta forma, o indivíduo estaria envolto, ao mesmo tempo, no meio social e cultural, pois um não pode existir sem o outro. A prática oriunda da condição humana em se socializar produz os efeitos necessários para relação entre cultura e sociedade, pautados nos símbolos e linguagens construídas. O ser humano seria, na mesma medida, o ser cultural e o ser social. Bauman (2012), a partir de toda essa relação conceitual e histórica acerca do termo, entende cultura como um processo específico do ser humano, pois somente ele é capaz de produzir novos significados para a sociedade, mudando suas dinâmicas e transformando o corpo social em um espaço aberto ao usufruto das liberdades individuais.

Na sociedade contemporânea, esse espaço destinado às liberdades individuais toma forma na medida em que imputa ao indivíduo pós moderno a possibilidade de viver toda a liberdade que a sociedade de consumo oferece. A transmutação das relações na sociedade pós-moderna vem a desempenhar um reordenamento das instituições, colocando o sujeito sem um ponto de ancoragem, sem uma base sólida a qual possa se estabelecer. Num primeiro momento poderíamos pensar que o sujeito imerso na cultura contemporânea estaria destituído de valores, devido às inúmeras propositivas do mercado para a construção de sua identidade. No entanto, como nos informa Bauman (2012, p 79) “Não é a ausência de valores nem a perda de sua autoridade que torna a condição humana confusa e as escolhas difíceis, mas a multiplicação de valores, frouxamente coordenados e ligados (embora de modo deficiente) a uma variedade de autoridades diferentes, muitas vezes discordantes”.

3.1. O que é ser jovem na sociedade contemporânea

O jovem hoje se apresenta como um sujeito aberto às experimentações proporcionadas pelo seu cotidiano, e às vicissitudes de uma vida contemporânea pautada no consumismo e na destituição das instituições que outrora se constituíam como sendo a base moral e social desse

indivíduo. Tratar sobre essa condição do jovem imerso na cultura da sociedade de consumo faz-se imprescindível na medida em que pretendemos entender de que forma a discursividade hegemônica influencia na questão da sociabilidade no ambiente universitário.

Pensar o jovem no atual estágio em que nos encontramos é pensar o indivíduo que se tornou o principal atrativo para o mercado consumidor. Aquele que está envolto na ideia de liberdade proporcionada pela cultura da pós-modernidade. Uma liberdade que, acima de tudo, o coloca como o ator principal dessa sociedade e que, a cada dia, se mostra mais envolto na proposta consumista e hedonista.

Nesse ínterim, a juventude hoje, de acordo Kehl (2004) pode ser entendida das mais variadas formas, devido à imprecisão de delimitar e conceituar esse período. Para a autora, “(...) A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. (...)” (pp. 89-90).

Ainda segundo Kehl (2004), o interesse da sociedade de mercado pelo jovem se mostrou recente, pois foi a partir da década de 1950 que se viu aflorar a chamada “cultura jovem”, onde a produção mercadológica mudou seu foco e passou a entender o jovem como um sujeito ativo na sociedade, uma vez que ele passou a ser consumidor. A condição juvenil passou a receber novos direcionamentos e ser jovem se tornou sinal de liberdade, fuga das amarras ortodoxas, tradicionais que regiam as relações sociais, um lugar onde somente a elite da sociedade poderia estar. Assim, houve um redirecionamento na constituição do que é ser jovem, e de como é constituída essa condição nos indivíduos imersos na pós-modernidade.

Para Viana (2009), a identidade do jovem hoje vai se constituindo a partir de sua relação com seus pares. É a partir do grupo social em que está inserido e as formas de sociabilidade que o jovem vai experimentado é que vai se constituído o processo identitário desse indivíduo.

Conforme o autor,

...o processo de formação da identidade da juventude é um processo social e, por conseguinte, sua formação é determinada, num primeiro momento, pelo adulto, pelo ‘Outro’, e não pelos próprios jovens. Somente num segundo momento é que esse grupo etário participa ativamente do processo de constituição de sua auto-imagem(VIANA, p. 148).

O *outro* que determina o processo de construção da identidade do jovem é a própria sociedade de mercado. É a partir dela que o jovem vai definir suas prioridades, seu modo de viver e agir em sociedade. É na lógica do consumo, perpetrada pela mídia propagandística no

qual elabora arbitrariamente os discursos predominantes na sociedade, que o jovem encontra seu local de lazer, de bem-estar, de frivolidade.

Melucci (2007), por sua vez, argumenta que a condição do ser jovem hoje está atrelada à questão do tempo, em detrimento dos fatores biológicos ou sociais, pois a condição cultural a que somos acometidos revela-nos uma vontade de continuarmos jovens, de continuarmos a exercer esse estado que outrora se mostrava transitório, mas que com as mudanças ocorridas na sociedade vem se mostrando de forma contínua.

Conforme o autor,

A natureza precária da juventude coloca para a sociedade a questão do tempo. A juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade. Revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais, para dispor de um tempo que não se pode medir somente em termos de objetivos instrumentais. (MELUCCI, 2007, p. 42)

A questão temporal da condição juvenil levantada pelo autor nos mostra que todos querem continuar jovens, todos querem estar incluídos e serem aceitos pela sociedade de consumo, que rege a forma como você deve se apresentar perante seus pares, pois é ela que dita os parâmetros valorativos e éticos de cada sujeito. Aliado a isso, a condição do *eterno jovem* faz suscitar o debate sobre o fim do indivíduo adulto, pois em uma sociedade que se pretende cada vez mais jovem, longe das amarras e mais suscetível às mudanças de direção que o mercado promove, tornar-se adulto virou sinônimo de perda de status, identidade e liberdade. Tornou-se um lugar a que poucos pretendem adentrar (KEHL, 2004).

Essa liberdade inerente à condição juvenil é discutida por Szapiro e Resende (2010), os quais argumentam ser essa o maior valor da juventude na sociedade, onde os prazeres momentâneos e a vivência do presente são o que mais importam. Segundo as autoras, essa falsa ideia de liberdade atrelada aos jovens deriva do esfacelamento das instituições que eles tinham como base, entre elas a família e a escola, e, nesse sentido promove uma situação de abandono. Ao se sentirem “abandonados” pelas instituições da qual faziam parte se tornam “...presas fáceis de um aparelho poderoso regido pela lógica da sociedade de mercado, que não cessa de lhes oferecer ‘mais prazer’ através de mais objetos a consumir, sugerindo-lhes que consumir é exercer o direito de escolher” (SZAPIRO & RESENDE, 2010, p. 45). Essa ideia de liberdade promovida pela sociedade pós-moderna produz, na visão das autoras, uma anomia social, ou seja, falta de objetivos e perda de identidade por parte dos indivíduos.

Para as autoras,

A ideia de juventude hoje apresenta características muito particulares, que podemos associar à condição pós-moderna. Assim é que para muitos jovens, marcados pelo pensamento liberal, o presente é o que importa. O futuro vai sendo tecido dia após dia, sem grandes planos ou objetivos de longo prazo de vida. Como indivíduos autônomos e livres, suas ações parecem ser determinadas apenas tendo como objetivo maior a maximização de um estado de prazer. O desprazer passou a ser percebido como uma circunstância a ser eliminada, pois que não deveria fazer parte da vida. (SZAPIRO e RESENDE, 2010, pp. 44-45)

O jovem hoje passou a ser sinônimo de liberdade, de uma condição propícia a estar inserido na dinâmica da sociedade de consumo que, a cada dia, promove novos arranjos e possibilidades para que o jovem continue a ser o que o mercado: consumidor. E a partir dessa dinâmica do consumo é que suas identidades vão sendo construídas, a relação com o outro vai se estabelecendo e o indivíduo vai se tornando parte da lógica de mercado.

Dessa forma, a juventude parte da condição biológica, ou psicológica, para a condição social (VIANA, 2009). Transforma-se em um período que se pretende aproveitar ao máximo as vicissitudes que a sociedade de consumo pode promover. Para Szapiro & Resende (2010, p. 48) “a juventude transformou-se em um estado que se almeja que seja eterno”, um estado que todos os indivíduos pretendem permanecer o máximo possível.

Para as autoras,

... é possível que estejamos vivendo hoje a experiência mais historicamente conservadora e acrítica dos valores de todos os tempos anteriores, uma vez que ser jovem, em resumo, constitui-se hoje no trabalho permanente de modular-se como um objeto de consumo numa economia de mercado que se alimenta da crença segundo a qual somos, e somos felizes, se somos o novo. Não como uma escolha, mas como um novo imperativo: a juventude. A esta busca, o capitalismo de mercado nos sugere: seja jovem e pertença a este mundo! (SZAPIRO & RESENDE, 2010, p. 48)

Os modos de permanecer jovem vão sendo direcionados à medida que a sociedade de mercado vai impondo novas práticas, novos objetos, incitando o indivíduo a se adequar em sua lógica casuística. Para esses jovens a preocupação é tão somente com o que está no topo, o que rege a lógica do momento, o que lhes colocará em uma situação de conforto perante seus pares ou, no dizer popular, utilizar aquilo que está na moda. Permanecer nessa condição se torna um exercício constante de consumo, pois a efemeridade da “moda” imputa aos indivíduos estarem sempre se reciclando e reciclando seus objetos de consumo, em um

movimento contínuo de querer estar inserido na lógica de mercado, lógica esta que, na visão de Vitelli (2009), vem sendo remodelada ao longo dos anos, mostrando à sociedade que a única moda que permanece intacta e protegida da ação do tempo é a moda de ser jovem.

3.2. A pós-modernidade e a construção do indivíduo consumista

Os apelos imediatistas promovidos pela sociedade de mercado incitam o indivíduo a se encaixar numa lógica consumista que prevê a imersão, em um determinado círculo social, a partir do consumo de determinado item propagado na mídia. Dessa forma, o indivíduo é “forçado” a consumir, instigado pelo deleite das propagandas que mostram um mundo novo de sensações a serem experimentadas, como forma de encontrar nos objetos industrializados um caminho para a realização pessoal (COSTA, 2004b).

Bauman (1998) argumenta que o indivíduo que não está envolto na lógica consumista promovida pela sociedade pós-moderna é considerado impuro, pois ele não se enquadraria na ordem estabelecida sociedade de consumo.

Para o autor,

Uma vez que o critério de pureza é a aptidão de participar do jogo consumista, os deixados fora como um ‘problema’, como a ‘sujeira’ que precisa ser removida, são consumidores falhos – pessoas incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor porque lhes faltam os recursos requeridos, pessoas incapazes de ser ‘indivíduos livres’ conforme o senso de ‘liberdade’ definido em função do poder de escolha do consumidor. São eles os novos ‘impuros’, que não se ajustam ao novo esquema da pureza. Encarados a partir da nova perspectiva do mercado consumidor, eles são redundantes – verdadeiramente ‘objetos fora do lugar’. (BAUMAN, 1998, p. 24)

Conforme o autor, faz-se necessário que o indivíduo aceite a lógica consumista sob o risco de ser “descartado” da sociedade, e tornar-se alheio a todas as benesses que a sociedade pós-moderna pode promover, a partir de toda a sua indumentária midiática que promove, a todo instante, o desejo de consumir. Ainda segundo o sociólogo, o modelo de pureza vai se modificando no berço social e chegamos a tal ponto na sociedade de mercado que o estranho, aquele que deturpa a lógica das relações sociais e promove a desordem do *status quo*, é aquele que não se insere na proposta consumista.

Essas proposições do contexto social da pós-modernidade provocam no indivíduo a sensação de fluidez, de incertezas, decorrente da dinâmica cada vez mais efêmera com que se estabelece sua relação com a sociedade. Uma relação que têm na solidificação das estruturas sociais, materiais, identitária seu principal entrave, pois na pós-modernidade o que está em voga é a possibilidade de mudança repentina por parte do indivíduo, de forma a não se

estabelecer, estagnar, elaborar planos duradouros, pois é o dinamismo o principal motor dessa sociedade.

Segundo Bauman (1998, p. 38)

(...) Em nossos tempos pós-modernos (...) as fronteiras que tendem a ser ao mesmo tempo mais fortemente desejadas e mais agudamente despercebidas são as de uma justa e segura posição da sociedade, de um espaço inquestionavelmente da pessoa, onde possa planejar sua vida com o mínimo de interferência, desempenhar seu papel, num jogo em que as regras não mudem da noite para o dia e sem aviso, agir razoavelmente e esperar pelo melhor.

Essas posições justas e seguras de uma sociedade, retratadas pelo autor, refletem o oposto do que a sociedade oferece. O que está em jogo é a facilidade com que o indivíduo permeia os diferentes espaços, se adequa rapidamente às solicitações do mercado e consegue se fixar em seu meio social, adotando diversas identidades sem a possibilidade de se fixar a alguma delas. É o que Bauman (1998) denomina de turistas, pois são eles, indivíduos imersos na pós-modernidade, que conseguem se adequar a toda a dinâmica promovida pela sociedade, que conseguem consumir de forma descompromissada e representam o desaparecimento com quaisquer estruturas que outrora se mostravam sólidas.

E é essa vida de desaparecimento que permeia o presente, onde as práticas sociais parecem estar regidas somente pelo ato de comprar, de consumir. A fragilidade com que percebemos as relações sociais e o processo de individualização do sujeito pós-moderno nos leva a perceber, nos dizeres de Bauman (2009), que estamos vivendo uma vida líquida, que escapa à segurança de nossas mãos e exige-nos total atenção para não ficarmos à margem de todo esse processo.

Para o autor,

A vida líquida é uma vida de consumo. Ela projeta o mundo e todos os seus fragmentos animados e inanimados como objetos de consumo, ou seja, objetos que perdem a utilidade (e portanto o viço, a atração, o poder de sedução e o valor) enquanto são usados. Molda o julgamento e a avaliação de todos os fragmentos animados e inanimados do mundo segundo o padrão dos objetos de consumo. Esses objetos tem uma expectativa útil limitada e, uma vez que tal limite é ultrapassado, se tornam impróprios para o consumo, já que 'ser adequado para o consumo' é a única característica que define sua função. Eles são totalmente impróprios e inúteis. Por serem impróprios, devem ser removidos do espaço da vida de consumo (destinados à biodegradação, incinerados ou transferidos aos cuidados das empresas de remoção de lixo) a fim de abrir caminho para outros objetos de consumo ainda não utilizados. (BAUMAN, 2009, Pp. 16-17)

Essa relação dos objetos de consumo com o consumidor demonstra que o indivíduo pós-moderno pauta suas práticas de acordo a utilização dos objetos adquiridos, e promove a construção social a partir de sua posse, mesmo que essa posse seja passageira, que não dure mais do que alguns momentos em poder do indivíduo.

Sobre isso, Ramos (2008), ao discutir sobre o tempo, espaço e as relações sociais na era do consumo nos informa que houve uma mudança drástica na relação dos homens com os seus objetos. Antigamente os objetos viam a “morte” de seus donos, ao passo que hoje ocorre um movimento inverso, pois presenciamos o nascimento e morte prematura de objetos que surgem no intuito de nos tornar colecionadores às avessas, ou seja: colecionadores do ato de comprar.

Conforme o autor,

Quando a velocidade aumenta, a duração diminui. Tal equação é, em síntese, o sentido que rege a aceleração dos objetos na sociedade de consumo. Fruto permitido e proibido do capitalismo, o objeto transformado em mercadoria foi se instituindo na constante diminuição da vida média. Nesse caso, o acelerado aumento da mortalidade dos artefatos corresponde ao insaciável incremento da natalidade. Objetos são criados em desespero contínuo, para alimentar o consumo, igualmente desesperado. Depois de comprado, o objeto não deve ter vida longa: desgasta-se logo ou logo fica ‘fora de moda’. Nunca houve, em nenhuma sociedade, uma relação tão próxima entre a maternidade e cemitério. (RAMOS, 2008, p. 181)

Essa metáfora proposta pelo autor, de “maternidade e cemitério”, provoca no indivíduo a necessidade de consumir e, com isso sofre de duas frentes distintas: por consumir e não consumir. Na primeira, sofre na medida em que precisa estar atento às inúmeras novidades exaladas pelo mercado tendo a obrigação de descartar seus objetos que até pouco tempo estavam no auge, mas que agora se encontram obsoletos; na segunda, sofre por não poder acompanhar os lançamentos, uma vez que a sociedade de consumo é seletiva e proporciona um locus privilegiado somente àqueles que detém um bom poder aquisitivo. (RAMOS, 2008)

Para Costa (2004b), a sociedade de mercado, ou sociedade de consumo, funciona como uma espécie de artefato cultural, um modo de reger a dinâmica das relações sociais existente, promovendo uma suposta correção das disparidades existentes na sociedade.

Consumismo, então, é entendido por Costa (2004b, p, 77) da seguinte forma:

(...) ...é o modo que o imaginário econômico encontrou de se legitimar culturalmente, apresentando as mercadorias como objetos de necessidades supostamente universais e pré-culturais, e ocultando, por esse meio, as desigualdades econômico-sociais entre os potenciais compradores.

Devemos entender, entretanto, que o ato de consumir não se constitui igual para todos na sociedade pós-moderna. Ele é, antes de tudo, seletivo, pois nem todos os indivíduos detêm as condições financeiras para usufruírem de todas as “benesses” que a sociedade de mercado promove a todo instante. Consumir está ligado intimamente à condição social do indivíduo (COSTA, 2004b; KEHL, 2004; RAMOS, 2008). Conclui e nos diz que “(...) Comprar não é uma ação regida por necessidades biológicas, mas um ato econômico com implicações sociais. Diante de atos desse tipo somos todos diferentes e desiguais” (COSTA, 2004b, p. 77).

O ato econômico proposto pelo autor é que vai colocar o indivíduo em uma posição privilegiada entre seus pares, pois será detentor das novidades, dos melhores bens de consumo e conseguirá as melhores oportunidades. Na visão de Costa (2004b) esses objetos agregam valor ao indivíduo e a partir desse valor ele se sente inserido na sociedade, pois “Eles são o crachá que identifica ‘o turista vencedor’ em qualquer lugar, situação ou momento de vida (p. 80)”

Retondar (2008), por sua vez, entende que o consumismo se constituiu como um mediador das relações sociais, propondo que o fim do ato consumista é o próprio consumo. Ou seja, o indivíduo será sempre instigado a consumir mais, pois é esse o objetivo principal da sociedade de mercado. Para o autor, o consumismo vem funcionando como uma forma de significar e ressignificar a posição do indivíduo na sociedade, caracterizando a intersubjetividade nas práticas sociais, onde o gosto comum pelos bens de consumo se mostra como um direcionador das relações sociais.

Segundo o autor,

Se pensarmos a esfera contemporânea do consumo como um sistema de comunicação social, aonde os diversos produtos e bens são constantemente associados a distintos universos significativos e, ainda, que tal associação se dá de maneira cada vez mais flexível, o ato de consumo transforma-se, neste caso, num ato de adesão simbólica em que a escolha do objeto se torna uma escolha estratégica, por meio da qual o consumidor vai continuamente definindo e redefinindo sua identidade. (RETONDAR, 2008, pp. 144-145)

A escolha estratégica retratada pelo autor refere-se tão somente à aquisição de bens supérfluos, com pouca utilidade prática, mas muita utilidade visual, pois é esse um dos principais motivos de consumir: utilizar bens descartáveis no intuito de se auto-promover no meio social. Nessa mesma direção, Oliveira & Tomazetti (2012) argumentam que o surgimento do consumo como comportamento coletivo está aliado à industrialização em larga escala promovida pela Revolução Industrial. Para os autores, a produção em massa e a injeção

cada vez mais rápida de novidades no mercado provocam no indivíduo a sensação de que o durável é obsoleto, e o que é descartável é socialmente aceito em comunidade.

Para os autores,

... em tal contexto social somos impelidos a participar da vida pública de um modo onde o comportamento legítimo e colocado no vértice das aspirações pelas agências sociais se faz por intermédio da compra de produtos.

Participar, então, do ciclo fabricação – venda – compra de mercadorias, noutros termos, tem sido um critério de valoração social bastante destacado nas últimas décadas e que logra significativa incidência na subjetivação dos jovens contemporâneos. Não se trata mais, como já dito acima, da aquisição de objetos para posse e desfrute em longo prazo de suas benesses; de outro modo, trata-se sim de uma cidadania assentada sobre a estruturação de estilos de vida individuais, onde o ato de adquirir produtos segue o de descartá-los, em uma rotinização dos itinerários de compra considerados habitat de consumidores: shopping center, supermercados, lojas virtuais, lojas de vestuário, eletrodomésticos etc. (OLIVEIRA & TOMAZETTI, 2012, p. 189)

A relação “Compra-Utilização-Descarte” promove a massificação dos estilos individuais e aceitação dos consumidores em seus meios sociais, instigando à utilização de bens descartáveis no propósito, único, de não ser considerado o impuro da sociedade pós-moderna. Concordamos com os autores quando argumentam que vivemos hoje em função de práticas consumistas, tornando o objeto descartável um meio de alcançar o prazer. De certo que toda essa revelia no sentido de promover a massificação do descartável é direcionada pelo viés propagandístico da sociedade de mercado, tendo a mídia como o difusor dos ideais de consumo.

Sobre isso, Fischer (2005) argumenta que a mídia detém poder sobre a produção da subjetividade contemporânea e que é a partir dela que se dá a construção de uma identidade juvenil na sociedade contemporânea. Esse poder retratado pela autora é basicamente emanado da TV, donde fluem e afloram os mais diversos espetáculos do consumo, como a personificação do corpo ideal, do modo de se vestir e agir, tratando a efemeridade das relações sociais como algo a ser buscado pelos indivíduos.

3.3. O poder da propaganda e a construção de uma nova moral do prazer na sociedade de consumo

Os indivíduos pós-modernos, em particular os jovens, são caracterizados pelo apego ao imediatismo, ao descartável, àquilo que lhe provoca prazeres instantâneos em detrimento de relações duráveis. O que está em voga é a maleabilidade com que se insere em

determinados grupos sociais. Desta forma são suscetíveis aos apelos da mídia propagandística que, a todo o momento, promove a inserção de imagens de objetos, prazeres ao alcance daqueles que podem usufruir dessas benesses.

É o que argumenta Oliveira (2012, p. 19) quando nos informa que “(...) Vive-se, agora, o império das narrativas de mercado e dos discursos midiáticos, cujos interesses obedecem aos anseios de grandes corporações econômicas e de empresários da comunicação...”. Nessa lógica mercadológica imputam-se propostas de sensações que o indivíduo deve ter acesso, sob pena de não conseguir se adequar a nenhum grupo a que tenha interesse em participar. O interesse da mídia, do espetáculo proporcionado pelos meios de comunicação, é tão somente a subjugação do indivíduo à condição de mero consumidor, reproduzidor das falácias criadas a partir dos interesses das grandes corporações.

Debord (2011) nos mostra como a vida baseada no espetáculo rege a dinâmica social em nosso tempo. Para o autor a mercadoria é o fim único do espetáculo. É por ela que há toda a representação midiática, de forma a proporcionar ao indivíduo acesso a bens de consumo, no intuito de promover uma melhor vivência e socialização do indivíduo.

No entanto, corroborando com o autor, o que vemos é um isolamento por parte desse indivíduo, pois na medida em que mais se contemplam os bens de consumo menos se vive, movimento esse provocado pelo crescimento econômico provocado pelo liberalismo, que libertou o cidadão das amarras que o impediam de viver, de usufruir, de sentir. No entanto, tornou-o escravo de sua própria liberdade, pois agora encontra-se envolto em práticas consumistas.

Para Debord (2011, p. 28) “O mundo presente e ausente que o espetáculo faz ver é o mundo da mercadoria dominando tudo que é vivido. E o mundo da mercadoria é assim mostrado como ele é, pois seu movimento é idêntico ao afastamento dos homens entre si e em relação a tudo que produzem.”

O processo de dominação da mercadoria no atual estágio societário em que nos encontramos reflete a posição inerte a que estamos acometidos. O indivíduo hoje é “forçado” a comprar, nos dizeres de Costa (2004b), a partir dos deleites das propagandas, que o instigam a experimentar as mais novas sensações do mercado. De certo que ninguém é forçado a comprar, a experimentar, mas são instigados a tais atos, reproduzindo, assim, a lógica da sociedade de mercado.

Nesse sentido, Costa (2004b, p. 76) afirma que:

(...) As disposições e atitudes que contribuem para a reprodução da sociedade de mercado atual são, em linhas gerais, as seguintes: o sujeito 1) deve se deixar seduzido pela propaganda de mercadorias; 2) deve possuir uma identidade pessoal flexível, compatível com as novas relações de mercado; 3) deve estar convertido à moral das sensações, ou seja, ter pretensões a satisfações em curto prazo, em detrimento de satisfações que exigem projetos de longo alcance.

Os três pontos abordados pelo autor se mostram interessantes na medida em que pretendemos saber de que forma esses indivíduos são interpelados como consumidores e colocados na posição de reprodutores dos ideais da sociedade de mercado. O primeiro é a sensibilidade do indivíduo em se deixar seduzir; o segundo é a sua própria dinâmica social, que deve ser flexível, efêmera, de modo a se encaixar na proposta da sociedade de consumo e; estar atrelado à nova moral do prazer, onde as realizações em curto prazo ganham mais relevância do que os projetos em longo prazo.

Costa (2004b) denomina esse processo de nova moral do prazer, onde o apego às sensações, ao imediato, ao presente permeia o escopo social, proporcionando nos indivíduos a construção de novas identidades a partir de sua prática consumista. Conforme o autor, o ato de consumir reflete necessidades psicossociais, e encontra na propaganda a possibilidade de conseguir aquilo que é socialmente desejável, ou seja, “Se grande parte deles se deixa persuadir pela propaganda é porque, em certa medida, encontra na posse dos objetos industriais um meio de realização pessoal. Essa aspiração à realização é o motivo do anseio pelos *objetos ditos de consumo* (Grifos no Original) (COSTA, 2004b, p. 79)”.

Para o psicanalista, o prazer é experimentado nas mais variadas formas dentro de uma determinada cultura, que deve abrir os canais necessários de satisfação a seus indivíduos como forma de permanecer viva. O prazer sensorial, em voga na sociedade pós-moderna, não veio a substituir o prazer sentimental, cívico, religioso, etc. que outrora regia o plano do indivíduo; tornou-se apenas mais efusivo na atualidade. Argumenta, ainda, sobre a diferença entre os objetos consumidos na moral do trabalho e na moral do prazer. Na primeira, os objetos descartáveis funcionam como uma forma de promover a aparência social do indivíduo, mostrando sucesso profissional. Na segunda, funciona tão somente como objeto de inalação de prazer, estimulado o corpo para prazeres sensoriais, necessitando constantemente de estímulos.

Para Kehl (2004), a seu turno, a atuação da sociedade de mercado na busca de proporcionar prazeres à juventude constitui-se no sentido de preencher um vazio proporcionado pela ausência da figura do adulto. Neste sentido, esses jovens veem na mídia um ponto de construção social, a partir das abordagens de temas inerentes à vida cotidiana.

De acordo a autora,

... vivemos em uma cultura em que o espetáculo dita as normas de cidadania, organiza as relações sociais, estabelece valores, formata as identificações. Os filmes que denunciam a miséria, a criminalidade, a violência policial são presas desta contradição: ao tentar mostrar aquilo que a sociedade preferia ignorar, estão necessariamente espetacularizando o mal. (KEHL, 2004, p. 103)

Nesse contexto, Chauí (2007) comenta como a mídia e a propaganda tem o poder de transformar a dinâmica social e como ela impõe valores na sociedade, levando o indivíduo a crer que necessita se associar ao modo de vida das celebridades, amplamente divulgadas na televisão ou que, ainda, devem buscar conseguir das mais variadas formas o modelo tonificado de seus ídolos.

3.4. Implicações da sociedade contemporânea na vida do jovem

Oliveira & Tomazetti (2012), pautando seus estudos sobre a condição juvenil no Ensino Médio em autores como Zygmunt Bauman e Hannah Arendt, argumenta que o jovem pós-moderno não tende mais às aspirações a longo prazo que o indivíduo de outrora, e visa tão somente à fruição momentânea, o prazer imediato proporcionado pelos objetos e situações que a sociedade de mercado impõe ao consumo, o que caracterizaria uma nova moral do prazer, nos dizeres de Costa (2004). Para o autor, existe hoje entre os jovens um paradoxo entre a vida consumista e imediatista promovida pela sociedade de mercado com a vida dos bancos escolares. O que temos hoje é a perda fácil do interesse por algo.

Conforme Oliveira & Tomazetti (2012, p. 190),

... não seria demasiado apressado afirmar que a capacidade de os sujeitos jovens e adolescentes elaborarem itinerários estudantis de longo prazo tem sido permeada pelos apelos imediatistas das retóricas televisivas e publicitárias que convidam os cidadãos contemporâneos ao deleite consumista, ou melhor, ao desempenho de um papel social que privilegia a satisfação instantânea em detrimento do adiamento/postergação dos desejos.

No ideal consumista é que se constroem as diferenças, argumenta o autor, levando os jovens a se constituírem enquanto grupos sociais a partir dos objetos de consumo a que tem acesso. Aliado a isso, temos o processo de construção da identidade desse jovem a partir do estilo de vida que leva, lugares que frequenta e modos de se vestir e agir. Para Oliveira & Tomazetti (2012) toda essa indumentária consumista construída nos templos da sociedade de

mercado é levada para dentro dos ambientes escolares, provocando uma perda de identidade do ambiente escolar, que ainda se mostra indiferente às vicissitudes da sociedade de consumo.

Argumenta, ainda, que a juventude entende o espaço escolar apenas de modo utilitarista, não dando o crédito devido e, dessa forma, não entende o real significado da construção do conhecimento, levando-os a crer que o processo de informação veiculado nas mais diversas mídias pode vir a substituir a ortodoxia dos bancos escolares. Assim, esse espaço vem a sucumbir mediante às investidas da sociedade de mercado.

Oliveira (2012) entende que essa alteração social provocada pelo advento da sociedade de consumo promove no ambiente escolar uma crise, de modo que este não consegue acompanhar e oferecer as benesses de uma vida rápida, liberta e sem o ônus da durabilidade.

Para o autor,

...pensar as repercussões subjetivas de uma sociedade de consumo colabora para aproximações interpretativas necessárias diante do quadro de desinteresse manifesto pelos saberes escolares vivenciado nas escolas – e que tem incidido na relação dos sujeitos jovens com seus professores e com a própria cultura escolar. (OLIVEIRA, 2012, p. 18)

Esse apego às vicissitudes da sociedade contemporânea provoca no jovem a oportunidade de se redefinir enquanto sujeito social. A partir da prática consumista ele vai se tornando mais vinculado à lógica mercadológica perpetrada nos variados ambientes de consumo, em busca do prazer, das sensações instantâneas e momentâneas, das oportunidades de se estabelecer dentro do sistema consumista.

Há também que se considerar que toda essa bagagem da sociedade contemporânea influencia no modo como o indivíduo pretende ser visto dentro do ambiente escolar, pois é ali que boa parte dos indivíduos constroem seus laços sociais. Em um ambiente onde os mais variados estratos sociais podem se encontrar a sociabilidade apresenta-se como um desafio a esses jovens oriundos de diferentes vivências contemporâneas. Há, nesse caso, um enfrentamento por parte dos jovens no intuito de conseguirem ser aceitos em determinados grupos, imputando-se em preocupações e sofrimentos ao se perguntarem constantemente se conseguirão vencer os obstáculos da construção de laços sociais no ambiente escolar (REIS, 2012).

Essa convivência em grupos possibilita, nos dizeres de Brenner, Dayrell & Carrano (2008, p. 30), “...a criação de relações de confiança; desse modo, a aprendizagem das relações sociais serve também de espelho para a construção de identidades coletivas e individuais.” Essa construção de identidade a partir da ação coletiva possibilita ao indivíduo jovem o

construção de uma ponte entre sua relação com a sociedade de mercado e com os indivíduos que também estão imersos na lógica do consumo.

Para Retondar (2008) o indivíduo atrelado à lógica consumista vai (re)construindo sua identidade, pautada no individualismo. Esse processo passa a ser entendido como um campo produtor de significados, onde cada indivíduo produz a sua própria forma de agir, individual. No entanto, apesar do individualismo construído a partir da posse de objetos de consumo, os indivíduos vão se alocando em grupos a partir da intersubjetividade construída a partir do gosto comum pelos bens de consumo.

Segundo o autor,

... no plano da sociedade de consumo contemporânea, marcada por uma cultura ao mesmo tempo altamente fragmentada e objetiva, a questão do “indivíduo” enquanto agente do processo social torna-se imperativa por um motivo especial: ele passa a ser a principal referência para a constituição de identidades, isto é, passa a constituir uma das principais referências a partir da qual grupos e segmentos sociais se formam, de acordo com a absorção de marcos de identificação como símbolos, signos, imagens e representações que se encontram dispostos em um sistema de consumo que compreende desde o mercado até as estruturas de comunicação social, como a indústria cultural e a publicidade. (RETONDAR, 2008, p. 148)

Essa identificação identitária promotora da construção social entre os indivíduos consumidores pode ser vista nos *shopping centers*, considerados como o “templo” da sociedade de consumo (OLIVEIRA, 2012). São nesses espaços que o jovem consumidor consegue se engajar em laços de sociabilidade e constituir sua identidade enquanto sujeito ativo da sociedade de consumo.

Segundo Kehl (2004), esse interesse do jovem em possuir, mesmo que momentâneo, os bens de consumo promovidos pela propaganda constitui como um “rito de passagem”. Em outras épocas o interstício entre a infância e a vida adulta era marcado por ritos que identificavam a entrada e saída da vida jovem/adolescência. Hoje esse período se constitui uma linha tênue, onde todos, independente da idade biológica, podem se inserir. A autora nos mostra a importância da constituição dos grupos de jovens para o processo de sociabilidade desse sujeito consumidor

Para Kehl (2004, pp. 113-114)

O destino dos grupos de adolescentes e jovens não depende apenas da vontade de seus membros. Depende da existência de perspectivas coletivas, sobretudo políticas, para que as pequenas transgressões secretas e privadas dos jovens realizem sua potência de agir sobre o espaço público alterar as condições de vida em sociedade. (...)

Essas transgressões diferem daquelas inerentes à condição juvenil de outros tempos, onde a família e o Estado eram os principais alvos de toda a sua rebeldia. Hoje o jovem transgride seu modo próprio de ser e agir na sociedade. Sua rebeldia está canalizada de forma a enfrentar todos os obstáculos que possam se interpor entre o seu eu e o objeto de consumo que deseja possuir.

Segundo Szapiro & Resende (2010, p. 45),

Hoje não se trata mais de opor-se às instituições – opor-se à escola, aos pais, à direção, à autoridade, enfim – para tentar questioná-las, como nos discursos críticos dos anos sessenta e setenta. Trata-se de esvaziar o lugar mesmo da autoridade, da direção, da diferença. A horizontalidade em todas as relações elimina os obstáculos, eliminando assim tudo aquilo que poderia servir de entrave à livre circulação do mundo das mercadorias.

O que temos hoje, na sociedade pós-moderna, é uma inversão total de valores, principalmente no tocante aos jovens. Não mais existe a transmissão de identidade familiar e social que ocorria em outras épocas, havendo uma quebra dos saberes intergeracionais, provocando a falsa sensação de livre arbítrio por parte do jovem.

Essa mudança de valores reflete totalmente no modo de viver em sociedade, pois são os jovens que mostram aos “mais velhos” como se vestir, agir e, principalmente, consumir, uma vez que todo o mercado produtor de bens descartáveis é direcionado a eles. Aliado a isso, ocorre a mudança do paradigma do afeto, pois em uma sociedade que se pretende jovem e consumista são os pais que almejam o amor dos filhos, pois são estes o motor da sociedade de mercado;

Desta maneira, o jovem vai sendo moldado à forma como a sociedade de mercado deseja, em um modelo cativado pelos apelos das propagandas veiculadas pela mídia, que é o próprio local de poder na sociedade de consumo, pois é a partir dela que as práticas e ações dos jovens vão sendo forjadas, no intuito de injetar potenciais consumidores na lógica mercadológica que rege o atual estágio da sociedade.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO SOBRE OS RESULTADOS

A partir da aplicação de dois métodos diferentes de coleta de dados conseguimos, em conjunto com a pesquisa documental, dados que dizem respeito ao perfil do estudante cotista do Campus de Araguaína, bem como sobre as mudanças em suas formas de pensar e agir a partir da entrada em um curso universitário. Para uma melhor visualização de nossos resultados dividimo-los em dois momentos distintos.

Num primeiro momento apresentamos os dados e os resultados obtidos a partir da aplicação de um questionário com perguntas fechadas direcionadas aos estudantes cotistas. Ao aplicarmos os questionários tivemos uma taxa de retorno de 51,66% dos estudantes. A partir do retorno desses questionários passamos à tabulação dos dados com vistas a traçar o perfil do estudante que acessou a universidade por meio do sistema de cotas.

Além do questionário direcionado aos estudantes utilizamo-nos, nessa primeira parte, de dados oriundos da Pró-Reitoria de Graduação da UFT, o que nos possibilitou saber o quantitativo de estudantes cotistas e tacar sua idade média.

Num segundo momento, elencamos os dados obtidos a partir da aplicação do Grupo Focal com estudantes voluntários da pesquisa. Os dados foram analisados por meio do método de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1977). A aplicação do grupo focal, apesar de toda a dificuldade inerente em reunir os sujeitos participantes da pesquisa, mostrou-se bastante satisfatória, retornando dados relevantes sobre o impacto que um curso universitário promove na vida desses jovens, visões acerca dos discursos sobre o sistema de cotas, bem como sobre como a vida contemporânea influencia seus modos de vida.

Outrossim, após a apresentação e análise dos dados partimos para a discussão com os autores que embasaram nosso percurso dissertativo até o momento, verificando até que ponto os argumentos construídos até aqui são corroborados pelos dados conseguidos na pesquisa. Decerto que alguns temas suscitados no grupo focal não exploramos por completo – como, por exemplo, a discriminação sofrida por estudantes indígenas e quilombolas, que foi evidenciado em algumas falas – pois extrapolam as discussões e objetivos propostos pelo presente trabalho.

4.1. Perfil do Estudante Cotista na UFT Araguaína

Segundo a Pró-Reitoria de Graduação da UFT²⁸ (Prograd), encontram-se vinculados no campus de Araguaína 543 estudantes que entraram por meio da lei 12.711/12, no período compreendido entre o primeiro semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2016, tanto pelo Processo Seletivo da UFT quanto pelo Sistema de Seleção Unificada do Governo Federal (SISU). De acordo os dados levantados junto à Prograd, 61,33% dos estudantes são oriundos do Tocantins, seguido do Maranhão, com 14% e Pará, com 12,34%²⁹. Ainda de acordo os dados, a média de idade geral do estudante cotista em Araguaína é de 22,8 anos, um pouco acima da média geral da UFT, que é de 22,6³⁰.

Com relação ao campus de Araguaína, no período mencionado acima, vemos um decréscimo na idade média do estudante, conforme gráfico abaixo.

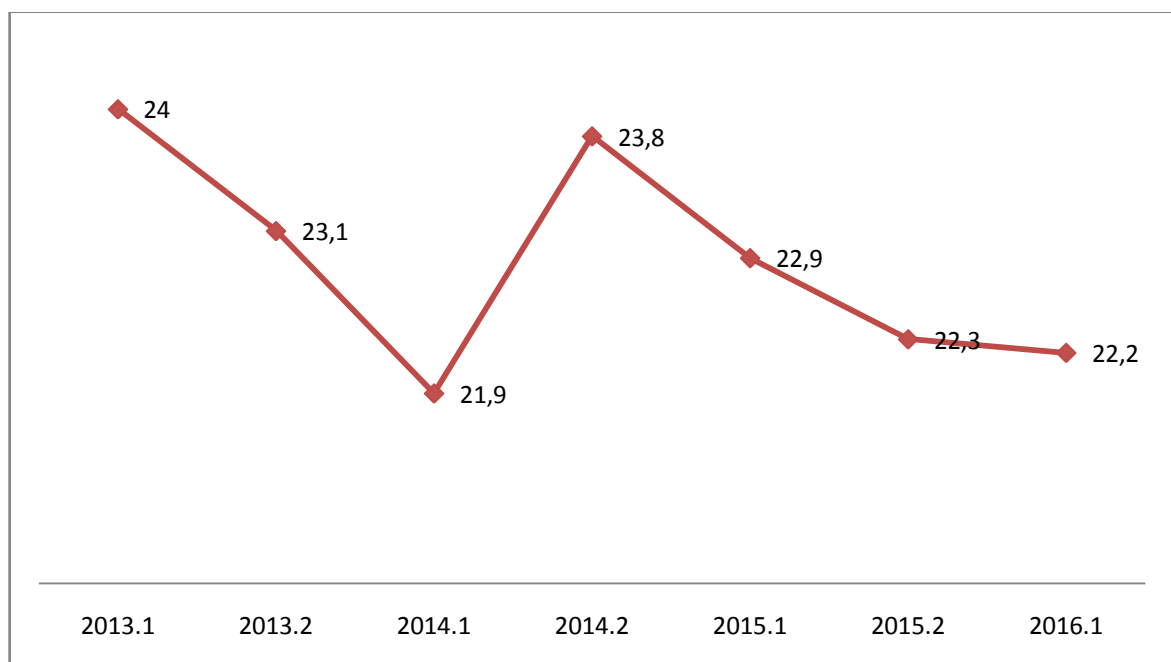


Gráfico 1 – Média de Idade Estudantes Cotistas período 2013.1 a 2016.1

No tocante aos dados referentes ao período de 2014.2, foco de nosso trabalho, temos no campus de Araguaína 68 estudantes vinculados, conforme dados da Prograd. Com uma

²⁸ Os dados foram conseguidos a partir de planilha enviada pela Prograd-UFT mediante solicitação por e-mail. Os dados referem-se aos estudantes que se encontram vinculados no sistema. Não se considera aqui eventuais abandonos de curso.

²⁹ Aqui se considera somente a naturalidade do estudante identificada no ato da matrícula. Não consideramos o local que o estudante residia antes de entrar na UFT.

³⁰ Na média geral estão inclusos as idades de todos os estudantes cotistas da lei 12.711/12 da UFT, no período de 2013.1 a 2015.1

média de idade de 23,8 anos os estudantes são oriundos dos estados do Tocantins, Pará, Maranhão, Bahia, Roraima, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, conforme representação no gráfico abaixo.

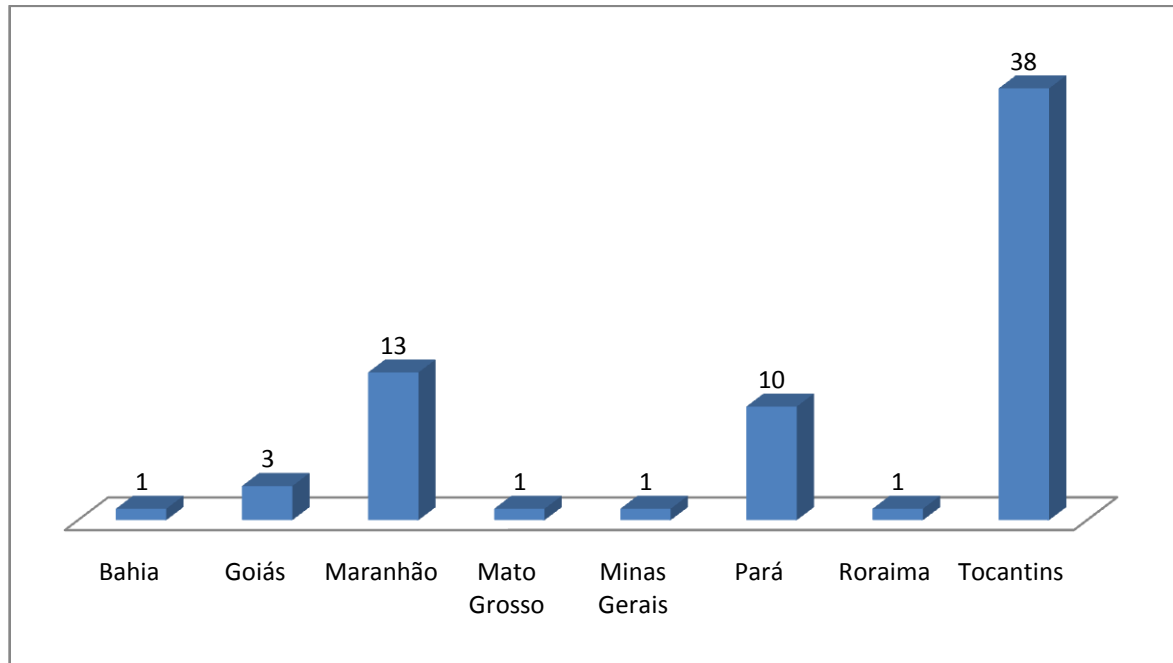


Gráfico 2 – Relação de Cotistas por Estado no período 2014.2

No entanto, em contato com os estudantes no período de verificação da pesquisa, percebemos um número menor do que o indicado pela Prograd, pois muitos alunos desistiram do curso – ou por estarem fazendo outra faculdade ou por estarem em outro estado e, assim, impossibilitados de continuar na graduação a qual estavam vinculados. Esses ainda não foram desvinculados em definitivo do SIE (Sistema de Informações para o Ensino) o que dá uma diferença aproximadamente de 11,76% entre a quantidade de estudantes no sistema (68) e quantidade real de estudantes que efetivamente estão em sala (60).³¹

Desses estudantes que se encontram efetivamente em sala obtivemos, por meio de questionário, dados sobre a condição socioeconômica, relação com o curso a qual está vinculado e formas e usos de utilização da internet no espaço universitário. Dessa forma, a partir dos resultados obtidos, vemos que o estudante cotista do campus de Araguaína em sua maioria é solteiro(a) (74,2%), não tem filhos (80,6%), mora com os pais e/ou familiares (51,8%) não trabalha e os gastos são custeados pela família (48,4%)³².

³¹ Estes números podem sofrer alteração, pois a tabulação dos dados ocorreu antes do início do primeiro semestre letivo de 2015/2.

³² Perguntas 4, 5, 7 e 11 do questionário, respectivamente. Vide ApêndiceV

Outro dado importante que obtivemos com os questionários foi com relação à escolha do curso e a possibilidade de continuar atuando na área³³. De acordo as respostas, 58,1% dos alunos escolheram o curso em que estão por se identificarem com a área de atuação. Dentre os alunos pesquisados, 80,6% disseram que pretendem terminar o curso em estão inseridos.

Tais informações se mostram salutareas na medida em que pretendemos entender o sujeito contemporâneo com relação a suas práticas, projetos e oportunidades no contexto de uma sociedade pautada pelo consumismo. Dessa forma, os sujeitos de nossa pesquisa parecem não estar totalmente submissos à lógica mercadológica, uma vez que colocam seus projetos a médio e longo prazo numa posição de destaque.

Projetos esses que podem estar relacionados à própria condição social a que estão submetidos e o berço educacional do qual vieram. A proposta em conseguir os objetivos elencados a partir da entrada no curso superior vai de encontro a possibilidade de experimentação do espaço universitário por mero capricho. A possibilidade de ascensão social pela via do curso superior representa a esses estudantes uma forma de conseguirem aquilo que seus pais, possivelmente, não tiveram como fazê-lo. De acordo os dados levantados a partir dos questionários³⁴ apenas 12,9% das mães e 6,5% dos pais têm curso superior. Com relação às mães e pais que tem apenas o fundamental incompleto esse número sobe para 35,5% e 25,8% respectivamente. A formação educacional, ou a supressão dela, pode influenciar diretamente esse estudante, que vê na universidade um ambiente propício ao conseguimento de seus objetivos.

Teixeira (2011), ao discutir sobre a condição de acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior e os percalços sofridos na transição do ensino médio para a universidade, comenta que para o jovem oriundo de camadas desfavorecidas o acesso torna-se mais intempestivo, na medida em que sua realidade socioeconômica influencia diretamente nos objetivos que se quer fincar na universidade. Para a autora, jovens oriundos de baixa renda e que não tem um histórico familiar de formação educacional sólido, tende à desistência logo no primeiro ano de faculdade, sendo suprimido à medida que o estudante coloca o objetivo em concluir o ensino superior e conseguir uma condição social mais favorecida como mote de suas ações.

Segundo os dados, 90,3% dos entrevistados possuem pelo menos 1 *smartphone*, seguido de Notebook (67,7%) e *Desktop* (29%). Dos estudantes pesquisados, 77,4% possuem internet em casa, sendo este local também o de maior acesso, representando, também 67,7%.

³³ Perguntas 13 e 14, respectivamente. Vide ApêndiceV

³⁴ Perguntas 17 e 18, respectivamente. Vide ApêndiceV

Sobre o principal meio de acesso à internet, 64,5% dos entrevistados responderam que acessam pelo celular³⁵.

Os dados de nossa pesquisa estão em consonância com os divulgados pela PNAD 2014 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). De acordo a PNAD 2014 54,9% da população brasileira têm acesso à internet em casa e 80,4% dos domicílios brasileiros acessam a internet pelo celular. A PNAD 2014 também revelou que, dentre a faixa etária de 20 a 24 anos, 78,5% utilizam a internet.

Uma estimativa salutar na medida em que discutimos como a sociedade brasileira está a cada dia mais conectada, utilizando cada vez mais as tecnologias que lhe são disponíveis. Segundo Castells (2000) a formação de uma sociedade em rede parte da utilização cada vez mais crescente das tecnologias digitais, colocando o indivíduo em uma situação que perpassa as fronteiras físicas que antes lhes eram imputadas. Os dados referentes ao uso da internet, conseguidos a partir de nosso questionário, sugerem um indivíduo imerso na cultura digital, que se utiliza da internet para desvincular-se dos espaços físicos, transpondo as fronteiras territoriais.

Tal constatação fica mais evidente quando os estudantes responderam que acessam principalmente redes sociais, aplicativos de mensagens e/ou fotos – tais como Facebook, WhatsApp, Twitter, Instagram, LinkedIn, Tumblr, Snapchat, dentre outros – representando 61,3% dos entrevistados. O acesso às redes sociais por parte dos estudantes é bastante superior a outras categorias de acesso, como sites de entretenimento – como Blogs, Youtube, dentre outros – (12,9%), sites de informação, como revistas, fóruns de discussão (16,1%) e o portal da Universidade e/ou outros portais acadêmicos (9,7%)³⁶.

É nas redes sociais, segundo Pinheiro (2009), que o sujeito parece constituir sua identidade, demonstrando suas práticas e preferências a partir de seu perfil. É na construção do sujeito virtual que acontece o processo de formação identitária do indivíduo pautada em práticas consumistas.

Para a autora,

As pessoas se apresentam à rede pelos perfis e pelas páginas personalizadas nas quais compartilham suas preferências. É pela fruição de bens culturais que é constituída a mediação entre os usuários, e ela é resultado de práticas de consumo. essa fruição, porém, não é apenas índice de identidade ou estilização de vida, status ou capital cultural. Os bens estão ali também para circulação, não importando mais de quem e de onde partiram e ao que se destinam. As atividades de circulação de perfis pela rede tornam cada vez mais complexo este usuário-consumidor-produtor

³⁵ Perguntas 21, 22, 26 e 27. Vide ApêndiceV

³⁶ Pergunta 29. Vide ApêndiceV

atravessado por uma contagiante e viral pluralidade de preferências e estilos. (PINHEIRO, 2009, pp. 48-49)

À medida que o sujeito insere-se na sociedade virtual ele passa a usufruir dos bens produzidos na rede de modo a se tornar local comum a forma com que os relacionamentos vão se constituindo e se esvaindo, a partir das dinâmicas específicas das redes sociais. Como informado pela autora, o sujeito passa a ser “usuário-consumidor-produtor”. Ao mesmo tempo em que é usuário da rede o sujeito passa a consumir todo o material produzido por seus “amigos” e, ao mesmo tempo, produz material necessário ao consumo de outras pessoas mais.

Sobre a relação consumidor-produtor, Santaella (2008) argumenta que essa é uma das principais características do ciberespaço, uma vez que este deu a oportunidade do sujeito se transformar em produtor de seus próprios bens culturais, estreitando os laços na sociedade globalizada. Ademais, de acordo a autora, é justamente pelo advento dos ciberespaços e da consolidação de uma sociedade mediada pelas novas tecnologias que vemos o desencadeamento, cada vez mais crescente, dos processos de globalização das culturas locais e regionais.

Ao vermos o sujeito universitário imerso nesse ciberespaço, a partir do acesso às redes sociais, podemos entendê-lo como parte integrante desse processo de globalização, em um movimento que o desvincula de suas limitações físicas, fomentando a construção de um sujeito desterritorializado, imerso nas práticas culturais características da sociedade de consumo (BAUMAN, 1999; SANTAELLA, 2007; 2008).

4.2. Categorização de conteúdo a partir do Grupo Focal

Após a aplicação do Grupo Focal com os sujeitos de nossa pesquisa passamos à categorização do conteúdo, no intuito de extrairmos os sentidos atribuídos ao sujeito universitário, às relações de sociabilidade, bem como à condição do cotista na universidade federal. Posteriori à aplicação do método partimos para a transcrição do material, dando início ao processo de análise. Com base nos pressupostos de Bardin (1977) sobre os passos referentes à Análise de Conteúdo, realizamos a primeira etapa que consistiu em leituras flutuantes do material, onde elencamos as palavras e expressões mais recorrentes, de acordo os objetivos por nós proposto.

Nesta etapa contamos com o auxílio de um contador de palavras do Grupo de Linguística da Incite³⁷, onde inserimos o texto e aprofundamos nossa visão acerca da recorrência das palavras dentro do documento analisado. Após essa verificação prévia com a leitura fluente e a contagem de palavras partimos à segunda etapa, que consistiu na exploração do material. Na proposta de construir os indicadores e temas que norteariam a categorização do conteúdo por nós analisados, passamos a uma leitura mais aprofundada do material, tendo por base os resultados obtidos na etapa anterior. Desse modo, delimitamos um mínimo de quatro falas e cada uma manifestando-se, no mínimo, duas vezes em momentos distintos para que, assim, o termo pudesse servir de base para a construção de um tema., conforme exposto abaixo.

	Termo	Porcentagem em Relação ao Documento	Número de Ocorrências
1	Cota, Cotas ³⁸	0.49397 %	68
2	Sistema	0.24698 %	34
3	Mídia	0.1816 %	25
4	Condição, Condições	0.15254 %	21
5	Sociedade	0.13802 %	19
6	Conhecimento	0.13075 %	18
7	Diferente	0.13075 %	18
8	Igual	0.13075 %	18
9	Outros	0.13075 %	18
10	Jovem, Jovens	0.11622 %	16
11	Comprar	0.10169 %	14
12	Opinião	0.08717 %	12
13	Preconceito	0.08717 %	12
14	Consumir, Consumismo	0.07264 %	10
15	Visão	0.07264 %	10

Tabela 3 – Recorrência de termos no Grupo Focal

Partimos então para a construção das categorias, agrupando as palavras de acordo a forma como era utilizada no documento, produzindo os temas que se fizeram corrente no decorrer das falas dos estudantes cotistas. Esta etapa demandou certo tempo, pois haviam muitas categorias que se assemelhavam e, de acordo os princípios postulados por Bardin (1977), passamos a analisar mais profundamente com o propósito de construir as categorias excludentes, necessárias ao bom andamento de nossa análise. Dessa forma obtivemos as

³⁷ Disponível em <http://linguistica.insite.com.br>

³⁸ Termos com significados semelhantes foram agregados para uma melhor disposição da tabela.

seguintes categorias derivadas desse processo: 1) Universidade como instrumento de mudança no sujeito; 2) Preconceito da sociedade com o sistema de cotas; e 3) O poder da mídia na sociedade contemporânea.

Categoria 1 – Universidade como instrumento de mudança no sujeito

“Quando você entra na universidade federal você aprende a pensar” (Berry, Cooperativas)

Esta categoria foi criada a partir da recorrência de termos que dizem respeito à mudança do indivíduo a partir de sua entrada na universidade e como o novo ambiente influencia em seu modo de ver e agir em sociedade. Aqui surgiram temas como Universidade como espaço de conhecimento e ambiente universitário como espaço de amadurecimento.

Os estudantes participantes da pesquisa retrataram como a universidade promoveu mudanças pessoais, possibilitando uma melhor vivência dentro e fora da academia. Para os entrevistados, o ambiente universitário promove mudanças no sentido de refletir sobre a sociedade em que estão inseridos, instigando-os a construir seus próprios pontos de vista sobre determinados temas que antes lhes caíam como verdades absolutas.

Vejamos nos extratos abaixo a relação que os estudantes fazem com o antes e o depois da entrada na universidade.

Quando a gente é de escola pública é muito diferente. Quando a gente chega aqui você vê que é outro mundo, num é aquele estudozinho básico não, só aquela coisinha não, vai muito mais além. (...) Faculdade é conhecimento. Na escola que você passa ali, bem poucos, e a faculdade não, ela abre tua mente. (Page, Logística)

Minha mãe ela diz que eu sou chato. E disse que depois que entrei na universidade federal aí que piorou, ficou pior. Porque antigamente aceitava muitas coisas, porque, querendo ou não, quando você entra na universidade federal você aprende a pensar. Como diz uma frase do Renato Russo, 'Pensar por si só é ser livre, e ser livre é uma coisa bastante séria'. (Berry, Cooperativas)

Se eu já era, eu tinha uma outra visão, quando entrei aqui, eu tinha uma outra visão, agora já tenho outra totalmente diferente. Perfeccionista, tudo é aquela coisinha, a visão é outra, completamente diferente. (Eller, Letras)

Antes da gente entrar, a gente aceita tudo basicamente rápido. Porque, quem vai discutir mesmo sem saber do que se trata o assunto? (...) A gente aprende de um jeito que é só, ditos populares, que vai passando e o povo vai só acreditando, e quase ninguém defende, o pensamento. (...) É pra pensar mais, a gente observa o que as pessoas falam, observa mais até no que você fala, vai, no cotidiano vai fazendo associações com o que aprendeu em sala de aula, vai lembrando. (Janis, Zootecnia)

Antes de eu entrar na universidade digamos que eu tinha um certo ponto de vista com relação a quase tudo, eu quase não opinava, pessoa calada não dava opinião... Depois que eu entrei na universidade eu já fui muito incentivada. Se eu ouço falar sobre algo, antes de eu dar minha opinião eu vou procurar me informar sobre isso, pra eu poder dar minha opinião. Procurei me informar mais, agora sou bem mais comunicativa. (...) Quando a gente entra na universidade a gente meio que amadurece, aprende a amadurecer, tanto com os colegas quanto com os professores (Jett, Matemática)

Pelo exposto, o sujeito na universidade passa a refletir, de forma sistemática, sobre as dinâmicas que o cercam, emitindo pareceres e opiniões de acordo o aprendizado obtido a partir de suas relações no ambiente universitário. Segundo os entrevistados, quando o sujeito “aprende a pensar” ele se torna mais crítico, aprendendo a expor suas ideias, tornando-se mais comunicativo. Torna-se uma pessoa totalmente diferente daquela anterior à condição de estudante universitário, agora inserido num espaço contínuo de discussão e experimentação.

Essa nova experimentação e mudança proporcionada pelo espaço universitário promovem a formação de um indivíduo que busca fontes e referências antes de inserir-se em quaisquer discussões, uma vez que estarão respaldados pelos conhecimentos adquiridos na universidade. Igualmente, mostra-nos o processo de amadurecimento do jovem universitário, proporcionado pelo novo ambiente as quais estão imersos.

Segundo Volpi (1996) a universidade deve proporcionar ao aluno, e principalmente à sociedade, mecanismos de construção individual e social, de forma a forjar espaços cada vez mais comunicativos, inserindo o indivíduo em uma dinâmica mais crítica e participativa e que perpassa as imposições imediatistas e individualizadas. Conforme a autora, deve partir da universidade a iniciativa de construir espaços que possibilitem a construção de um sujeito capaz de discutir as dinâmicas sociais a qual está inserido, proporcionado um ambiente mais profícuo às relações democráticas e participativas, dentro e fora do espaço universitário.

Para Santos *et al* (2005), faz parte do ser universitário a questão do “amadurecimento” do jovem ingressante, pois é a partir disso que o estudante passará a entender melhor as relações que o cercam e a dinâmica a qual está inserido constituindo, assim, seu próprio processo de construção identitária dentro do ambiente universitário. Segundo os autores, a entrada na universidade provoca sentimentos diversos ao discente ingressante, pois depende muito da vivência pré-universidade que o mesmo teve. O jovem que adentra o ambiente universitário encontra-se em um caminho auspicioso, na medida em que está no processo transitório entre o Ensino Médio e o curso superior. As dinâmicas são diferentes e as relações sociais se constituem de modo diferenciado.

Para os autores,

O tão esperado ingresso à universidade tem sido vivido por alguns jovens como um desafio, em que se confrontam com uma situação diferente do conhecido anteriormente, exigindo posturas adequadas a essa nova fase para que haja desenvolvimento pessoal, sucesso acadêmico e sucesso profissional. As evidências acumuladas nos últimos tempos permitem concluir que a transição do Ensino Médio para o Ensino Superior, é particularmente desafiadora, exigindo que os jovens solucionem de forma mais ou menos bem-sucedida as múltiplas e complexas tarefas com que se confrontarão. (SANTOS, et. al. 2005, pp. 159-160)

Processo este que se constitui um desafio aos jovens contemporâneos que estão imersos nas propositivas elencadas pela sociedade de mercado, uma vez que os interesses e práticas parecem caminhar no sentido da leviandade, fluidez, sem se ater a propósitos em longo prazo (OLIVEIRA, 2012; OLIVEIRA & TOMAZETTI, 2012; KEHL, 2004).

Toda essa mudança na forma de pensar e agir reflete diretamente no trato com os demais sujeitos da universidade, seja professores ou alunos. Para os entrevistados, o fato de estarem em um ambiente buscando conhecimento lhes fornece os mecanismos necessários à uma visão diferenciada do contexto, além de proporcionar o crescimento pessoal, em face de um projeto estabelecido, fornecendo ao estudante universitário uma nova dinâmica em suas relações sociais. Os medos que outrora poderiam existir parecem se esvaír na medida em que evidenciam as mudanças em suas próprias atitudes, tornando-os mais abertos à experimentação. A busca pelo conhecimento na universidade e a necessidade presente de fomentá-lo a seus pares torna-se recorrente nessa nova etapa de vida, proporcionada pela entrada em um curso superior.

Vejamos os trechos abaixo.

Na verdade, as relações mudam porque, como a gente vai tá adquirindo muito conhecimento, a forma que você quer conversar com alguém, você tem o entendimento a mais, não o conhecimento pra passar, mas você também quer receber, você tá lá... Porque são assuntos que você não conversava antes e hoje você conversa. Você não tem medo de falar, sobre vários assuntos que... Concernente. Qualquer coisa, seja polêmico ou não, você já é mais aberto pra conversar. (Page, Logística)

E você acaba filtrando, basicamente tudo que entra em sua vida você acaba filtrando. Então nessa socialização, eu vejo que a partir do momento que entramos na universidade a vida que a gente tinha anteriormente muda, querendo ou não, porque você passa a discutir sobre política, basicamente discute políticas públicas, que eu acho que é o que mais cai na roda de conversa quando aparece o assunto com nossos amigos. Falamos muito sobre política, deixamos algumas conversas boas de fora e passamos a focar coisas mais sérias, coisas que podem melhorar a vida em sociedade, querendo ou não. Porque estando na universidade federal nós aprendemos isso. Eu acho que isso influencia bastante. Então, na minha visão, eu era um antes de entrar na universidade federal. Depois que eu entrei eu virei outro, querendo ou não. (Berry, Cooperativas)

Aqui a gente vê as coisas com outros olhos, aprende (...) a gente quer compartilhar, queira ou não. Muitas vezes a pessoa num dá nem moral pro que você tá falando mas você quer compartilhar. É sempre algo novo. Sempre uma maneira de falar, de

se comportar. Tem conversas mais, de outro nível, as pessoas são até mais cultas e tal. (Janis, Zootecnia)

E, muda, a tua visão depois que tá na universidade federal ela muda completamente. (...) Acaba falando de universidade, falando de belas coisas, de, principalmente nós que estamos na área de letras, falando de, daquela matéria da Doro³⁹ que a gente, quando era errado, e a gente fica corrigindo e digo: Não, a gente está na universidade. Então você acaba querendo colocar um pouco da universidade no pessoal de casa. (Lita, Letras)

Depreende-se que o jovem universitário experimenta o espaço universitário como uma possibilidade de mudança pessoal e, principalmente, social, na medida em que esse espaço lhe fornece os mecanismos necessários à mudança. A possibilidade de adentrar em temas que antes não lhes eram possível, de dialogar em outro espaço e proporcionar uma troca mútua de conhecimento com os demais sujeitos universitários provoca nesse jovem uma relação bastante estreita com a universidade.

As falas revelam um ambiente universitário díspare à condição das quais vieram, pois no momento em que presenciam uma mudança substancial em suas formas de agir e entender a sociedade a qual fazem parte colocam a universidade em um patamar diferenciado, promovendo mudanças que ajudam o jovem a se entender enquanto sujeito ativo do processo histórico-social a qual está inserido, distanciando-se da lógica de mercado e dos prazeres momentâneos permeados na sociedade contemporânea.

Vemos aí um distanciamento da condição do jovem universitário à condição do jovem no ensino médio, onde, neste último, na visão de Oliveira & Tomazetti (2012) é destituída de sentido, constituindo apenas um espaço em que não se deseja estar, uma vez que as relações parecem condicionar-se à lógica consumista que permeia a sociedade contemporânea.

Segundo os autores,

Estar no Ensino Médio, de outra forma, mostra-se cada vez mais uma experiência sem qualquer sentido, salvo o imperativo do diploma desta etapa do ensino para o ingresso em escassas oportunidades do mercado de trabalho ou a conclusão de um período indispensável para se ingressar em um curso superior. (OLIVEIRA & TOMAZETTI, 2012, p.190)

Para Oliveira (2012) tal destituição de sentido do ambiente escolar é oriundo das alterações sociais permeadas pela lógica consumista que molda a sociedade contemporânea. A influência da lógica de mercado na vida de jovens coloca-os na posição de escolherem entre as benesses proporcionadas pelos bens de consumo e as salas de aulas do ensino médio.

³⁹ Nome fictício da professora.

Para o autor, em meio às investidas constantes da cultura contemporânea pautada no consumismo, e da imensa carga de informação presente na vida desses jovens, eles “...vêm-se diante da difícil tarefa de elaborarem estratégias para compreender o sentido das mudanças que os cercam” (OLIVEIRA, 2012, p. 20).

Para Szapiro & Resende (2010) o jovem hoje não consegue se desvincular das investidas da sociedade contemporânea e que, por isso, relega seus planos e objetivos ao consumo de bens cada vez menos duráveis. Como consequência, as ações a longo prazo e o interesse por objetos e/ou situações que perdurem por um longo tempo, parecem não constituir o foco desses jovens. Para as autoras, “Como indivíduos autônomos e livres, suas ações parecem ser determinadas apenas tendo como objetivo maior a maximização de um estado de prazer” (SZAPIRO & RESENDE, 2010. p. 45).

No entanto, na contramão dos argumentos anteriores, ao conseguirem adentrarem aos cursos superiores a dinâmica dos jovens parece direcionar-se a um distanciamento das práticas derivadas da sociedade de mercado, uma vez que delimitam a estada na universidade como um ambiente de mudanças profundas, que lhes imputa o dever de refletir criticamente sobre a sociedade, com base em um projeto.

O foco nos objetivos, que serão conseguidos a médio e longo prazo, revela um sujeito, num primeiro momento, alheio à lógica imposta por essa sociedade, na medida em que colocam suas proposições em primeiro plano. Percebe-se aqui um investimento na vida acadêmica com vistas a buscar o conhecimento, proporcionando-lhes mudanças, tanto pessoais quanto sociais, em detrimento de uma vida pautada na lógica mercadológica regida pelo consumismo.

Sobre isso, Almeida (2006) argumenta que a estada do jovem na universidade representa um meio pelo qual ele irá conseguir seus objetivos, utilizando-a de forma utilitarista. A autora coloca que a discussão sobre a vida universitária parece não ser o objetivo principal dos jovens que adentram nos cursos superiores. O projeto gira em torno do que aquele ambiente irá lhes proporcionar assim que conseguirem terminar o curso. Para a autora, “... o jovem universitário se depara hoje, muito mais com a preocupação relativa a sua inserção futura como força de trabalho, do que com a vida universitária propriamente dita” (ALMEIDA, 2006, p. 54).

Essa preocupação reflete diretamente na forma como os jovens irão se comportar nesse novo ambiente. Na medida em que experimentam o espaço universitário como um espaço de consecução de seus objetivos desprendem-se das benesses da vida contemporânea em face de um projeto destinado ao estudo, ao crescimento pessoal e aos frutos que essas

decisões de se desvincularem dos atrativos da vida contemporânea irão lhes proporcionar ao término do curso. O sentido em ser universitário está atrelado à busca e fomento do conhecimento, dentro e fora da academia. A busca pelo conhecimento, elencado pelos sujeitos de nossa pesquisa, promove uma ambientação profícua para a construção dos laços sociais dentro da universidade, proporcionado ao indivíduo uma forma de sentir-se acadêmico, de poder explicar com propriedade que é estudante de uma universidade federal. Aliado a isso, é a construção de sentido, derivada desse prazer universitário, que perpassa os muros e que, nos dizeres de Lita (Letras) acaba por colocar a universidade dentro de casa.

Os estudantes, portanto, vão se constituindo enquanto universitários na medida em que se propõem ao desinvestimento da vida contemporânea em face de um projeto voltado ao meio acadêmico. O processo de construção identitária desse sujeito universitário se constrói a partir de sua busca pelo conhecimento e pelas mudanças que a universidade lhes proporcionou. Vemos aqui um grupo que, a partir das possibilidades que a universidade lhes deu, coloca os projetos à frente das investidas da sociedade de mercado, fugindo da identidade de consumidores que lhes seria relegado, caso não obtivessem os mecanismos necessários à crítica de seu meio social.

Categoria 2 – Preconceito da sociedade com o sistema de cotas

“Não é fácil, mas é uma oportunidade” (Janis, Zootecnia)

Nesta categoria surgiram falas que diziam respeito à visão acerca do sistema de cotas e os preconceitos que ainda permeiam nos discursos de outros sujeitos, dentro e fora da universidade. Durante as falas emergiram temas como visão sobre o sistema de cotas e discursos contrários ao sistema de cotas.

Foram levantadas questões sobre a visão do outro a respeito do sistema de cotas e, a partir disso, obtivemos respostas no sentido do preconceito expresso à essa política de acesso do Governo Federal, bem como a visão que os estudantes tem a respeito de comentários contrários ao sistema, vejamos:

Agora tá mais tranquilo, porque as pessoas já têm a consciência. O que é, como funciona, porque faz sentido isso. E quem ainda fala de forma contrária é porque não tem ciência alguma do que é o sistema de cotas, o que pode fornecer pra sociedade, como um todo. (Berry, Cooperativas)

Eu já vi minha patroa dizendo que é contra esse sistema de cotas. Por quê? Porque os filhos delas estudam em escola particular. Aí eu fui explicar pra ela o porquê desse sistema. Aí eu falei pra ela assim, que você pode ter certeza que eu entrei e eu vou concluir. (Eller, Letras)

Olha, sobre o sistema de cotas há muito preconceito. O povo pensa, como ela falou, é só colocar que passou, mas eles se enganam (...) Não é fácil, mas é uma oportunidade. (Janis, Zootecnia)

Muitas pessoas pensam, igual elas falaram aqui, que o sistema de cotas não há, ah é facinho, é fácil pra passar, mas num é. Só enxergam assim, não porque, entrou pelo sistema de cotas é porque é negro, porque é pobre, foi fácil pra ele. E nisso ele tá tomando o lugar de alguém que deveria tá aqui. (...) Algumas pessoas ainda tem a mentalidade ainda que não deveria ter sistema de cotas. Eu sei porque já teve algumas conversas, algumas coisas já assim, de uns amigos conversando. (Page, Logística)

As falas revelam que mesmo com toda a informação disponível acerca dos motivos, práticas e ações oriundas do sistema de cotas, ainda permeia o discurso de que esses estudantes são inseridos dentro da universidade sem critério algum, tomando, assim, o lugar que seria de outro. A sociedade parece entender que esse jovem, oriundo de condições adversas, não deveria ter essa possibilidade de acesso ao ensino superior, forçando-o a mitigar em faculdades particulares sem ter as devidas condições de custear os estudos.

Tais situações refletem a sintomática provocada pelo sistema de cotas, que promoveu uma ascensão social do menos favorecido dentro da universidade, colocando-os em espaços que antes eram destinados – ou pelos menos em sua maioria preenchidos – por estudantes que detinham as melhores oportunidades de preparação. Conforme Gomes (2008), a proposta do sistema de cotas veio no intuito de proporcionar ao estudante oriundo de classes mais baixas a oportunidade de acesso ao ensino superior, em um movimento que visa “... promover uma sociedade justa e igualitária, onde a síntese multi-étnica que nós mesmos somos se expresse de modo efetivo em todos os segmentos de nossa sociedade” (GOMES, 2008, p. 31).

Para Corcini (2007) é a partir de medidas desiguais que as minorias excluídas dos bancos universitários terão a oportunidade de acesso ao ensino superior, um passo extremamente importante na medida em que se pretende colocar esse estudante, muitas vezes vítima de preconceito, em uma posição em possa sentir-se digno.

Segundo a autora,

... entende-se que não é a falta de condições de as pessoas cursarem o ensino superior que faz com que a desigualdade no país aumente. E sim, quanto mais desigualdade houver entre os cidadãos, maior será a dificuldade do acesso dos mesmos à universidade, em sentido geral.

Por isso que a intervenção do Estado pela via das políticas públicas de acesso à educação superior pode ser um instrumento capaz de superar a inacessibilidade aos

direitos fundamentais e garantir a igualdade de tratamento entre os cidadãos (CORCINI, 2007, p. 52)

É por meio dessa via de acesso que o estudante irá conseguir se estabelecer como parte significativa do contexto social, em um processo que visa corrigir disparidades, dando oportunidade de acesso ao indivíduo subjugado e posto à margem ao longo dos anos. A partir do sistema de cotas o estudante pobre, negro e índio, tiveram a oportunidade de galgar espaços até então suprimidos de seus contextos sociais, em um processo visando a heterogeneização do ambiente universitário, colocando as minorias para circularem nos corredores das faculdades de todo o país.

Para os estudantes de nossa pesquisa, com relação à visão sociedade, eles sentem que há, ainda, o preconceito ao sistema, recaindo diretamente na figura do sujeito cotista. Muito dessa visão externa e totalmente distorcida do sistema de cotas parece permear o discurso de alguns professores e estudantes universitários. Os relatos dos estudantes retratam alguns desses discursos e questionamentos que insistem em permear o ambiente universitário.

No primeiro dia tinha um rapaz que falou assim: “É, esses que entraram aí pelo ENEM com a nota lá embaixo”. E hoje, esse mesmo que entrou num tá mais, desistiu do curso. (Page, Logística)

Na minha sala, no primeiro período, teve uma professora que eu vi assim que fez, tipo assim, desfazendo, porque tem umas cotas que é dos quilombolas. Aí tinha umas (...) que eu fiquei com dó dela sabe. Porque ela falou de uma forma que, tipo assim, que ela não era pra ela estar ali, na sala de aula, que ela não tinha capacidade pra passar. ”E a universidade aqui é outro pólo, é outro jeito aqui, num é como vocês tão pensando não”. Assim, de uma forma ou de outra ela agrediu ela, assim, deu como assédio que, não sei se ela sentiu, mas eu senti. (...) Até comentei com meus amigos, que tava falando nessa questão, que ela que, se fosse comigo eu, porque tipo assim, mais por cotas né que ela estava, então eu me senti assim um pouco, sabe? Senti um pouco assim o que ela disse né? Gostei muito não do que ela falou. (Page, Logística)

Quando eu ouço esse discurso assim, de pessoas que são contra o sistema de cotas, eu fico me perguntando: “Porque que eu não sou ideal pra tá na universidade? Porque eu, enquanto estudante cotista não poderia estar aqui? Porque outra pessoa poderia estar no meu lugar?” Isso as vezes é, fica martelando na minha cabeça, porque que as pessoas ainda pensam assim? (Berry, Cooperativas)

Se eles não gostavam, eles tão sabendo conviver, porque eles não deixa também transparecer, né. Que não estão gostando, que estão incomodados com a nossa presença em todos os lugares. (Lita, Letras)

Os extratos revelam um ambiente que, apesar de toda a característica heterogênea, ainda pode suscitar momentos em que o estudante cotista é entendido com um ser alheio àquela lógica universitária. No extrato de Page, apesar dele mencionar que o comentário foi

direcionado a uma estudante quilombola, ele se sente atingido na medida em que o preconceito pareceu direcionar-se ao estudante cotista em geral, em uma disposição que demonstra a inquietação com que alguns sujeitos e espaços recebem o estudante oriundo de classes mitigadas à exclusão⁴⁰.

Esses sujeitos, relegados à margem da sociedade, personificam a figura do estranho na sociedade pós-moderna. Bauman (1998) ao discorrer sobre a criação dos estranhos nos informa que cada modelo societal cria e tende a anular, de formas diferentes, seus estranhos. São eles que perpassam as barreiras e tendem a mudar a dinâmica do jogo social. Para o autor, ao reportar sobre a modernidade, na mesma medida em que se criam os estranhos a sociedade, dependendo do modelo a qual está constituída, provoca sua aniquilação, seja pela forma antropofágica – devorando-os, em uma estratégia de assimilação, tornando os estranhos similares –, ou “vomitando-os” do meio social – por meio da estratégia de exclusão, eliminação.

Aniquilados ou não os estranhos permeiam os espaços sociais, levando o questionamento àquilo que parecia ser sólido, que detinha um formato petrificado de ação, não dando margens à composição do novo. Na pós-modernidade, no entanto, apesar de todas as intempéries oriundas do trato com o estranho ele tende a permanecer e abalar, ainda mais, as estruturas que se pretendiam sólidas na sociedade contemporânea.

Segundo Bauman (1998, p. 43)

A diferença essencial entre as modalidades socialmente produzidas de estranhos modernos e pós-modernos (...), é que, enquanto os estranhos modernos tinham a marca do gado da aniquilação, e serviam como marcas divisórias para a fronteira em progressão da ordem a ser constituída, os pós-modernos, alegre ou relutantemente, mas por consenso unanime ou resignação, estão aqui para ficar. Parafrazeando o comentário de Voltaire a propósito de Deus, se eles não existem teriam de ser inventados. E são de fato inventados, zelosamente e com gosto – improvisados a partir de protuberantes, salientes, minuciosas e não-importunas marcas de distinção.

Em nosso contexto, os estranhos são os sujeitos cotistas que adentram os espaços universitários até então destinados à elite, ou àqueles que detivessem melhores oportunidades de estudo ao longo de sua trajetória estudantil. A chegada dos cotistas nas universidades

⁴⁰ Para José de Souza Martins, em seu livro “A sociedade vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classe sociais”, o conceito de exclusão veio para substituir a ideia que permeava o ideal sociológico de processo de exclusão, afirmando que o que temos atualmente são vítimas de processos sociais oriundos do capitalismo. Para o autor, o desenvolvimento econômico é fator predominante para a desestruturação social e, dessa forma, toda forma de intervenção é válida no sentido de corrigir as disparidades. Dessa forma, exclusão vai depender de como o indivíduo se vê ou está inserido na dinâmica social, se constituindo, também, como um processo histórico do capitalismo em contraponto a à sua própria ideia de inclusão.

provocou sentimentos diversos, uma vez que o entendimento parte do pressuposto da não observância dos princípios da igualdade previstos na CF 1988.

Ao negar a chegada do estudante cotista na universidade a sociedade tende a querer excluí-los dos espaços constituídos, forjando proposições que visam à destituição de sua própria identidade, colocando-os como incapazes de acessar um curso superior por seus próprios méritos, excluindo-os num movimento pautado no preconceito ainda latente acerca das diversas conjunturas socioeconômicas existentes na sociedade.

Para Bauman (1998, pp. 43-44),

(...) A questão já não é como se livrar dos estranhos e do diferente uma vez por todas, ou declarar a diversidade humana apenas uma inconveniência momentânea, mas como viver com a alteridade, diária e permanente. Seja qual for a estratégia realista de competição com o desconhecido, o incerto e o desconcertante podem ser reconsiderados: é preciso partir do reconhecimento deste fato.

O reconhecimento da existência da alteridade no seio social ainda necessita de grandes avanços, na medida em que a sociedade tende a não reconhecer os cotistas como integrantes da universidade, ou como detentores legítimos dos espaços preenchidos a partir do acesso diferenciado. É nessa seara tenebrosa que os discursos, dentro e fora da academia, vão sendo construídos, forjados a partir de inferências pautadas no preconceito que ora constituí-se velado na sociedade brasileira.

De acordo Crochik (2006), o preconceito parte no sentido de que tomamos o outro como um sujeito que parece pertencer a nosso círculo e que convive das mesmas práticas. O estranho estaria aliado à nossa condição, à nossa vivência e o preconceito seria formado a partir dessa proximidade, argumenta o autor. Segundo ele, “(...) Quanto maior a debilidade de experimentar e refletir, maior a necessidade de nos defendermos daqueles que nos causam estranheza. E isso ocorre (...) porque o estranho é demasiado familiar” (CROCHIK, 2006, p. 17). A experimentação de círculos diferenciados e a possibilidade de discussão com o próximo permite-nos adentrar na seara do preconceito, formulando hipóteses e imagens a respeito do estranho de nosso meio social, buscando os mecanismos que possam “eliminá-los”, em uma proposta fascista de realização pessoal (CROCHIK, 2006).

Categoria 3 – O poder da mídia na sociedade contemporânea

A mídia meio que aliena as pessoas né. Fazer elas acreditarem que é isso que elas querem, tipo formar pra consumir, é isso que elas tem que ter. (Jett, Matemática)

Esta categoria foi criada a partir da recorrência de verbalizações que diziam respeito à instrumentalização e poder da mídia na sociedade contemporânea. Dessa forma, emergiram temas como mídia enquanto instrumento de poder e mídia como influenciadora de práticas consumistas.

Para os estudantes, em discussão sobre as relações construídas na sociedade contemporânea, todo o processo regente no atual estágio societário é derivado do poder que a mídia exerce, pois ela detém os mecanismos necessários para construir o sujeito contemporâneo, uma vez que, para esses estudantes, ela é “formadora de opinião”, forjando “pessoas alienadas” em um “círculo viciante”. (Janis, Zootecnia).

Vejamos alguns trechos que retratam a visão dos estudantes sobre a mídia.

A mídia ela forma opinião. E ela forma a opinião que ela quer. O lado negro da mídia pra mim é justamente esse. Não é como aqui na universidade, na universidade ela forma pensadores. A mídia não, ela forma seguidores. (...) Ela forma a questão dos pensadores dela de maneira igual. E a questão da igualdade que eles propõe nem sempre é benéfica pra sociedade como um todo, eu vejo a mídia dessa forma. Eu vejo ela dessa maneira. Uma formadora de opinião, mas nem sempre a opinião que ela forma é a opinião que é melhor pra todo mundo. (Berry, Cooperativas)

A mídia tem o poder de persuadir. (...) Então assim, a mídia, nessa espécie de formadora, ela tem opinião, ela faz com que a pessoa, com que os outros, o que ela quer que as pessoas venham fazer, de uma forma assim, muitas vezes subliminar, subjetiva, mas ela faz. Então assim, nessa questão aí ela tem o poder de aliciar. (Page, Logística)

Mídia é, ela, acho que mais atrapalha, as vezes, do que ajuda. (...) Você abre o computador e quer pesquisar alguma coisa interessante, e tá ali piscando, um celular, um negócio, um negócio, um sapato. (Lita, Letras)

A mídia meio que aliena as pessoas né. Fazer elas acreditarem que é isso que elas querem, tipo formar pra consumir, é isso que elas tem que ter. (Jett, Matemática)

A ideia geral, para os estudantes de nossa pesquisa, é que a mídia tem o poder de persuasão sobre o indivíduo, forçando-o a ser aquilo que não deseja, colocando o sujeito em um cesto de muitos iguais. O ponto destacado por Berry (Cooperativas) sobre a mídia formar a opinião que ela quer demonstra o poder influente que ela tem sobre a sociedade. Para os jovens, independente do acontecimento ou proposta de ação, a mídia terá uma opinião que será levada a partir de anseios, projetos e propostas dos grandes conglomerados midiáticos para uma construção social tida como verdadeira, onde os sujeitos parecem convergir rumo a seus propósitos.

É fato entre os estudantes que a mídia, da forma com vem agindo, parece fomentar muito mais malefícios do que benefícios, uma vez que proporciona a formação do sujeito consumidor que está imerso na lógica do descartável e quer, a todo o custo acompanhar as tendências difundidas pelos veículos midiáticos.

Debord (2011), sobre a alienação proporcionada pela ação da mídia ao discutir sobre a sociedade do espetáculo, coloca que nessa sociedade as ações são direcionadas ao propósito de tomar posse da mercadoria, que constitui o fim último da sociedade do espetáculo regido pela lógica consumista. Para o autor, na medida em que essa sociedade impõe seus valores ritos e propostas, o sujeito – ou espectador – passar a se inserir em um processo de alienação oriundo das práticas da sociedade de mercado.

Segundo Debord (2011, p. 24)

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo.

Dessa forma a mídia, força atuante na sociedade do espetáculo, prediz os preceitos que os sujeitos devem-se adequar, mitigando-os à uma personificação totalmente alheia à sua identidade, proporcionado a formação de uma massa subjugada aos domínios e práticas daqueles que detém o poder nessa sociedade.

Ademais, percebe-se um crescimento nesse processo na medida em que os detentores das forças de produção utilizam de seu poder no intuito de formar uma camada de consumidores cada vez mais direcionada à utilização de mercadorias que lhes impõe os variados padrões a que devem seguir. Para Debord (2011), o espetáculo a que se refere constitui-se em um processo fabril que tem como produto a alienação. Prosseguindo, o autor nos informa que “A expansão econômica é sobretudo a expansão dessa produção industrial específica. O que cresce com a economia que se move por si mesma só pode ser a alienação que estava em seu núcleo original.” (DEBORD, 2011, p. 24)

A partir do momento que a mídia impõe seus padrões estéticos, morais e culturais, o jovem se vê num turbilhão de oportunidades que, à primeira vista, parece ser impossível de resistir a tais investidas. Para os estudantes, de uma forma ou de outra todos inserem-se ou são inseridos nessa lógica consumista num ou noutro momento de sua vida contemporânea. Segundo as falas, todos desejam ou são forçados a estar no movimento propagado pela cultura do consumo, em maior ou menor grau.

Vejamos algumas passagens relacionadas a isso.

Nós somos bombardeados diariamente com a questão do consumismo americano, principalmente o brasileiro que adora tudo que é americano. Quem não gostaria de ter condições financeiras pra poder esbanjar? (...) É justamente isso que eles querem, a questão do consumismo, de estar tão atrelado à nossa essência que ficamos condicionados àquilo, querendo ou não. (Berry, Cooperativas)

Consumir é bom. Quem não gosta de fazer umas comprinhas de vez em quando, aumentar a auto-estima também. Mas claro quem é que consegue acompanhar as tendências facilmente. Mas isso... é bom. (Janis, Zootecnia)

Em geral, todo mundo quer ter aquele celular bacana (...) roupa chique. (Jett, Matemática)

Para os estudantes, todos estão, ou querem estar dentro dos patamares estabelecidos pela sociedade de consumo, pelos ditos e ritos previstos nas inúmeras propagandas que bombardeiam todos os canais midiáticos disponíveis. O desejo é de estar inserido, mas esbarra na impossibilidade de acompanhar o dinamismo das ofertas, das oportunidades e dos bens de consumo.

Para Fischer (2005) a mídia tem o poder de influenciar na construção da subjetividade contemporânea, bombardeando os mecanismos de difusão com bens e modos de viver que suscitam a ideia no sujeito jovem de pertencimento ao *corpus* social. No mesmo sentido, Chauí (2007) argumenta que a mídia exerce um papel de persuasão na sociedade na medida em que se pretende padronizar as ações dos indivíduos, sujeita-los a uma experiência de vida baseada no consumismo, utilizando, para isso, figuras públicas, pessoas idolatradas pela sociedade e que tem como propósito imputar regras de como ser e viver em sociedade, pautada pelas relações de consumo e pela fragilidade das relações sociais.

Esse atrelamento, exposto por um dos estudantes, é derivado da proposta constituída da sociedade de consumo de que o sujeito, para fazer parte desse *lócus* social, tem que estar suscetível a todas as práticas dessa sociedade, condicionando seu modo de vida ao consumo desgovernado de bens descartáveis. Nessas práticas, os jovens parecem estar mais afeitos a esse “consentimento”, tornando suas vivências uma espécie de experimentação contínua do que a sociedade tem oferecer.

Sobre essa necessidade e/ou imposição de estar inserido na lógica da sociedade de mercado, Bauman (1998) discorre ser essa a propositiva principal da sociedade pós-moderna, que pretende colocar o indivíduo no *lócus* consumista. Aos que se negam, ou não tem os requisitos necessários para estar inserido na lógica perpretada pela condição da pós-modernidade, Bauman (1998) os denomina de “Impuros”.

Para o autor,

(...) No mundo pós-moderno de estilos e padrões de vida livremente concorrentes, há ainda um severo teste de pureza que se requer seja transposto por todo aquele que solicite ser ali admitido: tem de mostrar-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade e constante renovação promovida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência. Nem todos podem passar nessa prova. Aqueles que não podem são a ‘sujeira’ da pureza pós-moderna. (BAUMAN, 1998, p. 23)

Parafrazeando Costa (2004b) e Kehl (2004), o consumo é destinado a todos, mas nem todos podem usufruir. Na sociedade contemporânea o indivíduo deve ter as oportunidades e condições necessárias para não ser enquadrado como a “sujeira” da pós-modernidade. Segundo os estudantes, é notório que os jovens não pretendem ser categorizados como “impuros”. Querem consumir, pois assim vão se constituindo enquanto sujeitos pertencentes à lógica instituída. O consumo torna-se, dessa forma, uma questão cultural (COSTA, 2004b) na medida em que esse jovem percebe o prazer apenas pelo ato de comprar, possuir, construindo arquétipos que o constituem enquanto sujeitos voláteis, que não se apegam a constructos duradouros e de longo prazo (BAUMAN, 2009).

Para García (2008), a identidade do indivíduo pós-moderno é constituída a partir de suas relações de consumo e da efemeridade com que o indivíduo se constitui enquanto ator social. Conforme o autor, essas identidades não podem ser consideradas mais restritas ao território em que o sujeito pertence, pois ele consegue ter acesso a bens de inúmeros locais, inúmeras culturas. Ademais, afirma que a principal parcela consumidora da população são os jovens, que vêm nos bens, práticas e prazeres proporcionadas pela vida contemporânea a possibilidade de constituírem suas identidades.

Ao discutir a respeito dos circuitos em que se forjam as identidades, colocando de um lado a lógica do Estado – que tanto figurou no sentido de construir as identidades imaginadas sob um único prisma, como detalhado por Castells (2000) – e por outro a lógica de mercado e todas as suas nuances na sociedade pós-moderna, García (2008, p. 48) coloca que

“... os estudos sobre consumo cultural mostram que quanto mais jovens são os habitantes mais seus comportamentos dependem antes dos últimos circuitos do que dos primeiros. Nas novas gerações as identidades se organizam menos em torno dos símbolos histórico-territoriais, os da memória da pátria, do que torno dos de Hollywood, Televisa ou Benetton.

Isso decorre diretamente do foco da mídia na classe jovem da sociedade, uma vez que os artefatos culturais, objetos de consumo e toda a indumentária consumista se direcionam a

essa parcela da sociedade (KEHL, 2004). Dessa forma, a construção da identidade do indivíduo parece permear esses espaços de consumo ou, ao menos, a utilização de objetos descartáveis que fazem parte de nosso cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elencamos como objetivo geral de nossa pesquisa investigar as construções de sentido de universitários calouros ingressantes no ensino superior através de cotas sociais. Tal discussão fluiu no sentido de entender de que forma é construído o sentido em ser universitário ou se, influenciado por toda a indumentária contemporânea da sociedade, esse estudante, ou sua relação com o ambiente universitário, é destituído de sentido.

A entrada na universidade promove ao estudante cotista mudanças na forma com que mantém e constrói suas relações sociais dentro e fora da academia, principalmente porque esse estudante entra em contato com uma gama de oportunidades que outrora não tinha acesso. Os cotistas que experimentam esse novo *lócus* tornam-se mais críticos, mais centrados nas discussões que giram em torno do viver em sociedade, das relações existentes, das dinâmicas instituídas e das práticas exercidas, impulsionando, assim, o sentimento de prazer em estar num ambiente aflorado de conhecimento.

O sentido em ser universitário constitui-se na medida em que considera o espaço social da universidade como um ambiente que lhes proporciona conhecimento, crescimento crítico e pessoal. Vemos um estudante que detém o foco e redireciona seus objetivos para investir no projeto pautado no ensino superior, em face de um desinvestimento da fruição dos bens de consumo fomentados pela sociedade contemporânea.

Mesmo imersos em uma cultura que a todo o momento os instiga a consumir e destituir seus objetivos em face de prazeres momentâneos, esses jovens conseguem se desvencilhar das investidas da sociedade de consumo, possibilitando, assim, a consecução de planos a médio e longo prazo, experimentando o espaço da universidade como forma de realização pessoal, pautado em um projeto de vida, que irá lhes proporcionar, ao término do curso, inúmeras oportunidades, sejam elas no campo do trabalho sejam elas no campo das relações sociais.

À medida que o estudante cotista entende o espaço universitário e se sente inserido nesse ambiente, ele constitui uma relação afável com o local, proporcionando-lhe que consiga vivenciar as aforias do sentir-se universitário, estabelecendo uma relação com seus pares no intuito de construir um ambiente propício ao desenvolvimento de suas práticas. No entanto, esse sentimento de pertencimento ao ambiente universitário parece esfacelar-se na medida em que se propõe a discussão sobre como os estudantes que acessam o curso superior são vistos pela sociedade e pelos próprios companheiros na universidade.

Os estudantes entendem que o sistema promoveu avanços, pois possibilitou às classes menos favorecidas da sociedade o acesso ao ensino superior. A universidade passou a comportar estudantes das mais diversas classes sociais e oriundos das mais diversas localidades, num movimento compensatório a séculos de desigualdade social e racial existente no seio da sociedade brasileira. Os cotistas puderam adentrar um espaço que antes era relegado, em sua maioria, àqueles que detinham elevado poder econômico e que, por conseqüência, tiveram as melhores oportunidades de preparo na escola particular, ao passo que o estudante de baixa renda, vindo de uma escola pública esbarrava na impossibilidade de competir em pé de igualdade com o outro.

Nesse sentido argumentam que ainda se constitui um desafio quebrar com alguns dos preconceitos que a sociedade insiste em propagar com relação ao sistema de cotas, o que causa certos desconfortos a esses estudantes. Para eles, parece fazer-se necessário criar, a todo o momento, formas de legitimação e constituição de sua identidade dentro da universidade. Na medida em que se deparam com toda a indumentária contrária à proposta do sistema de cotas, esses jovens forjam mecanismos de construção identitária fomentada no seio do próprio ambiente a qual estão vinculados. Percebem que, apesar de um sistema consolidado de acesso ao ensino superior, o espaço destinado ao estudante cotista ainda carece de luta por parte daqueles que adentram os corredores das universidades por meio desse sistema.

Pelo exposto, os discursos levantados pelos jovens de nossa pesquisa suscitam a necessidade de um aprimoramento da discussão no âmbito da universidade sobre o sistema de cotas e todas as disparidades inerentes à sua implantação e execução, em uma proposta que possa agregar, ainda mais, a comunidade interna – docentes, discente e técnicos administrativos – e comunidade externa, em um movimento de combate aos discursos depreciativos e desprovidos de informação.

Para os cotistas, as vicissitudes da vida contemporânea exercem bastante influência na vida do jovem, uma vez que a todo o momento sofrem com as investidas da sociedade de mercado que impõem aos sujeitos a necessidade de usufruírem de bens que lhe darão a falsa sensação de prazer, ou um prazer fluído, esfacelado. Para os estudantes, todo esse processo decorre da ação da mídia, que detém o poder de agir e manipular os rumos da sociedade, ditando as regras e mostrando como o indivíduo deve se comportar e quais bens devem adquirir para que seja aceito entre seus pares.

A mídia, para os jovens cotistas, representa uma espécie de alçapão da vida contemporânea, pois é a partir dela que a sociedade de mercado irá agir e conseguir alcançar os consumidores que tanta procura. É a partir da mídia que o consumo desenfreado se

estabelece e os jovens se sentem impelidos a estarem de acordo os preceitos estabelecidos, embora muitas vezes isso seja totalmente inviável devido as disparidades econômicas existentes entre os jovens de camadas sociais diferenciadas.

Os principais desafios encontrados por nós, no decorrer dessa pesquisa dizem respeito à construção de nossa base teórica relacionada ao sistema de cotas. A dificuldade encontrada diz respeito à própria discussão que se era realizada sobre o sistema. Como informamos em nossas considerações iniciais e no primeiro capítulo, as obras bibliográficas destinavam-se, em sua maioria, à discussão da questão da implantação das cotas e sobre a questão racial. Em relação específica a lei que propomos trabalhar não encontramos material suficiente, o que consistiu num movimento de explicar os caminhos de implantação das cotas raciais para termos um entendimento do funcionamento das cotas sociais implantadas em 2012.

Outra dificuldade que encontramos foi com relação à aplicação do Grupo Focal, não pelo método em si, mas pelo processo que é reunir sujeitos diversos em um mesmo local e horário para discutir os temas por nós propostos.

Ao desenvolver uma pesquisa dessa natureza é compreensível que surjam temas, ideias e propostas no decorrer do processo – formulação da base teórica, consecução dos dados, aplicação dos métodos de coleta de dados e análise dos dados – que se fazem interessante na medida em que pretendemos entender o estudante cotista, e também o não cotista, em sua plenitude no ambiente universitário. Elencamos algumas dessas ideias e proposições que poderão servir de base para pesquisas futuras, como o a relação entre o desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas, tal qual realizados em outras universidades, – como na federal do Espírito Santo e na Universidade de Brasília – ou, em uma análise mais aprofundada, uma análise da relação entre os desempenhos dos estudantes cotistas com os oriundos de escolas particulares, o que poderia suscitar dados bastante interessantes acerca das bases formadoras de cada contexto educacional.

Voltando à nossa discussão, a partir dos dados obtidos na aplicação de nosso questionário, elaboramos um produto que consiste em três infográficos que dizem respeito ao perfil do estudante cotista alvo de nossa pesquisa. Tal produto poderá servir de base para a Pro-Reitoria de Graduação e Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários no intuito de fomentar práticas e ações direcionadas ao estudante cotista de nossa instituição. Ademais, proporcionará uma visão de como o cotista federal se relaciona com as tecnologias e mídias digitais, dando a possibilidade de criação e/ou manutenção de fóruns de discussão específicos sobre mídias digitais no âmbito da UFT. Como proposta, sugerimos a construção de um fórum sobre mídias digitais e sociedade de consumo dentro da universidade no intuito de

discutir todas as especificidades inerentes à vida contemporânea e seus efeitos na vida universitária. Com esse mecanismo de discussão poderíamos entender melhor as nuances do viver universitário, propondo medidas para que o estudante sinta-se, cada vez mais, inserido nesse novo lócus cultural.

Com todo o percurso teórico, analítico e discursivo, esperamos ter conseguido avançar nos objetivos de nosso trabalho de forma satisfatória. Passamos a compreender como o estudante cotista entende o espaço da universidade e como ele se vê em um ambiente aberto à experimentação. Entendemos como o jovem se vê perante as ações proporcionadas pela sociedade de mercado e quais as possíveis influências que a vida contemporânea venha a exercer no, agora, sujeito universitário.

Ao mesmo tempo em que está imerso na proposta da sociedade de consumo, o jovem universitário consegue se desvencilhar das intempéries oriundas da sociedade contemporânea, na medida em que constitui o sentido em ser universitário a partir da busca constante pelo conhecimento. É a partir dessa recorrência que nossos sujeitos se constituem nesse espaço de experimentação, criatividade e de oportunidades. É a partir desse buscar que parecem forjar, a todo o instante, as formas de sociabilidade e o caminho que cada jovem pretende seguir, dentro e fora da academia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Loriza Lacerda de. A juventude brasileira e a nova sociabilidade. *In.*: COELHO, Jonas Gonçalves; GUIMARÃES, Luciano; VINCENTE, Maximiliano Martin (Organizadores) **O futuro: continuidade/ruptura: desafios para a comunicação e para a sociedade**. São Paulo, SP: Annablume, 2006. Pp. 53-60

ALVES, J.A. Lindgren. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. *In.*: **Revista Brasileira de Política Internacional**. 45 (2): 2002. Pp.: 198-223. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00343292002000200009&lng=pt&nrm=iso Acesso em 06 de setembro de 2014.

AUGÉ, Marc; **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. Maria Lúcia Pereira. 9. ed. Campinas, SP : Papyrus, 2013.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. 4. ed. São Paulo, SP : Globo, 1973.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BARROS, Clarissa Fernandes Rêgo. **As ações afirmativas na UERJ: trajetórias sociais e perspectivas dos estudantes cotistas no desafio do acesso à universidade**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em http://www.btd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1141. Acesso em 06 de setembro de 2014

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1998

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro, RJ : Jorge Zahar, 1999.

_____. **Vida líquida**. 2ª. ed. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Rj: Zahar, 2009.

_____. **Ensaio sobre o conceito de Cultura**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, RJ : Zahar, 2012.

BEZERRA, Teresa Olinda Caminha; GURGEL, Claudio Roberto Marques. A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. **Revista Pensamento & Realidade**. Ano XV – v. 27 n° 2/2012. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/viewFile/12650/9213>

BRASIL Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, ano CXLIX No – 169, 30 de agosto de 2012. Seção I, pp. 1-2. Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/08/2012&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=120>

_____. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, ano CXLIX No – 169, 15 de outubro de 2012. Seção I, pp. 6-7. Disponível em

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/10/2012&jornal=1&pagina=6&totalArquivos=160>

_____. **Constituição da República Federal do Brasil** :promulgada em 5 de outubro de 1988 / 45.ed. atual. e ampl. - São Paulo, SP : Saraiva, 2011.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre .In.:BRASIL, Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008. (Série B. Textos Básicos de Saúde) Pp.: 29-44

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In.:BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo, SP: UNESP, 1999. Pp.: 67-118

CAMPOS, Dinael Corrêa de. Um olhar qualitativo sobre a contemporaneidade. In.: BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologias de pesquisa em Ciências**: análises quantitativa e qualitativa. Rio de Janeiro, RJ : LTC, 2010. Pp. 185-195

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização.7.ed. Trad. Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2)

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**. São Paulo, Sp : Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

CORCINI, Milena Maria. **Políticas Públicas de acesso à Educação Superior no Brasil**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Dissertação de Mestrado), 2007. Disponível em http://www.biblioteca.pucpr.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=826 Acesso em 19.12.14 – 15:28

CORRÊA Cynthia Harumy Watanabe. **Reterritorializações no Não-lugar da Rede Social Orkut**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Comunicação Social, 2008. Disponível em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1245

COSTA, Jurandir Freire. A personalidade somática de nosso tempo. In.: _____. **O vestígio e a aura**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond Universitária, 2004a.

COSTA, Jurandir Freire. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In.:NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). **Juventude e sociedade** : Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004b, v. 1, p. 75-88.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa** v.43 n.148 p. 302-327 jan./abr. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/15.pdf> Acesso em 12 de março de 2015.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, RJ : Contraponto, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo, SP : Selo Negro, 2008.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, ago. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em 03 março de 2015.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e juventude: experiências do público e do privado na cultura. *In.*: **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 65, p. 43-58, jan./abr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n65/a04v2565.pdf>

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre, RS : Artmed, 2009. (Métodos de Pesquisa)

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do trabalho científico**. Curitiba, PR: IESDE S.A., 2009.

FRANCO, Patrícia Simões de Carvalho. **Entre a morte e a ressurreição de um mito**: os discursos públicos da academia sobre as ações afirmativas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006. Disponível em http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/uerj_dissertacao_2006_PSdeCFranco.pdf Acesso em 06 de setembro de 2014

FRÚGOLI Jr. Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2007. (Coleção Passo-a-Passo)

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2009.

GOMES, Fábio Soares. **A Questão da Igualdade e a Política de Cotas**. Universidade Católica de Salvador. (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania). 2008. Disponível em: http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ucsal_dissertacao_2008_FSGomes.pdf Acesso em 17 de março de 2015.

III CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. **Declaração de Durban**. Durban, África do Sul. 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Disponível em http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/declaracao_durban.pdf Acesso em 06 de setembro de 2014

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)... (et. al) **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12893

JACCOUD Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. *In.*: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil** : 120 anos após a abolição. Brasília, DF: IPEA, 2008a. pp. 45-64

_____. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. *In.*: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil** : 120 anos após a abolição. Brasília, DF: IPEA, 2008b. pp. 131-166

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. *In.*: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). **Juventude e sociedade** : Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004, v. 1. Pp. 89-114

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *In.*: FÁVERO, Osmar.... (et. al) (Organizadores) **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília, DF: UNESCO; MEC; ANPED, 2007. Pp. 29-45

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: história e debates no Brasil. *In.*: **Cadernos de Pesquisa**, n. 117. Nov/2002. Pp. 197-217. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf> Acesso em 06 de setembro de 2014

_____. Propostas **de Ações Afirmativas no Brasil**: o acesso da população negra ao ensino superior. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20072003-172034/pt-br.php> Acesso em 06 de setembro de 2014

MUNHOZ, Fábio Alessandro. **Dinamismos tecnossociais**: sobre redes, co-labor-ação e viruss. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, 2010. 147f. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-05112010-113323/pt-br.php>

NASCIMENTO, Alexandre do. **As políticas de ação afirmativa como instrumentos de universalização dos direitos**. [2014] Disponível em <http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/as-politicas-de-acao-afirmativa-como-instrumentos-de-universalizacao-dos-direitos-alexandre-do-nascimento> Acesso em 06 de setembro de 2014

OLIVEIRA, Adriano Machado . Entre a instituição do consumo e a destituição docente: considerações em torno da crise do saber escolar no contemporâneo. **Educação Unisinos** (Online), v. 16, p. 17-26, 2012. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2012.161.02/766>

OLIVEIRA, Adriano Machado; TOMAZETTI, Elisete M. Quando a sociedade de consumidores vai à escola: um ensaio sobre a condição juvenil no Ensino Médio. *In.*: **Educar em Revista**. Curitiba, PR, Brasil. n. 44, p. 181-200, abr./jun. 2012. Editora UFPR. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n44/n44a12.pdf>

PEREIRA, Gustavo Leonardo Maia. Lei de cotas nas universidades: constitucionalidade e necessidade. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3365, 17 set. 2012. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/22632>

PINHEIRO, Marta de Araújo. Subjetivação e consumo em sites de relacionamento. *In.*: FUSER, Bruno; PERNISA JR. (Organizadores). **Comunicação e tecnologias**. Rio de Janeiro, RJ: E-papers, 2009. Pp. 47-62

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal : 2014** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro : IBGE, 2016. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95753.pdf>

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A insustentável leveza do tempo: os objetos da sociedade de consumo em aulas de história. *In.*: **Educação em Revista**. Belo Horizonte, MG. n. 47. p. 179-196. jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/11.pdf>

REIS, Rosemeire. Experiência escolar de jovens/alunos do ensino médio: os sentidos atribuídos à escola e aos estudos. *In.*: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 637-652, jul./set. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n3/07.pdf>

RETONDAR, Anderson Moebus. A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como "contexto social" de produção de subjetividades. **Soc. estado.**, Brasília, v. 23, n. 1, abr. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v23n1/a06v23n1.pdf> Acesso em 18 dezembro de 2014.

ROSA, Waldemir. Sexo e cor/raça como categorias de controle social: uma abordagem sobre desigualdades socioeconômicas a partir dos dados do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – terceira Edição. *In.*: BONETTI, Alinne de Lima; ABREU, Maria Aparecida A. (Orgs.) **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília, DF : IPEA, 2011. Pp.: 111-128. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12384

ROZAS, Luiza Barros. **Cotas para negros nas universidades públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira** – por uma nova compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, 2009. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-21062011-153542/pt-br.php> Acesso em 06 de setembro de 2014

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo, SP: Paulus, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias a cibercultura**. 3. ed. São Paulo, SP : Paulus, 2008.

SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. *et. al.* Questionário de vivência acadêmica: estudo de consistência interna do instrumento no contexto brasileiro. *In.*: JOLY, Maria Cristina Rodrigues Azevedo; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos; SISTO, Fermio Fernandes

(Organizadores). **Questões do cotidiano universitário**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2005. Pp. 159-178

SANTOS, João Paulo de Farias. **Ações afirmativas e igualdade racial**. São Paulo, SP : Edições Loyola, 2005.

SILVA, Cidinha da. Ações afirmativas em educação: um debate para além das cotas. *In.*: SILVA, Cidinha da (Org.) **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. 2. ed. São Paulo, SP: Selo Negro, 2003. Pp.: 17-38

SZAPIRO, Ana Maria; RESENDE, Camila Miranda de Amorim. Juventude: etapa da vida ou estilo de vida? *In.*: **Psicologia & Sociedade**; v. 22, n. 1, abr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a06.pdf> . Acesso em 03 de abril de 2015.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular. *In.*: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. (Organizadora) **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador, BA: EDUFBA, 2011. Pp. 27-52. Disponível em <http://static.scielo.org/scielobooks/n656x/pdf/sampaio-9788523212117.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Edital Vestibular UFT 2013.1. Edital nº 106/2012 de 13 de dezembro de 2012. Disponível em http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=147&Itemid=267

VALVERDE, Danielle Oliveira; STOCCO, Laura. Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação. *In.*: BONETTI, Alinne de Lima; ABREU, Maria Aparecida A. (Orgs.) **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília, DF : IPEA, 2011. Pp.: 129-160. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12384

VIANA, Nildo. Juventude e Identidade. *In.*: **Estudos**. Goiânia, GO. v. 36, n. 1/2, p. 145-154, jan./fev. 2009. Disponível em <http://seer.ucg.br/index.php/estudos/article/viewFile/1022/720> Acesso em 15 de julho de 2015.

VITELLI, Celso. Adolescências e identidades estéticas no cotidiano. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 25, n. 3, dez. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/04.pdf> .Acesso em 17 mar. 2015.

VOLPI, Marina Tazón. **A universidade e sua responsabilidade social**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1996 (Coleção Universidade; 4)

ANEXO 1 - Lei nº 12.711/12

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Art. 7º O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior.

Art. 8º As instituições de que trata o art. 1o desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2012; 191o da Independência e 124o da República.

DILMA ROUSSEFF

Aloizio Mercadante

Miriam Belchior

Luís Inácio Lucena Adams

Luiza Helena de Bairros

Gilberto Carvalho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.8.2012

ANEXO 2 - Decreto nº. 7.824/12

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.824, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012

Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Parágrafo único. Os resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM poderão ser utilizados como critério de seleção para o ingresso nas instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior.

Art. 2º As instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica, observadas as seguintes condições:

I - no mínimo cinquenta por cento das vagas de que trata o caput serão reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário-mínimo per capita; e

II - proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, consideram-se escolas públicas as instituições de ensino de que trata o inciso I do caput do art. 19 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º As instituições federais que ofertam vagas de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de nível médio, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, observadas as seguintes condições:

I - no mínimo cinquenta por cento das vagas de que trata o caput serão reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário-mínimo per capita; e

II - proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo IBGE, que será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Art. 4º Somente poderão concorrer às vagas reservadas de que tratam os arts. 2º e 3º:

I - para os cursos de graduação, os estudantes que:

a) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; ou

b) tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, de exame nacional para certificação de competências de jovens e adultos ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino; e

II - para os cursos técnicos de nível médio, os estudantes que:

a) tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; ou

b) tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado de exame nacional para certificação de competências de jovens e adultos ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.

Parágrafo único. Não poderão concorrer às vagas de que trata este Decreto os estudantes que tenham, em algum momento, cursado em escolas particulares parte do ensino médio, no caso do inciso I, ou parte do ensino fundamental, no caso do inciso II do caput.

Art. 5º Os editais dos concursos seletivos das instituições federais de educação de que trata este Decreto indicarão, de forma discriminada, por curso e turno, o número de vagas reservadas.

§ 1º Sempre que a aplicação dos percentuais para a apuração da reserva de vagas de que trata este Decreto implicar resultados com decimais, será adotado o número inteiro imediatamente superior.

§ 2º Deverá ser assegurada a reserva de, no mínimo, uma vaga em decorrência da aplicação do inciso II do caput do art. 2º e do inciso II do caput do art. 3º.

§ 3º Sem prejuízo do disposto neste Decreto, as instituições federais de educação poderão, por meio de políticas específicas de ações afirmativas, instituir reservas de vagas suplementares ou de outra modalidade.

Art. 6º Fica instituído o Comitê de Acompanhamento e Avaliação das Reservas de Vagas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, para acompanhar e avaliar o cumprimento do disposto neste Decreto.

§ 1º O Comitê terá a seguinte composição:

I - dois representantes do Ministério da Educação;

II - dois representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; e

III - um representante da Fundação Nacional do Índio;

§ 2º Os membros do Comitê serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidade que representam e designados em ato conjunto dos Ministros de Estado da Educação e Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

§ 3º A presidência do Comitê caberá a um dos representantes do Ministério da Educação, indicado por seu titular.

§ 4º Poderão ser convidados para as reuniões do Comitê representantes de outros órgãos e entidades públicas e privadas, e especialistas, para emitir pareceres ou fornecer subsídios para o desempenho de suas atribuições.

§ 5º A participação no Comitê é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 6º O Ministério da Educação fornecerá o suporte técnico e administrativo necessário à execução dos trabalhos e ao funcionamento do Comitê.

Art. 7º O Comitê de que trata o art. 6º encaminhará aos Ministros de Estado da Educação e Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, anualmente, relatório de avaliação da implementação das reservas de vagas de que trata este Decreto.

Art. 8º As instituições de que trata o art. 2º implementarão, no mínimo, vinte e cinco por cento da reserva de vagas a cada ano, e terão até 30 de agosto de 2016 para o cumprimento integral do disposto neste Decreto.

Art. 9º O Ministério da Educação editará os atos complementares necessários para a aplicação deste Decreto, dispondo, dentre outros temas, sobre:

I - a forma de apuração e comprovação da renda familiar bruta de que tratam o inciso I do caput do art. 2º e o inciso I do caput do art. 3º; e

II - as fórmulas para cálculo e os critérios de preenchimento das vagas reservadas de que trata este Decreto.

Art. 10. Os órgãos e entidades federais deverão adotar as providências necessárias para a efetivação do disposto neste Decreto no prazo de trinta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de outubro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardozo

Aloizio Mercadante

Gilberto Carvalho

Luiza Helena de Bairros

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.10.2012 e retificado em 16.10.2012

ANEXO 3 – Ata de defesa da Dissertação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CÂMPUS DE PALMAS

Av: NS 15 ALCNO 14, Bloco III, Sala 38, Palmas – TO|77020-210.
Fone: (63) 3232-8160 | E-mail: gespol@uft.edu.br

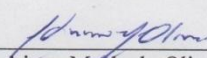


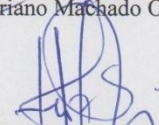
ATA Nº 14/2016 ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DE DISSERTAÇÃO

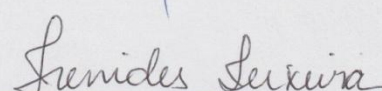
Aos 13 dias do mês de junho de 2016, realizou-se na sala nº 01 do bloco B, na Fundação Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas, às 15 horas, a defesa de dissertação de mestrado do(a) aluno(a) **DIÉGO ARAUJO SILVA**, regularmente matriculado(a) no Curso de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, com o título **“IMPURIOS’ E ESTRANHOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: IMPASSES E PERSPECTIVAS ACERCA DA SOCIABILIDADE DE CALOUROS COTISTAS DO CAMPUS ARAGUAÍNA”**, perante a Comissão Julgadora aprovada pela Comissão Coordenadora do curso como segue: Prof. Dr. Adriano Machado Oliveira (orientador), Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva (membro interno) e Profª. Dra. Irenides Teixeira (membro externo). Após a exposição do seu trabalho, o(a) aluno(a) foi arguido(a) pelos componentes da Comissão. O(a) Senhor(a) Presidente, Prof. Dr. Adriano Machado Oliveira, solicitou que o(a) aluno(a) se retirasse para que a Comissão procedesse ao julgamento. O(a) aluno(a) foi Aprorabi, sendo-lhe atribuído(a) o grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas desde que cumpridas as exigências descritas pela Comissão Julgadora, além daquelas listadas pelo Regulamento do Curso em um prazo de 30 dias. Além dessas exigências, o(a) aluno(a) deverá entregar na Coordenação do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas uma cópia do Termo de Autorização para Publicação Digital de Teses e Dissertações na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Tocantins (BDTD/UFT), devidamente preenchido e assinado, dois exemplares impressos e encadernados em capa dura e dois exemplares em formato digital em CD-ROM com capa, em arquivo PDF da versão definitiva da dissertação. Esses exemplares deverão estar devidamente corrigidos, segundo as sugestões da banca examinadora e assinados pelo orientador e avaliadores. O(a) Senhor(a) Presidente deu a sessão por encerrada e, nada mais havendo a constar, lavra a presente ata que segue assinada por todos os membros da Comissão.

Palmas – TO, 13 de junho de 2016.

Banca:


Prof. Dr. Adriano Machado Oliveira (orientador)


Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva (membro interno)


Profª. Dra. Irenides Teixeira (membro externo)

APÊNDICE I – Produto da Dissertação

InfoGráfico 1

Dados
SÓCIOECONÔMICOS

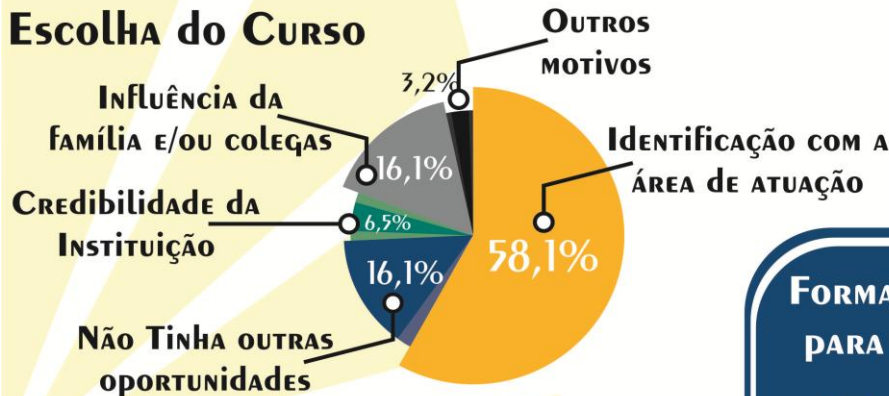


APÊNDICE II – Produto da Dissertação

InfoGráfico 2

DADOS EDUCACIONAIS COTISTAS E FAMILIARES

Escolha do Curso



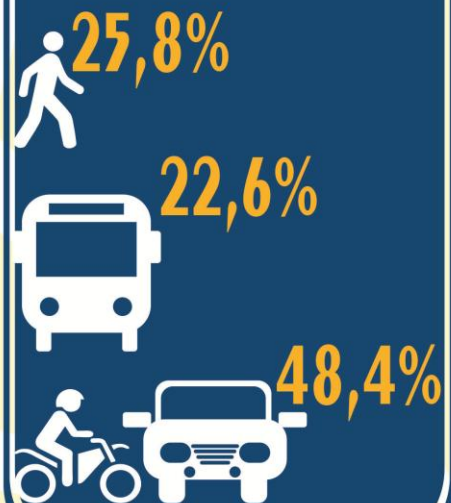
80,6%

SE IDENTIFICAM COM O CURSO E PRETENDEM TERMINÁ-LO

Participação em Programas Institucionais da UFT



Formas de Locomoção para a Universidade



Escolaridade dos Pais



Não Alfabetizado **6.5%**
 Alfabetizado **6.5%**
 Fundamental Incompleto **25.8%**
 Fundamental Completo **12.9%**
 Ensino Médio Incompleto **6.5%**
 Ensino Médio Completo **32.3%**
 Superior **6.5%**
 Especialização **3.2%**
 Mestrado **0%**
 Doutorado **0%**
 Não Sabe/ Prefiro Não declarar **0%**

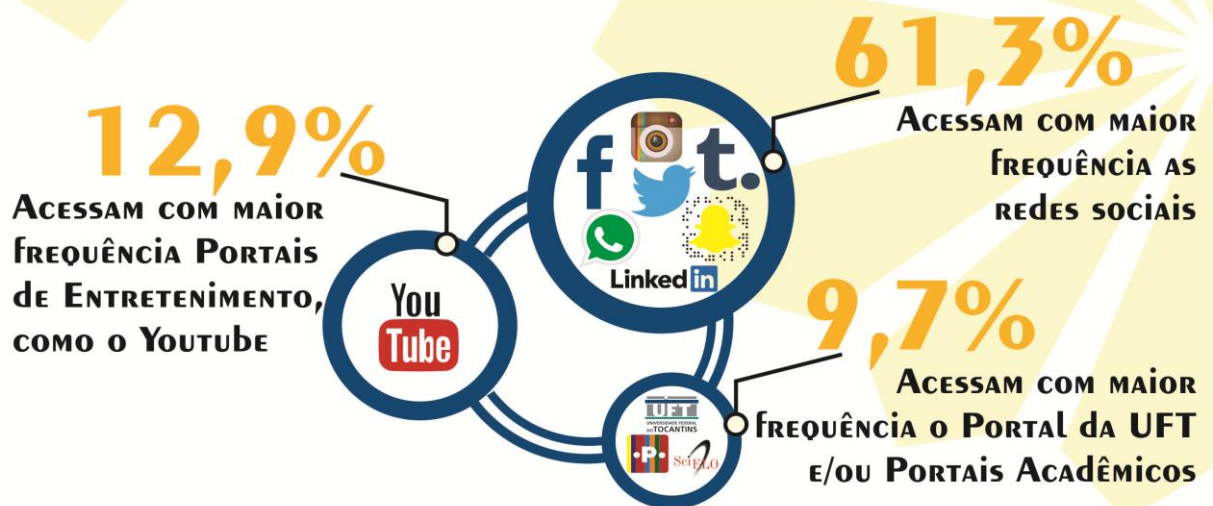
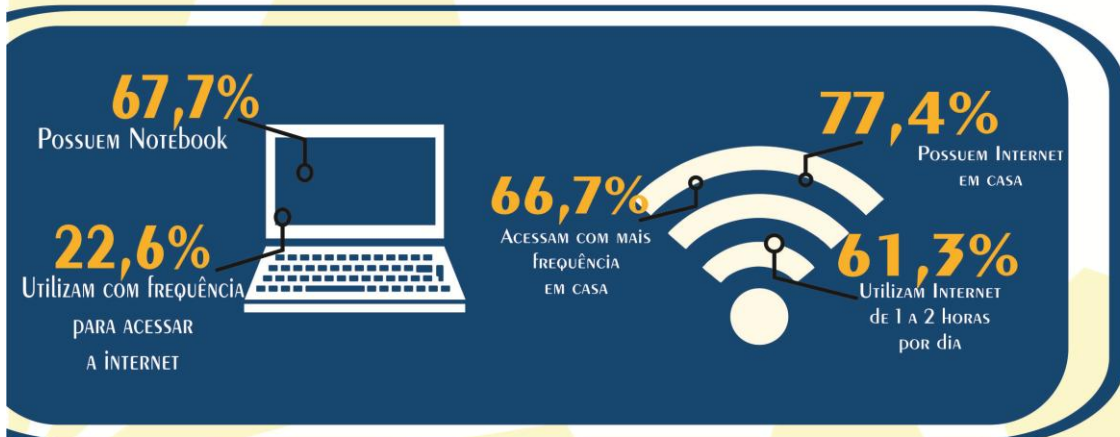


3.2% Não Alfabetizada
6.5% Alfabetizada
35.5% Fundamental Incompleto
3.2% Fundamental Completo
6.5% Ensino Médio Incompleto
29% Ensino Médio Completo
12.9% Superior
3.2% Especialização
0% Mestrado
0% Doutorado
0% Não Sabe/ Prefiro Não declarar

APÊNDICE III – Produto da Dissertação

InfoGráfico 3

UTILIZAÇÃO DE ELETRÔNICOS E MÍDIAS SOCIAIS



APÊNDICE IV – TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **“Impuros” e estranhos na Universidade Federal do Tocantins: impasses e perspectivas acerca da sociabilidade de calouros cotistas do *campus* Araguaína**, sob a responsabilidade do pesquisador **Diêgo Araujo Silva**, a qual pretende:

1. Investigar em que medida o estudante universitário, ingressante através de cotas sociais, experimenta o espaço da universidade como um local de construção de estilos de vida e projetos de vida;
2. Investigar as construções de sentido de estudantes universitários calouros, do Câmpus UFT Araguaína, acerca dos laços sociais construídos até então no espaço da Universidade;
3. Verificar as diretrizes políticas oficiais da UFT acerca de alunos cotistas e suas congruências ou incongruências com os discursos discentes acerca de suas vivências na universidade;
4. Investigar as possíveis relações entre os discursos dos jovens pesquisados acerca de suas inserções na universidade e as vicissitudes apresentadas pela vida urbana contemporânea;
5. Elaborar, ao final da análise e discussão dos resultados, uma cartilha de orientação para coordenadores de cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins, com vistas a que a mesma se torne um instrumento efetivo da Pró-Reitoria de Graduação da UFT.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de **Grupo Focal, conduzido por um moderador, na pessoa do pesquisador, e um observador, que terá com intuito anotar os principais pontos da discussão. O Grupo Focal será gravado em dois aparelhos distintos, e terá o seu áudio transcrito para, *posteriori*, utilização no levantamento de dados necessários ao prosseguimento da pesquisa.**

Caso esse procedimento venha a gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para **o prosseguimento da pesquisa, com vistas a alcançar os resultados almejados e proporcionar a discussão sobre o ambiente universitário.**

Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. **Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.** Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço **Universidade Federal do Tocantins – Campus Cimba**, ou pelo telefone **(63) 9291-6374 ou 8113-4188**.

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ____/ ____/ ____

Assinatura do participante

Assinatura do coordenador do projeto

APÊNDICE V – Questionário

QUESTIONÁRIO ALUNOS COTISTAS DO CAMPUS DE ARAGUAÍNA

Este questionário tem como proposta levantar dados sobre questões sociais e econômicas dos estudantes da Universidade Federal do Tocantins (Campus de Araguaína) que ingressaram por meio do sistema de cotas, bem como verificar suas relações no uso da internet. Este instrumento de coleta de dados faz parte da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, sob a responsabilidade do Acadêmico Diêgo Araujo Silva.

A qualquer momento você pode desistir de responder ao questionário, sem qualquer prejuízo.

Em nenhum momento da pesquisa, análise e discussão dos resultados você será identificado.

Este Questionário contém 30 perguntas de múltipla escolha e leva, em média, 5 minutos para respondê-lo.

* Obrigatório

1. Local de Nascimento *

2. Idade *

- 15 a 17
 18 a 21
 22 a 25
 26 a 29
 30 ou mais

3. Você se considera: *

- Negro(a)
 Branco(a)
 Pardo(a)
 Indígena
 Prefiro não declarar

4. Estado Civil *

- Casado(a)
 Solteiro(a)
 Divorciado(a)
 Separado(a)
- Viúvo(a)
 Outro:

5. Você tem filhos? *

- 0
 1
 2
 3
 4 ou mais

6. Você reside em Araguaína atualmente? *

- Sim
 Não

Em caso negativo na questão anterior, informe em qual cidade você reside

7. Com quem você reside? *

- Sozinho
 Pais e/ou Familiares
 Esposa/Esposo
 Amigos

8. Local de Residência *

- Perímetro Urbano
 Perímetro Rural

9. Total de pessoas que residem na casa/apartamento incluindo você *

- 1
 2
 3
 4
 5 ou mais

10. Qual tipo de residência? *

- Própria Alugada Cedida Casa do Estudante
 Outro:

11. Qual sua participação na vida econômica de sua família? *

- Não trabalho e meus gastos são custeados.
 Trabalho, mas não sou independente financeiramente.
 Trabalho e sou independente financeiramente.
 Trabalho e ajudo no sustento da família.
 Trabalho e sou o responsável pelo sustento da família.

12. Qual a renda bruta familiar? *

(Soma do rendimento de todos que contribuem com alguma renda. Não precisa ser o valor exato, apenas uma estimativa)

- Até 1 Salário Mínimo (Até R\$ 880,00)
 De 1 a 3 Salários Mínimos (de R\$ 880,00 até R\$ 2640,00)
 De 3 a 5 Salários Mínimos (de R\$ 2640,00 até R\$ 4440,00)
 Acima de 5 Salários Mínimos

13. Por que escolheu o curso em que está? *

- Me identifico com a Área de atuação Credibilidade da Instituição
 Influência da família e/ou colegas Só a UFT oferece esse curso
 Não tinha outras oportunidades Outro:

14. Você se identifica com o curso? *

- Sim, e pretendo terminá-lo. Sim, mas irei tentar outro curso.
 Não, mas pretendo terminá-lo. Não. Irei tentar outro curso.

15. Qual seu principal meio de locomoção para à UFT? *

- A pé. Bicicleta Carro e/ou moto. Transporte Público.
 Carona. Outro:

16. Você participa de algum programa institucional na UFT? *

(PIBIC, PIVIC, Bolsa Permanência, etc.)

- Sim Não

17. Qual o grau de escolaridade de sua mãe? *

- Não Alfabetizado Alfabetizado Fundamental Incompleto
 Fundamental Completo Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo
 Superior Especialização Mestrado
 Doutorado Não Sabe/ Prefiro Não declarar

18. Qual o grau de escolaridade de seu Pai?

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="radio"/> Não Alfabetizado | <input type="radio"/> Alfabetizado | <input type="radio"/> Fundamental Incompleto |
| <input type="radio"/> Fundamental Completo | <input type="radio"/> Ensino Médio Incompleto | <input type="radio"/> Ensino Médio Completo |
| <input type="radio"/> Superior | <input type="radio"/> Especialização | <input type="radio"/> Mestrado |
| <input type="radio"/> Doutorado | <input type="radio"/> Não Sabe/ Prefiro Não declarar | |

19. Quantas TV possui em casa? *

- 0 1 2 3 ou mais

20. Possui algum pacote de Tv por assinatura? *

- Sim Não

21. Possui Internet em casa? *

- Sim Não

22. Quais dos itens listados abaixo você possui? *

(Você pode marcar mais de uma alternativa)

- Computador de Mesa Notebook Tablet
 Celular (Sem acesso a Internet ou Recursos Multimídias) Smartphone

23. Quantos celulares ou smartphones possui? *

- 0 1 2 3 4 5 ou mais

24. Qual a marca do Celular ou Smartphone que possui? *

(Pode marcar mais de uma alternativa, no caso de dois ou mais aparelhos)

- Asus Lenovo Galaxy (Samsung) Motorola
 Blu Sony Xperia Iphone (Apple) LG
 Outro:

25. Qual o motivo principal para você ter adquirido esse celular? *

- Preço Sistema Operacional Qualidade da câmera
 Dispositivo de última geração Influência das redes sociais
 Outro:

26. Em qual local você costuma acessar, com mais frequência, a Internet? *

- Em casa No trabalho Na Universidade
 Por meio de sistema 3G ou Wifi Não acesso a Internet

27. Com qual desses dispositivos você costuma acessar, com mais frequência, a Internet? *

- Computador de Mesa Notebook Tablet Celular

28. Quanto tempo costuma utilizar a internet durante o dia?

- Até 1 h/dia De 1 a 2 h/dia De 3 a 5 h/dia Mais de 5 h/dia

29. Qual o conteúdo que você acessa com mais frequência? *

- Redes Sociais, Aplicativos de Mensagens e/ou Fotos (Facebook, WhatsApp, Twitter, Instagram, LinkedIn, Tumblr, Snapchat, dentre outros)
- Sites de Entretenimento (Blogs, Youtube, dentre outros)
- Sites de Informação (Revistas, Fóruns de Discussão)
- Portal da Universidade e/ou outros portais acadêmicos
- Outro:

30. Você costuma acessar as redes sociais e/ou aplicativos disponíveis em seu smartphone no período em que está dentro de sala de aula? *

- Sempre Muitas vezes As vezes Raramente Nunca

APÊNDICE VI – Questões Norteadoras Grupo Focal

1. Quais as primeiras impressões acerca do ambiente universitário? Suas expectativas e desejos condizem com o que vocês encontraram na vida universitária?
2. Vocês acreditam que os jovens hoje experimentam o espaço universitário como um local de construção de estilo de vida ou de projeto de vida? De que forma?
3. Como vocês visualizam a influência da vida cotidiana antes de entrar na universidade no processo de socialização dentro da universidade?
4. De que forma vocês percebem que as amizades vão sendo construídas no âmbito universitário?
5. Em suas vivências na universidade, vocês perceberam, ou souberam de momentos de desconfortos entre os estudantes cotistas com estudantes não cotistas? Ou com outras categorias da universidade, como técnico-administrativos ou professores?
6. Como vocês visualizam o tratamento dispensado pela universidade no intuito de promover os mecanismos necessários de socialização dos estudantes cotistas?
7. Qual a percepção de vocês quando se fala, ou se ouve falar, em sistema de cotas aqui dentro da Universidade?
8. Vocês acreditam que, em algum momento, a vida fora da universidade possa exercer mais atração do que o ambiente universitário? De que forma?
9. Como vocês visualizam a vida do jovem hoje? Em que isso afeta na relação desses jovens com o ambiente universitário?
10. Vocês acreditam que o prazer dos jovens atualmente está ligado à compras de objetos da moda, uso de determinadas roupas ou até mesmo a frequência de determinados lugares? Quais seriam os outros mecanismos de prazer atualmente?
11. Vocês acreditam que o jovem possa sentir prazer em ser universitário? Esse prazer influencia em seu processo de socialização?